



# **Biblioteca da Assembleia da República**

## **DOSSIER DE IMPRENSA**



**ESCÂNDALO BPN**

**NEGÓCIO** ■ REVELA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS NO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL



# BPN pagou 7,14 milhões a Dias Loureiro

## Oliveira e Costa geriu compra da Plêiade

● Dias Loureiro foi desafiado por José Roquette, em 2000, para adquirir a Plêiade. Sem dinheiro para comprar a totalidade da empresa, segundo explicou à RTP, Dias Loureiro lembrou-se de Oliveira e Costa. E fez-lhe uma proposta: "A SLN compra 50 por cento e eu endivido-me num banco qualquer e compro de 15 a 50 por cento."

Oliveira e Costa contrapôs. "Não, eu compro tudo e você passa para a SLN e compra acções da SLN", disse a Loureiro. O negócio custou à SLN "11 milhões de contos [55 milhões de euros]", precisou. E rematou: "Eu recebi 1 650 000 contos [8,25 milhões de euros], que era a minha parte no negócio, e apliquei um milhão de contos em acções. Mais tarde viria a comprar mais 300 mil contos." Em suma, investiu 1,3 milhões de contos [6,5 milhões de euros] em acções da SLN. ■ ASA.

■ Grupo BPN comprou as acções que Dias Loureiro tinha na SLN, em 2002, quando deixou os cargos executivos

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

**D**ias Loureiro vendeu as suas acções da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) ao grupo Banco Português de Negócios (BPN), principal activo da SLN, por 7,14 milhões de euros, em 2002, ano em que deixou de ser administrador executivo da SLN. O valor do negócio consta na declaração de rendimentos entregue pelo ex-ministro no Tribunal Constitucional, em 28 de Maio de 2002, como início da actividade de deputado do PSD.

**Ex-ministro quis sair do grupo SLN para voltar a ser deputado**

O documento, que o CM consultou ontem no Tribunal Constitucional, é categórico: na secção reservada ao património financeiro, o então deputado do PSD e actual conselheiro de Estado, refere, entre outros, depósitos bancários no BPN, BCP e BIC, "sendo ao BPN D.O. [depósitos à ordem] 7 142 642,15 euros [...] da venda das minhas acções ao Grupo BPN, à espera de aplicação".

Dias Loureiro já disse que só voltará a fazer comentários sobre o BPN nas instâncias competentes mas em recente entrevista à RTP,

em que explicou a sua passagem pelo Grupo SLN, revelou o momento em que alienou a sua posição accionista na SLN: "Em 2002, eu vendi as minhas acções. E disse ao dr. Oliveira e Costa: 'eu quero voltar à política há algum tempo, quero ser deputado'. E ele pediu-me: 'mas não saia daqui!'"

Face a este pedido do então presidente do Grupo SLN, Dias Loureiro acedeu: "Eu deixei todos os cargos executivos e passei a não executivo". Ficou no Grupo SLN até 2005.

A origem das acções que Dias Loureiro tinha na SLN remonta a 1995, quando, após ter saído do

Governo, o ex-ministro foi convidado por José Roquette para trabalhar no Grupo Plêiade, cujo valor era então de 8,5 milhões de euros. "O dr. José Roquette fez-me uma proposta que era aliciante para mim", disse Dias Loureiro à RTP. E precisou: "Fiquei com um conjunto de acções [15 por cento] que podia comprar a um preço determinado, que era o que valia naquela altura, e mais sete por cento na repartição de lucros." ■

■ **Conta.** Em 2002, Dias Loureiro tinha também no BPN dois depósitos bancários no valor total de 459 565 euros, diz declaração de rendimentos.



**55 MILHÕES** de euros foi quanto a SLN pagou pela Plêiade

JORGE PAULA





EMPRESA | **ROQUETTE E A PLÉIADE**

José Roquette, ex-presidente do Sporting, era o dono da Pléiade, empresa que chegou a ter 64 por cento do capital do Grupo Mantero, com investimentos nas ex-colónias portuguesas



'FURACÃO' | **INSULAR EM CAUSA**

O Banco Insular, que gerou as primeiras dúvidas no âmbito da 'Operação Furacão', está no centro das investigações do Banco de Portugal ao BPN. Está em causa buraco de 360 milhões de euros

IMOFUNDOS | **COIMA REDUZIDA**

O Tribunal de Pequena Instância de Lisboa reduziu ontem a coima, aplicada pela CMVM, de 100 mil para 30 mil euros. Neste caso não estavam em questão acções de especulação imobiliária



Comissão de inquérito ao caso BPN, presidida por Maria de Belém Roseira, tomou ontem posse

**Pinto Monteiro no Parlamento**

● O procurador-geral da República (PGR) é ouvido na próxima sexta-feira no Parlamento sobre o caso BPN. Quando forem 15h00, Pinto Monteiro irá explicar aos deputados as investigações criminais ao BPN. A audição esteve marcada para ontem.

Para o líder parlamentar do PS, Alberto Martins, "os factos graves que conduziram à nacionalização do BPN e que lesaram o interesse nacional não podem deixar de ser alvo de uma investigação criminal célere, profunda e consistente, que responsabilize civil e criminalmente os responsáveis por essa situação". ■

**SAIBA MAIS**

● **ASSEMBLEIA GERAL**

A assembleia geral dos accionistas do BPN deverá realizar-se amanhã.

● **706 387**

euros. Foi o aumento de capital da SLN proposto na 'Operação Cabaz'.

● **ANULAÇÃO**

Os administradores da SLN Valor propõem a anulação de todas as deliberações do conselho de administração tomadas em Junho, Julho e Agosto.

**Noventa dias para concluir inquérito**

■ A comissão de inquérito ao caso BPN, que ontem tomou posse, vai ter 90 dias para concluir a sua missão e um "trabalho espinhoso pela frente", admitiu a presidente, Maria de Belém Roseira, durante a tomada de posse. "O trabalho é espinhoso porque o objecto desta comissão é muito abrangente, e se é abrangente vamos ter que trabalhar de uma maneira muito capaz", resumiu a deputada socialista.

"O que considero absolutamente essencial é, além de se apurar responsabilidades políticas, saber se o tecido legislativo que regula estas relações [económicas e financeiras] é eficaz, adequado, ou se deve merecer alterações", disse.

O presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, referiu que a comissão tem 90 dias para concluir os trabalhos e que os deputados que a integram vão poder trabalhar durante os fins-de-semana e férias.

A comissão vai ter 17 efectivos e oito suplentes. O calendário de trabalhos vai ser hoje definido.

Jaime Gama explicitou, contudo, que já oficiou ao PGR no sentido de se pronunciar - dentro da lei - sobre a existência ou não de um inquérito em sede de Ministério Público. Gama pediu ainda um trabalho "rápido, objectivo, rigoroso e independente".

O PS indicou para integrar a comissão Afonso Candal, Helena Terra, Jorge Seguro Sanches, Leonor Coutinho, Marques Júnior, Mota Andrade, Ricardo Rodrigues e Sónia Sanfona. Já o PSD indicou os deputados Hugo Velosa, Aguiar-Branco, Miguel Macedo e Almeida Henriques. Do CDS-PP estarão presentes Nuno Melo e Mota Soares. O PCP designou Honório Novo e o BE João Semedo. "Os Verdes" indicaram Heloísa Apolónia. ■

**Jaime Gama pede trabalho "rápido e rigoroso" aos deputados**

**CONTEÚDOS DAS DECLARAÇÕES (€)**

Anos	2002	2005	2006
Rendimento trab. dependente	242 857	287 915	290 897
Rendimento trab. independente	618 509	-	-
Depósitos no BPN	7 602 207*	20 139	138 186

\* Inclui valor da venda de acções



O ÓRGÃO PRESIDIDO POR MARIA DE BELÉM ROSEIRA TEM 90 DIAS PARA APRESENTAR CONCLUSÕES

## Comissão de inquérito ao BPN com "trabalho espinhoso"

**A** comissão eventual de inquérito ao caso BPN, que ontem tomou posse, vai ter 90 dias para concluir a sua missão e um "trabalho espinhoso pela frente", segundo a sua presidente, Maria de Belém Roseira.

"Temos à nossa frente um trabalho espinhoso que vai ser desenvolvido num contexto especial em que teremos de ter o máximo dos cuidados para não beliscar as competências de outros órgãos de soberania", declarou aos deputados Maria de Belém que, à margem da cerimónia de tomada de posse, ex-

plicou que "o trabalho é espinhoso porque o objecto desta comissão é muito abrangente".

Para a deputada socialista, o principal objecto da comissão que preside "é, além de se apurar responsabilidades políticas, saber se o tecido legislativo que regula estas relações (económicas e financeiras) é eficaz, adequado ou se deve merecer alterações".

No discurso inicial, o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, referiu que a comissão terá 90 dias para concluir os trabalhos e que os de-

putados que a integram vão poder trabalhar durante todos os dias da semana, mesmo nos períodos de férias, sem necessidade de autorização especial.

A comissão vai ter 17 elementos efectivos e oito suplentes. Os vice-presidentes da comissão serão o deputado do CDS-PP Nuno Melo e um deputado social-democrata que o grupo parlamentar "laranja" indicará posteriormente. O calendário de trabalhos será definido numa reunião que a presidente da comissão agendou para hoje, após o plenário. ■



**Maria de Belém dirige a comissão do BPN**





# Cadilhe estuda atrasar venda dos seguros

**SLN aguarda ainda chegada de todas as propostas de compra.**

**Maria Ana Barroso**  
mabarroso@economicasgps.com

A Sociedade Lusa de Negócios (SLN), liderada por Miguel Cadilhe, está a ponderar se avança já com o processo de venda do negócio dos seguros ou se aguarda algum tempo por um melhor momento para vender a Real Seguros.

Inicialmente previsto para o final de Novembro e depois para Dezembro, não é certo que existam condições para concluir a alienação este ano. Uma decisão definitiva sobre a venda dos seguros não terá ainda sido tomada, não tendo sequer passado ainda por deliberação no conselho de administração do grupo.

Contactada pelo Diário Económico, fonte oficial da SLN garantiu que "o processo se mantém", não havendo, no entanto, "nenhuma decisão quanto a datas nem a compradores".

A última data oficial conhecida para apresentação de propostas vinculativas, dada pela SLN, era 5 de Dezembro. Dos três candidatos à compra da Real Seguros, um terá já apresentado proposta e outro terá solicitado mais algum tempo para fazer a sua oferta, soube o Diário Económico. Entre os interessados estava o Montepio Geral e o Banif. O grupo deverá, no entanto, pedir a chegada de propostas ainda este ano. A decisão da SLN de prolongar um pouco no tempo o processo de venda dos seguros terá tido origem, por um lado, nestes

pedidos para adiamento da entrega de propostas vinculativas. Por outro, dado o momento dos mercados financeiros, Cadilhe querará garantir que a venda dos seguros é feita ao preço justo e não "ao desbarato".

O processo de venda dos seguros chegou a ser o mais adiantado do plano de alienação de activos definido por Cadilhe. O agravar da crise e, sobretudo, a nacionalização do

*Grupo de Miguel Cadilhe terá já recebido uma proposta de compra do negócio dos seguros.*

BPN, que levou consigo a Real Vida Seguros, terá complicado o processo. Desde a nacionalização do BPN, a 2 de Novembro, que a nova administração do banco e a equipa da SLN têm estado a trabalhar para manter a venda, em conjunto, dos negócios Vida e Não Vida, tal como Cadilhe tinha previsto. A passagem para o Estado do BPN "roubou" à SLN a Real Vida Seguros, companhia Vida do grupo.

A SLN reúne amanhã em assembleia geral. O encontro servirá sobretudo para decidir o futuro do grupo, no pós-nacionalização do BPN. ■



**Miguel Cadilhe,**  
Presidente da SLN



## Jaime Gama avisa que comissão do BPN pode trabalhar nas férias

**Inquérito.** Maria de Belém Roseira, presidente da comissão eventual, vai pedir reunião com Pinto Monteiro

EVA CABRAL e LÍLIA BERNARDES

O presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, deu ontem posse à comissão eventual de inquérito ao BPN, que terá 90 dias para concluir um trabalho que qualificou de "espinhoso". Segundo frisou Gama, o objecto da comissão "é muito abrangente" existindo por isso "um trabalho rigoroso e exigente", tendo anunciado que os deputados que a integram vão poder mesmo trabalhar durante os fins de semana e as férias.

A comissão de inquérito é presidida por Maria de Belém Roseira, do PS, que referiu ir pedir uma reunião com o Procurador-Geral da República, Fernando Pinto Monteiro, de modo a assegurar uma separação entre o que é a investigação política do Parlamento e a que cabe em exclusivo ao mundo da Justiça e que tem implicações ao nível do segredo de Justiça.

Maria de Belém referiu ter pedido aos serviços da AR a elaboração quer de um *dossier* de imprensa sobre o caso, quer da compilação de

diversa documentação e marcou para hoje – após o plenário da AR – uma nova reunião da comissão de inquérito para se proceder ao agendamento dos trabalhos. A presidente da comissão disse esperar que, "para além de se apurar responsabilidades políticas, se verifique se o tecido legislativo que regula a supervisão é o mais adequado".

Entretanto, Coito Pita, deputado do PSD/Madeira, votou ontem ao lado do PS Madeira a criação de uma comissão de inquérito parlamentar a todos os termos da operação de crédito efectuadas entre a Região Autónoma e o BPN, através do Banco Efisa, e que alegadamente envolvem deputados do partido de Alberto João Jardim e membros do governo regional.

O escritório de Coito Pita no Funchal surge como sede da sucursal *offshore* do Efisa na Madeira. Só que a proposta do PS foi chumbada pela maioria social-democrata. Neste negócio com o Efisa, a Madeira efectuou cinco empréstimos no valor 190 milhões destinados ao financiamento de empresas de capitais públicas, quatro sociedades de desenvolvimento e Madeira Parques Empresariais. ■



**SEGUROS**

# Receios dos candidatos dificultam venda da Real

**Maria João Gago**

mjgago@mediafin.pt

A venda da Real Seguros, seguradora da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), está a encontrar resistências por parte dos grupos interessados. Ao que o **Negócios** apurou, receios resultantes da conjuntura actual estão a dificultar a tomada de posições por parte dos candidatos e também por parte da “holding” liderada por Miguel Cadilhe. No grupo de interessados estão o Banif, o Montepio e, eventualmente, a Liberty.

Inicialmente, a entrega de propostas de compra definitivas estava prevista para 5 de Dezembro. O calendário foi adiado uma semana. No entanto, ao que o **Negócios** apurou, um dos interessados pediu novo adiamento até ao final do ano.

Já o Montepio apresentou na última sexta-feira uma proposta para prosseguir negociações exclusivas com a SLN quanto a uma oferta concreta que a instituição apresentou e

cujos termos concretos não foi possível apurar. A equipa de Miguel Cadilhe ainda não terá dado uma resposta. Entre as entidades que terão chegado a manifestar interesse preliminar, terá havido quem tivesse desistido de fazer uma proposta vinculativa na recta final da operação.

Outro dos factores que estão a dificultar a venda da seguradora é o facto de parte dos activos a alienar – a Real Vida – serem detidos pelo Banco Português de Negócios (BPN), que foi nacionalizado. Apesar da nacionalização, estava prevista a venda conjunta das duas companhias. Mas esta operação não estará no topo das prioridades da

**Os accionistas da SLN reúnem-se amanhã em assembleia geral para decidir o futuro do grupo e a anulação do aumento de capital da “holding”.**

equipa de gestão do BPN. Aliás, para alguns responsáveis do banco, o negócio é dado como tendo fracassado.

Independentemente das decisões que vierem a ser tomadas relativamente à Real, o conselho de administração da SLN já decidiu a alienação de sete empresas do grupo, entre as quais as três sociedades que se dedicam ao negócio vitivinícola. Na assembleia geral agendada para amanhã, os investidores vão aprovar as orientações estratégicas para a SLN, que apontam para que o grupo se concentre no negócio da saúde, optando por alienar a generalidade das restantes áreas.

Na reunião de accionistas deverá ser ainda aprovada a proposta de anulação do aumento de capital de 100 milhões de euros já concretizado. Em cima da mesa está também a possibilidade de os accionistas avançarem com uma acção contra o Estado por causa dos critérios de fixação da indemnização a que podem ter direito pela nacionalização do BPN.



INVESTIGAÇÃO BPN

## Belém na comissão

**A** ex-ministra da Saúde Maria de Belém Roseira vai presidir à comissão parlamentar de inquérito ao Banco Português de Negócios (BPN), revelou ontem à Lusa o vice-presidente da bancada socialista Ricardo Rodrigues.

A comissão de inquérito, que toma hoje posse, só deverá começar a funcionar em pleno a partir de Janeiro, segundo adiantara já a secretária da mesa da Assembleia, a deputada Celeste Correia.

Recorde-se que esta comissão terá como tarefa apurar a "existência de falta grave na actuação do Banco de Portugal no exercício do seu poder de supervisão no caso do BPN". ■





# Maria de Belém preside à comissão de inquérito ao caso BPN

**COMISSÃO TOMA** hoje posse. Os deputados estão escolhidos e os objectivos já foram determinados.

**Sandra Almeida Simões**  
ssimoes@economicasgps.com

A comissão de inquérito parlamentar ao Banco Português de Negócios toma hoje posse e será presidida pela ex-ministra da Saúde e deputada do PS, Maria de Belém Roseira. A lista de deputados que vai integrar a comissão foi ontem definida, tal como já foram determinados os seus objectivos.

A "equipa", liderada pela vice-presidente do grupo parlamentar socialista, será constituída pelos deputados Afonso Candal, Helena Terra, Jorge Seguro Sanchez, Leonor Coutinho, Marques Júnior, Mota Andrade, Ricardo Rodrigues e Sónia Sanfona. O PSD designou Hugo Velosa, José Pedro Aguiar Branco, Miguel Macedo e Almeida Henriques. Já do

CDS-PP estarão presentes na comissão os deputados Nuno Melo e Pedro Mota Soares. Honório Novo apresentará o PCP e João Semedo o Bloco de Esquerda, avançou a "Lusa". A comissão para avaliar a situação que levou à nacionalização do BPN pretende ainda analisar "a legislação em vigor sobre incompatibilidades e impedimentos de titulares e ex-titulares

de cargos políticos e de cargos públicos, lacunas ou deficiências de regulamentação", poder-se-á na resolução publicada ontem em Diário da República. Em causa es-

**Maria de Belém Roseira,**  
Ex-ministra da Saúde e actual deputada do PS



tão as ligações do ex-ministro e actual conselheiro de Estado, Dias Loureiro, ao BPN. A actuação de Vítor Constâncio constitui dois dos seis objectivos da comissão: "Aferir as responsabilidades do Banco de Portugal e dos seus dirigen-

tes [...]" e determinar "a forma como o BdP cumpriu plenamente com os seus deveres legais de supervisão em relação ao BPN entre 2001 e 2008". O debate irá ainda estender-se à análise das insuficiências estruturais, institucionais e de enquadramento legislativo das sociedades financeiras que tenham facilitado ou permitido as irregularidades ocorridas no BPN. ■



## Maria de Belém dirige comissão de inquérito ao caso BPN

Leonete Botelho e Romana Borja-Santos

● A comissão de inquérito parlamentar ao Banco Português de Negócios (BPN), que hoje toma posse, é presidida por Maria de Belém Roseira, ex-ministra da Saúde e jurista. Entre os restantes nomes escolhidos pelo PS estão os vice-presidentes da bancada Afonso Candal, Helena Terra, Mota Andrade, Ricardo Rodrigues e Sónia Sanfona, o que denota uma forte aposta no grupo de trabalho. Marques Júnior, Leonor Coutinho e Jorge Seguro Sanches são outros deputados socialistas da comissão.

Maria de Belém desempenhou esporadicamente actividade de consultadoria ao Montepio Geral e à Espírito Santo - Unidades de Apoio à Terceira Idade, mas deputados da oposição consultados pelo PÚBLICO não vêem nesse facto qualquer espécie de conflito de interesses ou incompatibilidade.

Da parte do PSD, a comissão contará como efectivos com Aguiar Branco, vice-presidente do partido e ex-ministro da Justiça, Hugo Velosa, vice-presidente do grupo parlamentar e das comissões de Assuntos Económicos e de Inquérito Parlamentar ao Exercício da Supervisão dos Sistemas Bancário, Segurador e de Mercado de

Capitais, Miguel Macedo e Almeida Henriques como efectivos.

Em nome do CDS-PP estarão Nuno Melo, vice-presidente da Assembleia da República e líder da bancada, e Mota Soares, membro da Comissão de Inquérito Parlamentar ao Exercício da Supervisão dos Sistemas Bancário, Segurador e de Mercado de Capitais.

O PCP designou o deputado Honório Novo, vice-presidente da Comissão de Orçamento e Finanças. João Semedo será o deputado do Bloco de Esquerda efectivo, enquanto o Partido "Os Verdes" indicou Heloísa Apolónia.

Apesar de a tomada de posse ocorrer hoje, a comissão só deverá começar a funcionar em pleno em Janeiro, segundo a secretária da mesa da Assembleia, a deputada Celeste Correia. O inquérito parlamentar "à existência de falta grave na actuação do Banco de Portugal no exercício do seu poder de supervisão no caso do BPN" foi aprovado no dia 5 de Dezembro. O inquérito foi proposto pelo CDS-PP, mas o projecto aprovado por unanimidade incluiu alterações sugeridas pelo PS e pelo PSD.

A maioria PS chumbou uma proposta do PCP para que o inquérito tratasse também o caso do Banco Privado Português (BPP). **com J.M.R**



Comissão de inquérito ao BPN começa a funcionar em Janeiro

### PS pede ao procurador para investigar

Ligações do BPN à Madeira através do Banco Efisa

A Assembleia Legislativa da Madeira discute hoje a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito sobre todos os termos das operações de crédito, num total de 600 milhões de euros, efectuadas a várias entidades públicas da região pelo BPN, através do seu Banco Efisa. A iniciativa é do PS, que também solicitou a intervenção do procurador-geral da República no sentido de serem averiguados os alegados envolvimento de deputados do PSD-M com o Banco Efisa e

desta instituição com o Governo Regional. O PS questiona ainda a legalidade da instalação do Efisa no escritório de dois advogados e deputados sociais-democratas. "Queremos que se clarifique tudo, isto é, se não há possibilidade no parlamento regional de fazermos uma comissão de inquérito, como foi pedido pelo PS, o Ministério Público tem de o fazer, tem de actuar para ver se do ponto de vista criminal há algo para fazer", declarou o líder regional do PS, João Carlos Gouveia.

**Tolentino de Nóbrega**





## INVESTIGAÇÃO BPN

**Maria de Belém  
lidera comissão**

A ex-ministra da Saúde Maria de Belém Roseira vai presidir à comissão parlamentar de inquérito ao BPN. A comissão só deverá começar a funcionar em pleno a partir de Janeiro. O inquérito foi proposto pelo CDS-PP, mas o projecto aprovado por unanimidade foi um texto de substituição, incluindo alterações sugeridas pelo PS e pelo PSD.



## Maria de Belém preside à comissão de inquérito ao BPN

**Assembleia.** Comissão parlamentar de Inquérito ao BPN vai hoje tomar posse

A ex-ministra da Saúde Maria de Belém Roseira vai presidir à comissão parlamentar de inquérito ao Banco Português de Negócios, disse ontem à *Lusa* o vice-presidente da bancada socialista Ricardo Rodrigues.

Na conferência de líderes de quarta-feira passada já tinha ficado decidido que a comissão seria presidida por um deputado do PS.

Além de Maria de Belém Roseira, vice-presidente da bancada socialista, o PS indicou os deputados Afonso Candal, Helena Terra, Jorge Seguro Sanches, Leonor Coutinho, Marques Júnior, Mota Andrade, Ricardo Rodrigues e Sónia Sanfona. Como suplentes o PS designou os deputados Marcos Sá e Hugo Nunes.

Já o PSD indicou os deputados Hugo Velosa, José Pedro Aguiar Branco, Miguel Macedo e Almeida Henriques como efectivos e Duarte Pacheco e José Manuel Ribeiro como suplentes.

Do CDS-PP estarão presentes na comissão os deputados Nuno Melo e Pedro Mota Soares, disse fonte dos populares.

O PCP designou o deputado Honório Novo para integrar a comissão, com Agostinho Lopes como suplente.

João Semedo será o deputado do Bloco de Esquerda efectivo na comissão de inquérito ao BPN, enquanto pelo Partido Ecologista "Os Verdes" será Heloísa Apolónia a deputada nesta comissão.

A comissão de inquérito só deverá começar a funcionar em pleno a partir de Janeiro. ■





## editorial

Pedro Santos Guerreiro  
*Director*



### A Dona Banca

➔ Os homens são mesmo todos iguais: gananciosos e ingénuos. Do pobretanas que pede crédito à Dona Branca aos maiores banqueiros mundiais que investiam no Madoff, há um deslumbramento comum que os faz entregarem-se às mãos dos vigaristas: a promessa de dinheiro fácil. E o BPN e o BPP também são para aqui chamados.

Inventado há cem anos por um imigrante italiano nos Estados Unidos, um finório chamado Charles Ponzi, o esquema piramidal garante remunerações elevadas a quem lá investir, que são pagas com a entrada de novos membros: o juro do primeiro membro é pago com o capital da entrada do segundo membro, o deste pelo terceiro, este pelo quarto e assim eternamente até ao rementamento da "bolha". Tanto na Dona Branca como com Bernard Madoff, foi preciso décadas para que ela estoirasse.

Outras prodigiosas pirâmides continuam operacionais e repletas de "investidores" que juram não correr risco algum, porque negoceiam cosméticos, selos ou dietas da treta que servem de pretexto tangível para o negócio intangível de criar coisa nenhuma.

Quando perguntaram a Madoff que activos tinha, nada tinha. Ele, que foi denunciado pelos filhos, tinha uma imagem à prova de bala. Os gestores das empresas, incluindo a Fairfield Sentry, gozavam de alta reputação no sistema financeiro.

Vitor Constâncio tem carradas de razão: a fraude não se detecta, os reguladores são os cegos desta terra em que quem tem olho é rei. Como pôde o temível regulador das bolsas americanas, a SEC, ser assim incompetente? Como é que um gigante fluxo financeiro que nada comprava ou vendia passou décadas com distinção nos relatórios dos auditores?

Há uma lição básica de finanças que se aprende nas universidades de Economia ou nos corredores do metropolitano: em mercados em concorrência, a rentabilidade das empresas converge para uma taxa de retorno próxima da inflação mais um pequeno "spread" - se for superior, outros operadores entram no mercado até esmagarem o lucro económico, que tende para zero. Nos corredores do metropolitano, a formulação é mais fácil: quando a esmola é grande, o pobre desconfia. O rico é que não.

Que banco andou anos a oferecer depósitos a prazo e aplicações de baixo risco com taxas muito acima da concorrência? O BPN. E que banco prometia rentabilidades tão elevadas que atraiu grandes investidores e, por exemplo, caixas agrícolas? O BPP.

Mas há uma diferença: o grupo Santander, que tem grande exposição ao Madoff, transferiu o prejuízo para os clientes que tinham investido nesses fundos, alegando que eles tinham um nível de alto risco que era conhecido pelos clientes. No BPP, para salvar as caixas agrícolas salvou-se o próprio banco, assim salvando gente de mais e isentando de responsabilidades os gestores das caixas que correram riscos nessa decisão. E mesmo no BPN, a nacionalização garantiu aos depositantes as taxas anormalmente altas que haviam sido prometidas, lucros excessivos suportados pelos contribuintes.

Não tinha de ser assim. Por mais cruel que a opção do Santander seja, se for verdade que os clientes estavam informados dos riscos, é compreensível que assumam as perdas. No BPP, é injustificável que se protejam todos os investidores. No BPN, o Estado podia (e devia) ter garantido aos depositantes apenas uma remuneração média de mercado, não as super-taxas oferecidas durante anos como se fossem saldos fora de época.

Não há alquimias, potes no fim de arco-íris ou Midas que tornem chumbo em ouro. Crianças e adultos, ricos e pobres: o Pai Natal não existe. Quer apostar o seu dinheiro nisso?





**AUDIÇÃO.** O procurador-geral da República, Pinto Monteiro, vai ser ouvido no Parlamento sobre as investigações ao Banco Português de Negócios na próxima sexta-feira, a pedido do Partido Socialista.

SUCURSAL DE SACAVÉM DO BANCO PORTUGUÊS METIDA EM NÉGOCIOS ILEGAIS

# BPN financiou negócios de contrabando do IRA

O gerente da sucursal do BPN é arguido num processo onde é acusado de financiar um grupo ligado ao Exército Republicano Irlandês, que angariava dinheiro com tráfico de tabaco e álcool

Texto • Valdemar Pinheiro  
valdemar.pinheiro@24horas.com.pt

**A** sucursal do BPN de Sacavém financiou em 2003, em muitos milhares de euros, contrabandistas de álcool e tabaco portugueses com ligações a ingleses e irlandeses, alguns destes últimos conotados com o Exército Republicano Irlandês (IRA) autêntico, apurou uma investigação do *24horas*.

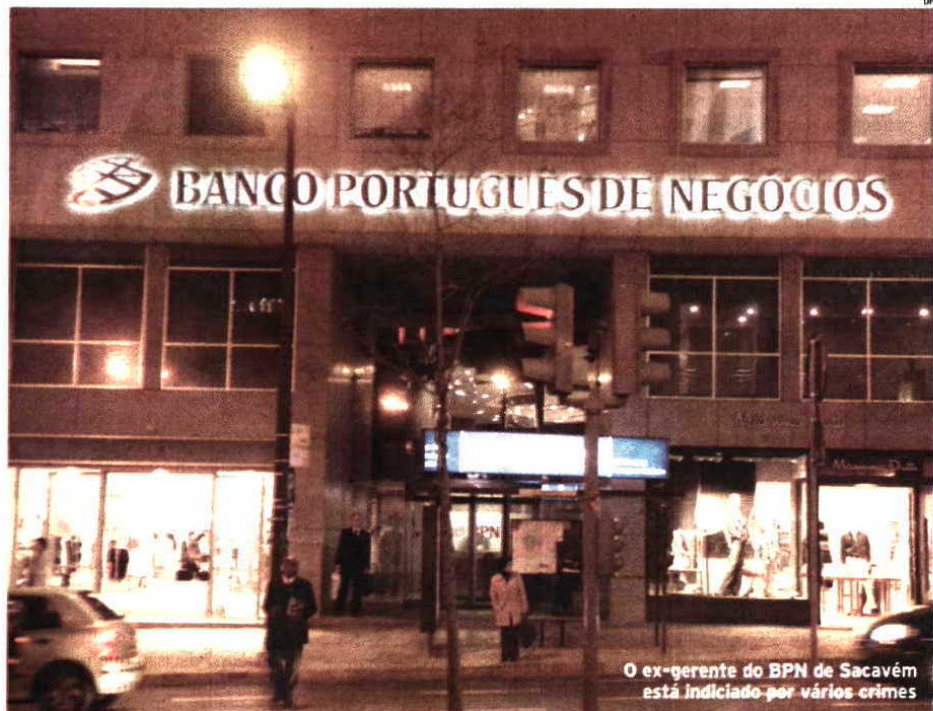
Em causa está o ramo português do negócio de contrabando com bebidas alcoólicas e tabaco, alegadamente liderado por F. V., empresário e antigo cônsul honorário de um país africano, recentemente condenado a 5 anos de prisão, com pena suspensa por igual período, num megajulgamento em Setúbal, que contou com 47 arguidos.

Frederico V. foi conotado com alegados membros do IRA pelas autoridades espanholas e a revelação foi feita a semana passada pela imprensa espanhola, conforme o *24horas* noticiou oportunamente.

Segundo o jornal "ABC", Frederico V. manteria contactos privilegiados com destacados membros do IRA: Francis Grew e Henry Mc Laughlin, que foram condenados há três semanas na Irlanda do Norte por fraude de 100 milhões de euros com bebidas e tabaco.

Presos a pedido das autoridades espanholas, por terem uma base de contrabando montada em Tarragona, Espanha, os irlandeses estão igualmente indiciados por participação no maior atentado na Irlanda do Norte, que matou 29 pessoas e feriu mais de 200, em Omagh, em 1998.

**O envolvimento do BPN nos ne-**



O ex-gerente do BPN de Sacavém está indiciado por vários crimes



gócios ilícitos é citado no relatório da Unidade de Investigação Criminal das Alfândegas, apenso ao processo de Setúbal e ao qual o *24horas* teve agora acesso.

O então gerente da sucursal de Sacavém, Paulo S., 44 anos, natural de Angola, também um dos arguidos julgados no megaproceto, é acusado de ter "proporcionado ao grupo a troca de libras, que tinham sido recebidas no Reino Unido, directamente das mãos dos recebedores das bebidas alcoólicas, por euros".

Da agência do Banco Português de Negócios de Sacavém, refere o mesmo relatório, "foram ainda efectuadas transferências bancá-

rias de dinheiro a partir de contas tituladas ou controladas pelos suspeitos para a conta bancária da empresa (...), um entreposto irlandês.

O antigo gerente ter-se-á também "encarregado de obter o financiamento para algumas das operações, designadamente carregamentos de uísques".

O ex-gerente do BPN foi ainda indiciado no relatório de ter igualmente "procedido à intermediação para a obtenção de financiamento numa operação de fornecimento de cigarros a partir do território nacional para os associados do grupo do Reino Unido".





ID: 23116970

15-12-2008



**ASSEMBLEIA.** Os accionistas da Sociedade Lusa de Negócios, antiga proprietária do BPN, vão reunir-se esta quarta-feira em assembleia-geral. Em cima da mesa estão as propostas do presidente do grupo, Miguel Cadilhe (na foto), para a gestão da SLN no período pós-nacionalização do BPN.



**CUSTOS.** O ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, referiu, numa entrevista concedida à RTP2 no final da semana passada que espera que a gestão por parte do Estado do Banco Português de Negócios "não venha a implicar custos para o erário público".

ADMINISTRAÇÃO BPN

## Salário igual à CGD

Os administradores da Caixa Geral de Depósitos (CGD) que foram destacados para a gestão do BPN após a sua nacionalização estão a receber exactamente o mesmo salário que auferiram até aqui.

Segundo o *24horas* conseguiu apurar, Francisco Bandeira, Norberto Rosa e Pedro Cardoso, a trabalhar no BPN desde Novembro, continuam a ser pagos segundo a tabela de remunerações da CGD. O novo presidente do BPN, recebe cerca de 21 mil euros por mês, referentes ao salário mensal do vice-presidente do banco do Estado, cargo que desempenhava. Já Norberto Rosa e Pedro Cardoso recebem 17 mil euros por mês, uma vez que eram ambos vogais do Conselho de Administração da CGD.

De acordo com uma fonte da CGD contactada pelo *24horas*, esta situação explica-se "pelo facto de a nacionalização do BPN ter posto este banco sob a alçada da CGD, pelo que os administradores nomeados continuam a trabalhar para a Caixa e não para o BPN".

JCB

### Ligações apontam: IRA

As alegadas relações de Frederico V. a irlandeses conotados com o IRA autêntico, uma facção católica exaltada, que nos anos 90 veio a separar-se da organização principal, vêm de longe, havendo mesmo registos que o referenciam antes com antigos operacionais intimamente ligados a Gerry Adams, presidente do Sinn Fein e que o *24horas* conta divulgar nas próximas edições.

A verdade é que, apesar de o antigo cônsul ser apontado, sobretudo pelos espanhóis, como o "cérebro" dos ramos português e espanhol, que nos últimos anos "ajudou" com os negócios ilícitos de contrabando de álcool e tabaco para financiar actividades terroristas do IRA autêntico, há quem assegure que "não o fez em consciência".

Actualmente com vários recursos pendentes, a cargo do advogado, José António Barreiros, que o defendeu no processo de Setúbal, Frederico V. não está disponível para prestar esclarecimentos, mas fontes que lhe são próximas garantiram ao *24horas* que ele "nunca imaginou que os seus contactos comerciais com os irlandeses, estivessem a servir causas terroristas".

### Tem dupla nacionalidade

Frederico V. nasceu em 1949 e é natural de Barcelona. Também usa o nome de José Luís V.. Filho de pai português e de mãe espanhola, tem dupla nacionalidade, portuguesa e espanhola, e foi acreditado, a 6 de Maio de 1985, junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros português como cônsul honorário. O próprio MNE emitiu o cartão de identidade n.º FM-169/85 em nome de José Luís V., que corresponde à sua identidade espanhola.

A nacionalidade portuguesa foi adquirida em 1997, com o nome de Frederico V.. Possui várias moradas, em Cascais, Estoril e Lisboa.

As reuniões "comerciais" eram realizadas na sala de um escritório que tinha alugado na Avenida Fontes Pereira de Melo, no centro da capital. "Era aqui que mantinha algumas reuniões e guardava documentação relacionada com a actividade criminosa" apreendida pelas autoridades, que investigaram o mega processo de Setúbal. Só neste processo, Frederico V. foi acusado de fraude aos fisco de mais de 13 milhões de euros. ■

## OLIVEIRA E COSTA FARTOU-SE DE GANHAR COM DIVIDENDOS

# Acções renderam cinco milhões

O ex-presidente do BPN foi um dos accionistas que mais lucraram com os resultados do banco

Texto • João Cristóvão Baptista  
joao.m.baptista@24horas.com.pt

**A**final, não foi só através dos ordenados milionários que recebia enquanto presidente do Banco Português de Negócios (BPN) que José Oliveira e Costa enriqueceu. Segundo a informação presente nos relatórios de contas do BPN a que o *24horas* teve acesso, ao longo dos últimos seis anos, o antigo patrão do banco recentemente nacionalizado — que era também um dos principais accionistas, com uma participação de 3,9 por cento do capital daquela instituição — recebeu mais de cinco milhões de euros em dividendos.

Ao todo, dos mais de 136 milhões de euros que o banco distribuiu em dividendos pelos seus accionistas pelos resultados obtidos entre 2002 e 2007, 5,312 milhões de euros foram parar ao bolso do banqueiro agora acusado de vários crimes de burla e branqueamento de capitais.

Curiosamente, foi no último ano que esteve à frente dos destinos do BPN (numa altura em que aquela instituição já se encontrava



Só em 2007 Oliveira e Costa atribuiu-se 1,17 milhões de euros

sob investigação, por suspeitas de irregularidades) que Oliveira e Costa mais ganhou enquanto accionista. No final de 2007, e tendo em conta o facto de o banco ter alcançado resultados consolidados superiores aos 56 milhões de euros, o Conselho de Administração presidido por José Oliveira e Costa decidiu atribuir aos accionistas 30 milhões de euros em dividendos. Uma decisão que rendeu ao antigo banqueiro um proveito pessoal de 1,17 milhões de euros.

### Não foi o único a ganhar milhões

Apesar de tudo, Oliveira e Costa não foi o único beneficiado com os milhões distribuídos pelo BPN aos accionistas antes de ter sido descoberto um buraco financeiro de 700 milhões de euros naquela instituição. Embora não tivessem qualquer influência nas decisões tomadas pelo Conselho de Administração, vários outros accionistas de referência do banco rece-

beram verdadeiras fortunas pela participação que detinham no capital do BPN.

Terá sido esse o caso de Almiro Jesus Silva, cuja participação de 3,4 por cento valeu 4,6 milhões de euros em dividendos durante este período. Também os empresários e accionistas do BPN, Joaquim Coimbra (1,9 por cento) e Joaquim Abreu (1,7 por cento) tiveram direito a uma fatia dos lucros distribuídos sob a forma de dividendos: 2,5 e 2,3 milhões de euros, respectivamente. ■

### Quanto ganhou Oliveira e Costa

2002	772 mil euros
2003	847 mil euros
2004	665 mil euros
2005	727 mil euros
2006	1,131 milhões de euros
2007	1,170 milhões de euros
<b>Total</b>	<b>5,312 milhões de euros</b>



PLUMA CAPRICIOSA

# Solilóquio do dr. Dias Loureiro

*Estou ao dispor das autoridades sempre que as reuniões no Conselho de Estado não mo impeçam*



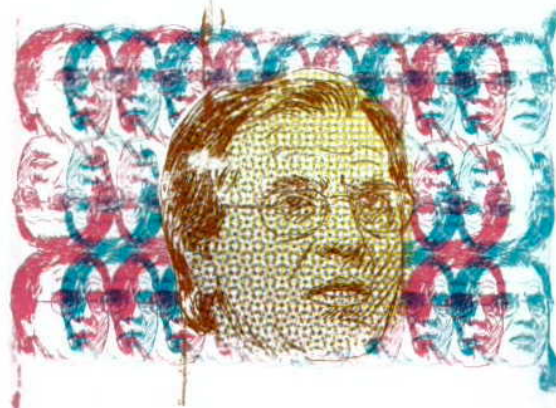
CLARA  
FERREIRA  
ALVES

**I**sto que me está a acontecer é no mínimo muito desagradável porque tenho a minha consciência limpa e nada fiz de que me possa arrepender ou de que os meus amigos, que respeito e pelos quais tenho estima e amizade, se possam arrepender, incluindo amigos com amizades para cima de trinta anos. E os meus amigos são importantes no sentido em que eles foram importantes para chegar onde cheguei que não foi um percurso fácil para quem nasce em Aguiar da Beira. Uma vila beirã pela qual tenho imenso respeito, sobretudo pela casa que foi de meu pai ao qual tive um dia a alegria de comunicar que era ministro e que não hesitei em recomendar para sede do BPN na terra visto que nada fazia suspeitar que o BPN, um banco honrado dirigido por gente que eu considerava honrada e merecedora de todo o respeito e consideração, era mais do que aquilo que parecia. Sempre fui um homem amigo do seu amigo e amigo do alheio como mandam o Segundo Mandamento e a Santa Madre Igreja, até quis ser padre e senti esta vocação para fazer de mim um homem e um cidadão com vocação política e consciente de que a política tem os seus riscos e tem os seus altos e baixos embora tenha tido o privilégio de ter conhecido grandes políticos e de ter tido com eles uma grande e respeitosa amizade que sempre me foi útil. Fiz negócios dos quais jamais suspeitei, pois era eu que os dirigia, com a amizade e o respeito honrado dos meus amigos. Tenho por mim uma consideração e um respeito que não são vulgares e devo isso a mim mesmo. E aos meus amigos. Nunca tive razões para suspeitar de mim

e continuo a não ter. Apesar de dizer isto aos jornalistas que continuam a perseguir-me e que não hesitarei em processar visto que tenho a consciência tranquila e isso mesmo comuniquei com todo o respeito e consideração ao senhor Presidente da República, um homem pelo qual tenho admiração e uma amizade com trinta anos, quando o senhor Presidente da República suspeitou da sua própria consciência ao convidar-me com toda a amizade para o Conselho de Estado. Um cargo que tenho desempenhado com muita amizade pelos portugueses. Sei que nesta campanha contra mim haverá quem duvide das minhas capacidades como político e como banqueiro e administrador de empresas várias, todas com nomes respeitáveis, da pintura de módulos à pintura de mantas, e aqui devo dizer que pintar a manta é uma actividade tradicional pela qual nutro todo o respeito e consideração que os portugueses me merecem, e quem duvida não merece a minha consideração porque duvidar é um acto menor que não imputo a gente que se preza e se tem em lata, perdão, em alta consideração. O mesmo devo dizer dos meus amigos estrangeiros que fui adquirindo com gosto ao longo destes anos de carreira política e grande sacrifício pessoal e empenho, embora deva acrescentar que não me saí mal, eu

estou bem, a minha família está bem, temos para cima de um milhão declarado e ganhei muito dinheiro em Marrocos e até resolvi ser um cidadão honesto e pagar os meus impostos em Portugal quando podia facilmente ter fugido e não fugi porque disse para mim mesmo, Manel, já não és ministro mas podes voltar a ser e nunca se sabe. Os portugueses devem-me isso, esse sacrifício. Quarenta por cento de tudo o que ganhei foram para os cofres do Estado. Não vejo razão para o Estado, ao qual servi com toda a lealdade e consideração, não fazer o mesmo por mim numa hora de aperto e pelos meus amigos em dificuldades como o brilhante dr. Oliveira e Costa, um homem pelo qual tenho o maior respeito e consideração e que considero incapaz de uma acção menos própria embora esteja preso. O que quer que ele tenha feito fê-lo com a consciência limpa e jamais em benefício próprio, e fê-lo com a maior lealdade. Isso mesmo eu disse ao Banco de Portugal quando o fui denunciar. O problema dele é não olhar para as contas, e devo acrescentar que eu próprio também nunca olho para as contas visto que deposito nos meus amigos toda a confiança e não ia pedir contas a gente em quem confio. Não seria um gesto de amizade. O mesmo se diga das viagens a Porto Rico ou das ligações a Gibraltar e às ilhas Caimão, que nada tiveram a ver com off-shores e apenas com uma curiosidade natural por conhecer o mundo que nos rodeia e fazer um bom negócio, nestas coisas todos temos um bocado de Fernão Mendes Pinto não me chamasse eu Dias Loureiro. Quase ia dizer que foi através dele que conheci o meu amigo libanês El-Assir e que agora acusam de ser traficante

de armas do mesmo modo que me acusam a mim e injustamente de ser traficante de influências. Não foi. O dr. Mendes Pinto não estava presente quando nos conhecemos na casa de um comum amigo. Não trafico, limito-me a apresentar amigos a outros amigos e a jantar e caçar com eles quando me pedem e até foi assim e através do libanês que conheci o Presidente Clinton e o Rei de Espanha com o qual aliás até estive tu cá tu lá porque ele é como eu uma pessoa simples. Não tinha nenhuma razão para desconfiar de um homem pelo qual tenho todo o respeito e consideração. Estou ao dispor das autoridades sempre que as minhas reuniões no Conselho de Estado não mo impeçam e sempre que os assuntos do país não mo exigirem. Tenho por este país, e por todos os países, todo o respeito e consideração. ■







# BPN em discussão no Parlamento

NO MESMO dia em que a comissão de inquérito ao caso BPN toma posse, o Procurador Geral da República, Pinto Monteiro, vai ao Parlamento fazer o ponto de situação do *dossier* da alegada gestão danosa do banco. A audição do procurador, pedida pelo PS, acontece terça-feira. Já a comissão de inquérito só deverá começar a funcionar em pleno a partir de Janeiro. O BPN passará, entretanto, a estar sujeito às regras do Estatuto de Gestor Público, que prevê nomeadamente a gestão por objectivos. Os novos estatutos, aprovados em Conselho de Ministros, introduzem **«alterações no modelo de fiscalização»** e os mandatos dos membros dos órgãos sociais passam a ter três anos, **«com possível renovação para quatro»**. O salário dos gestores passa também a ser definido pelo Governo, **«com base em preços de mercado»**.



## PARLAMENTO

## Contestadas as audições fora de horas

➔ O procurador-geral da República, Pinto Monteiro, será ouvido às 21 horas de terça-feira pela comissão parlamentar de Orçamento e Finanças, a propósito do caso do BPN. Já a anterior audição, que não se realizou devido a doença do magistrado, estava marcada para a mesma hora.

A hora da reunião está a causar “desconforto”, uma vez que já o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, foi ouvido “fora de horas”, numa sessão que se prolongou pela madrugada, com prejuízos vários, entre os quais o da cobertura mediática.

“As reuniões à noite devem ser uma excepção”, afirmou ao JN, a socialista, Teresa Venda, vice-presidente da comissão, que enviou um cartão a Jaime Gama, alertando para a necessidade de haver “ponderação” nas horas de marcação das reuniões. A audição foi marcada directamente pelo presidente da comissão, Jorge Neto, do PSD “ponderada a disponibilidade da personalidade ouvida e a recomendação do presidente do Parlamento para que as comissões não se reunam à hora do plenário”. **A.P.C.**





SEGREDO DE JUSTIÇA

# PGR baixa expectativas sobre caso BPN

TRAGO RODRIGUES ALVES  
sociedade@jn.pt

O procurador-geral da República disse que por causa do segredo de justiça não vai poder dizer muito ao Parlamento sobre o caso BPN. Pinto Monteiro queixou-se mais uma vez dos megaprocessos e da falta de especialização.

“Vou responder às perguntas que os senhores deputados quiserem, mas, evidentemente, vai ser uma desilusão muito grande porque eu vou manter o segredo de Justiça e aquilo que eu vou dizer não vai encher páginas de jornais.” Foi desta maneira que o



MÁRIO CRUZ / LUSA

Pinto Monteiro diz que o seu depoimento não vai dar para “encher páginas de jornais”

procurador-geral da República frustrou as expectativas da sua audição no Parlamento no âmbito das investigações ao caso BPN. Recorde-se que a ida de Pinto Monteiro à Assembleia da República chegou a estar agendada para o dia 2 deste mês mas, por motivos de saúde, será ouvido apenas no dia 16.

A entrada de uma palestra na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, o procurador aproveitou a oportunidade para voltar a criticar os mega-processos, como o caso Casa Pia e a Operação Furacão. “Sou contra os megaprocessos porque se arrastam

no tempo e quando se faz justiça já se passou tanto tempo que as pessoas já estão cansadas de ouvir falar nele”, explicou.

A seguir, Pinto Monteiro discursou para uma plateia composta maioritariamente por finalistas e estudantes de Direito sobre o Ministério Público e a Comunidade, no âmbito das celebrações do dia daquela Faculdade. Queixando-se de que a “necessária” especialização do Ministério Público “está completamente por fazer”, o procurador salientou que é preciso “uma justiça mais próxima do cidadão, mais transparente e na qual o cidadão acredite”. ■



## PGR garante que processo SIRESP não foi reaberto

**Justiça.** Processo de tráfico de influências relativo ao SIRESP continua arquivado

O processo do chamado "caso Siresp" (Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança) - arquivado em Abril de 2008 - não foi reaberto, segundo confirmou ao DN fonte do gabinete de Pinto Monteiro.

A clarificação surge na sequência de uma notícia da TVI, segundo a qual o processo de suspeitas de tráfico de influências na adjudicação do concurso para a criação deste sistema de redes de segurança a um consórcio liderado pela Sociedade Lusa de Negócios, grupo que controla o Banco Português de Negócios (BPN) teria sido reaberto pela procuradora Cândida Almeida.

Segundo a mesma notícia, a Directora do Departamento Central de Investigação e Acção Penal teria rea-

berto o processo por existirem novos indícios na sequência da investigação do caso BPN. E que António Costa, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, seria notificado no mesmo processo para testemunhar, como sucessor desta adjudicação enquanto Ministro da Administração Interna. Contactado pelo DN, fonte do gabinete de António Costa garante que desconhece a situação.

Durante a investigação realizaram-se buscas a empresas que integravam o consórcio vencedor e houve alguns arguidos, mas o caso acabou por ser arquivado, por falta de prova.

O concurso foi adjudicado pelo antigo ministro da Administração Interna do Governo de Santana Lopes Daniel Sanches, ex-quadro do BPN, ao consórcio liderado pela holding Sociedade Lusa de Negócios, o único concorrente que se apresentou ao concurso em questão. ■ - F.A.S. e C.R.L.



JOÃO SEMA GOLLADO/LUSA

**PGR nega abertura do processo SIRESP**





Henrique Raposo

henrique.raposo79@gmail.com

## O GAFANHOTO E O BPN

Certa vez, assisti a um milagre. Só uma vez. Uma. Foi na época em que o Vasco Granja enchia a TV com desenhos animados da Checoslováquia (mais tarde, nas aulas de História, descobri que o Vasco Granja foi mesmo a única coisa boa que saiu do Pacto de Varsóvia). Nessa altura, eu tinha um fascínio qualquer com formigueiros. Se não estava a ver os bonecos do Vasco Granja, estava a ajudar as formigas. Para desespero da minha avó e dos meus primos, tudo o que era bolacha ia para os formigueiros do bairro. Criei, aposto, a raça de formigas mais roliça do mundo. Eu era uma espécie de David Attenborough arraçado de Maria de Lourdes Modesto. E esta ajuda humanitária não se ficava pelas bolachas. Também fazia banquetes com bichos. Gafanhotos, sobretudo. Gostava de atar um pequeno cordel às patas daqueles cangurus de rés-do-chão. Para quê? Ora, com aquelas algemas feitas de linha de coser, os gafanhotos ficavam ali à mercê das minhas formigas de estimação. Mas certa vez aconteceu o inesperado. O tal milagre. Um gafanhoto preso pela minha linha passeou-se à porta do formigueiro da rua de baixo. E não aconteceu nada. O patudo ficou como estava. Intacto. Incólume. Com todas as patas no sítio. Não sei se aquele formigueiro estava à mercê de febres budistas, mas o certo é que o gafanhoto não foi desmantelado. Guardei o bicho, e nunca mais toquei em gafanhotos. Mais tarde, nas aulas de Filosofia, percebi que aquela foi a primeira e a última manifestação da existência de deus na minha vida.

Se a justiça portuguesa conseguir julgar em tempo útil as pessoas envolvidas no caso BPN, então, terei descoberto o meu segundo gafanhoto. Mas não me parece. Só temos direito a uma sarça-ardente na vida.





# no BPP

## SLN avança com providência cautelar

**Está em curso uma providência para arresto de bens dos ex-gestores que tenham contribuído para as irregularidades na SLN**

A próxima quinta-feira, dia em que os accionistas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) se reúnem em Assembleia Geral (AG), pode ser o primeiro dia do resto da vida da empresa, após o terramoto que abalou as estruturas do grupo, com a saída da área financeira decretada pela nacionalização do BPN.

Mas o presidente da SLN arrisca-se a ser confrontado por pequenos accionistas da empresa que têm dúvidas quanto à forma como está a ser preparado o saneamento financeiro do grupo. Miguel Cadilhe terá, no entanto, uma cartada na manga que poderá animar o encontro dos accionistas. Segundo apurou o Expresso, a SLN já avançou com uma providência cautelar para arresto dos bens dos ex-administradores da SLN e do BPN que tenham contribuído ou sido coniventes com as irregularidades praticadas durante a presidência de Oliveira Costa, entretanto detido. Contudo, há quem entenda que "entre os ex-gestores se encontram pessoas que entretanto se arrependem e que não prejudicaram o grupo intencionalmente, até porque estão a colaborar com as autoridades", referiu uma fonte não oficial da SLN. O Expresso apurou ainda que no início da próxima semana serão ouvidas testemunhas no âmbito da providência e que o tribunal deverá decidir sobre a aceitação da mesma ou a sua recusa ainda antes da AG. Se o tribunal der provimento à providência Cadilhe marca pontos junto dos accionistas, caso contrário poderá ser mandatado para entrar na mesma com acções judiciais, como está agendado na convocatória da AG. Contactada, a SLN

diz que "não faz comentários sobre processos em curso".

Numa adenda à convocatória da AG, a administração da SLN já tinha anunciado que ia colocar à votação a intenção de avançar com acções judiciais, civis ou criminais, contra membros dos órgãos de administração da SLN e do BPN que exerceram funções desde 2001 até Junho de 2008.

### As dúvidas

Mas há accionistas desagrados com a forma como está previsto que a AG decorra. Em primeiro lugar, as decisões relativas à reestruturação financeira do grupo serão tomadas sem que os accionistas tenham acesso a quaisquer contas — e sem que tenha sido apurada a extensão dos buracos financeiros.

Em causa está, num primeiro momento, decidir o que fazer com a Operação Cabaz, que permitia que entrassem no grupo €300 milhões e que foi interrompida. O mais provável é que os accionistas decidam anulá-la. Mas, ao fazê-lo, será necessário reembolsar os accionistas que

entraram ou reforçaram no capital da empresa na sequência dessa operação. O que levanta outra questão: ao votarem o cancelamento da Operação Cabaz, os novos accionistas deixarão de ser e outros mudarão as suas participações. Mas à partida poderão continuar a votar com as participações que tinham no início da AG. Por exemplo, a Valouro, que entrou pela primeira vez no capital da SLN com a Operação Cabaz, deixa de ser accionista com a anulação mas poderá votar nos pontos seguintes da ordem de trabalhos, nomeadamente na redução de capital para cobertura de prejuízos e posteriormente, no caso de o capital ficar abaixo dos limites legais aplicáveis, num aumento de capital reservado a accionistas. Na prática isto significa que os accionistas que participaram na Operação Cabaz poderão recuperar o dinheiro que gastaram (cerca de €100 milhões) e investi-lo no aumento de capital. Já os accionistas anteriores à operação suportarão os prejuízos, através da redução do capital, e, se quiserem manter as suas posições, terão de pôr mais dinheiro.

O mais prudente seria, segundo alguns accionistas, votar a anulação da Operação Cabaz e marcar mais tarde uma nova AG para decidir o que fazer, apenas com os accionistas que estavam antes de ser concretizada a primeira tranche da operação.

Outra das questões que poderão ser levantadas prende-se com o facto de a Operação Cabaz ter avançado numa altura em que já havia suspeitas de problemas de fundo no grupo. Mas a administração de Cadilhe e os principais accionistas, congregados em torno da SLN Valour, dizem que à data da decisão de avançar com a operação não havia "informação correcta" nem era possível "imaginar" a dimensão dos problemas. I.V. e P.L.

### OPERAÇÃO CABAZ

■ Foi aprovada pela administração da SLN em Agosto e passava por um aumento de capital e pela venda de acções próprias, num valor global de €300 milhões

■ A ideia era que esta operação ocorresse em três prestações iguais e sucessivas. Mas com a nacionalização do BPN, apenas teve lugar a primeira fase, que levou os accionistas a gastarem cerca de €100 milhões

Adão da Fonseca, actual líder do BPP (foto da direita), não está a ter uma tarefa fácil no banco que João Rendeiro foi obrigado a deixar depois de ter revelado que a instituição estava com problemas. Rendeiro poderá também sair da presidência da Privado Holding



## Semana de nervos para ex-gestores do BCP

**CMVM notificou ontem o BCP mas deixou para a semana os ex-gestores. Vão ser enviadas ao Ministério Público outras acusações**

A ansiedade de alguns dos ex-administradores do BCP tem sido difícil de disfarçar nos últimos dias. À medida que o tempo passa, a espera revela-se demasiado longa quando o que se pretende é saber, tão rapidamente quanto possível, qual o veredicto dos supervisores quanto ao apuramento de responsabilidades nas operações de compra de acções próprias através de sociedades sediadas em paraísos fiscais («off-shores»).

É difícil esconder também alguma apreensão relacionada com a forma como os processos podem estar construídos. E isto porque, a duas semanas do Natal, um ano depois de o caso das «off-shores» do BCP ter rebentado, e depois de vários prazos dados para o desfecho das investigações e consequente acusação, finalmente o governador do Banco de Portugal (BdP), Vitor Constâncio, anunciou, na quarta-feira, que o processo de contra-ordenação instaurado ao

BCP estava pronto e os arguidos iam começar a ser notificados. Em causa estão factos relacionados com 17 «off-shores» pertencentes ao BCP e nunca reportados ao BdP.

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) fez o mesmo: "Vamos notificar o BCP e também pessoas individuais ex-responsáveis da instituição, no âmbito do processo de prestação de informação financeira não verdadeira ao mercado (ocultação da domiciliação e transacção de acções do BCP)". Segundo o regulador do mercado, apenas o BCP foi notificado ontem. As notificações para os ex-gestores quanto ao apuramento das suas responsabilidades só deverão ser comunicadas na próxima semana. Até à hora de fecho desta edição, o BdP não tinha ainda notificado qualquer arguido, até porque segundo apurou o Expresso a entidade de supervisão estava ainda reunida em conselho para apreciar a questão BCP.

A demora quanto às decisões que estão na calha tem especialmente a ver com a forma como quer o BdP quer a CMVM dese-

nharam as acusações. Neste cenário os reguladores demoram mais tempo a fim de acuar eventuais alegações de prescrição por parte dos ex-responsáveis.

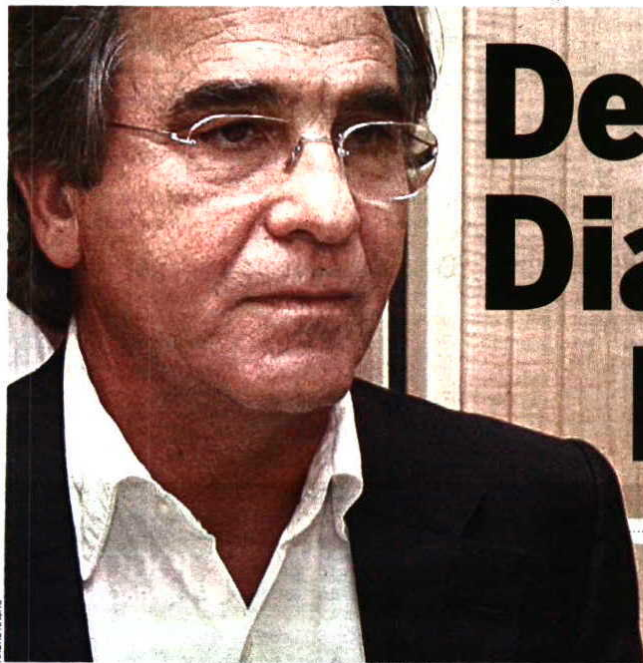
A máquina jurídica dos arguidos está preparada para contestar as decisões. Até lá ainda vai demorar algum tempo para que se conheçam em concreto as inibições ou coimas de cada interveniente. Depois das notificações seguirem, os arguidos no caso do processo do BdP têm 30 dias para exercer o contraditório e só então serão tomadas públicas as inibições e coimas a aplicar. É desta decisão que os ex-gestores do BCP e o próprio banco poderão recorrer para as instâncias judiciais. O mesmo se passa no processo da CMVM. Só que neste caso o prazo é de 20 dias.

As acusações decorrentes do processo de investigações do BdP podem conduzir à inibição do exercício de actividade bancária que pode ir até 10 anos e/ou ao pagamento de coimas até €9 milhões. Segundo apurou o Expresso vão ser enviadas pela CMVM ao Ministério Público outras acusações sobre o BCP. I.V.





**NOVAS ACUSAÇÕES ■ NEGÓCIO É DE 2000 E ENVOLVE VALORES NUNCA CONHECIDOS**



# Denúncia acusa Dias Loureiro de branqueamento

■ Carta enviada a Maria José Morgado pede invest urgente a património de conselheiro de Estado

● TÂNIA LARANJO

Uma denúncia envolvendo Dias Loureiro, ex-ministro e actual conselheiro de Estado, foi enviada a Maria José Morgado, coordenadora do Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa. Um grupo de empresários conta pormenores da venda da Plêiade e a compra de acções da Sociedade Lusa de Negócios, através de Dias Loureiro, apontando, ainda, factos que podem indiciar o crime de branqueamento de capitais.

Diz a denúncia que, com os negócios feitos com José Roquette em Marrocos, Dias Loureiro ganhou 250 milhões de euros. Mas, quando aqueles se zangaram e para "não declarar" os lucros recebidos, o património da Plêiade, dado por Roquette a Dias Loureiro, foi integrado

na SLN. "Esta transacção valeu-lhe o direito de indicar três administradores da sua confiança para o grupo SLN/BPN", lê-se ainda no documento, no qual se dá conta de que parte do dinheiro acabou por ser mais tarde transferido para a UBS - União de Bancos Suíços.

A mesma exposição descreve, ainda, com pormenor como funcionava o esquema de branqueamento de dinheiro que normalmente envolvia o BPN e o mesmo banco suíço, com transferências simultâneas para que não fosse encontrado o rasto do dinheiro.

O denunciante dá também conta de que as primeiras negociações com o ministro marroquino com vista à

adjudicação de um grande negócio de águas e electricidade a uma empresa de José Roquette teriam acontecido quando Dias Loureiro ainda era ministro. No entanto, aquele prometera na altura ao governante marroquino que, quando saísse do Governo, iria trabalhar com o empresário, o que efectivamente terá acontecido em 2001.

As notícias da altura confirmam o essencial da história. Quando saiu do Governo, José Roquette convidou efectivamente Dias Loureiro para integrar a Plêiade, numa época em que o grupo estava modestamente avaliado em cerca de 1 milhão e 700 mil contos. Dias Loureiro aceitou o repto e ficou com uma stock option até 15%

da holding do grupo e mais 7% na repartição dos lucros. As acções foram baratas, mas a liderança de Dias Loureiro terá potenciado os lucros.

As notícias dão conta de que foi Dias Loureiro que conseguiu garantir uma concessão no fornecimento de água e electricidade a Rabat. A Águas de Portugal ainda recusou a parceria, mas a EDP aceitou-a, num negócio que envolveu a empresa espanhola Dragados. O negócio da Redal - empresa que assume a liderança - exige um forte investimento, mas é lucrativa na hora da venda, já no grupo SLN/BPN. ■

■ **Queixa.** A queixa foi enviada a Maria José Morgado no passado mês de Novembro. Seguiu cópia para o procurador-geral da República e foi dado um prazo aos magistrados, sob pena de o caso ser tornado público, caso não houvesse qualquer diligência.

## Descrição de transferências de dinheiro com um banco suíço

## Foi nomeado administrador

● A 30 de Novembro de 2001, meses depois da venda da Plêiade, Dias Loureiro foi nomeado administrador executivo no Banco Português de Negócios. Deslocou-se com Oliveira e Costa a Porto Rico onde trataram da aquisição das duas tecnológicas (que fabricavam máquinas alternativas às usadas pela rede multibanco), um dos cinco dossiês a que Dias Loureiro esteve ligado enquanto gestor da SLN. A Biometrics fecharia as portas três meses depois de ser adquirida pela SLN, tendo a NewTech decretado falência por falta de actividade. ■



FOTOMONTAGEM

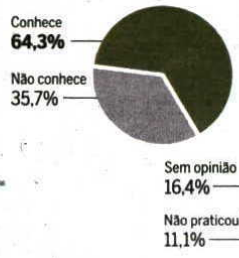




### Dias Loureiro e o caso BPN

Dias Loureiro, membro do Conselho de Estado escolhido por Cavaco Silva, apresentou-se na Comunicação Social explicando que não cometeu qualquer irregularidade quando foi dirigente do banco BPN, cujo ex-presidente está em prisão preventiva

**Tem conhecimento das explicações de Dias Loureiro?**



**Base - 64,3% do total dos inquiridos Dias Loureiro praticou irregularidades quando foi dirigente do BPN?**



**FICHA TÉCNICA**  
Objectivo: Notoriedade das explicações de Dias Loureiro e caso BPN. Universo: Indivíduos inscritos nos cadernos eleitorais em Portugal com telefone fixo no lar ou possuidor de telemóvel. Amostra: Aleatória e estratificada (região, habitat, sexo, idade, escolaridade, actividade e voto legislativo) e representativa do universo e foi extraída de um sub-universo obtido de forma idêntica. A amostra teve 600 entrevistas efectivas: 266 a homens e 334 a mulheres; 155 no Interior, 207 no Litoral norte e 238 no Litoral Centro Sul; 202 em aldeias, 177 em vilas e 221 em cidades. A proporcionalidade pelas variáveis de estratificação é obtida após requilibragem amostral. Técnica: Entrevista telefónica por C.A.T.I. (Computer Assisted Telephonic Interview). Trabalho de campo: O trabalho de campo decorreu entre os dias 3 e 5 de Dezembro de 2008, com uma taxa de resposta de 76,9%. Erro probabilístico: Para o total de uma amostra aleatória simples com 600 entrevistas, o desvio padrão máximo de uma proporção é 0,020 (ou seja, uma "margem de erro" a 95% de 4,00%). Responsabilidade do estudo: Aximage Comunicação e Imagem Lda., sob a direcção técnica de Jorge de Sá e de João Queiroz.

Sondagem CM Aximage

CORREIO DA MANHÃ

### MAIORIA ESTÁ CONTRA DIAS LOUREIRO

Das pessoas que acompanharam o caso BPN, cerca de 64,5 por cento acredita que Dias Loureiro praticou irregularidades quanto esteve no banco.

**VOTANTES NA CDU E NO BLOCO DE ESQUERDA (COM 65,3 E 61,8, RESPECTIVAMENTE) QUEM MAIS ACREDITA NAS IRREGULARIDADES DE DIAS LOUREIRO.**

# Estatuto do Gestor Público no BPN

Os membros do Conselho de Administração do Banco Português de Negócios (BPN) nomeados pelo Estado vão estar sujeitos ao Estatuto do Gestor Público que limita os mandatos dos órgãos sociais e obriga à contratualização por objectivos.

O salário dos gestores executivos do BPN passa a ser definido pelo Governo "com base nos preços do mercado". Os gestores terão ainda que declarar rendimentos e riqueza junto da Procuradoria-Geral da República e da Inspeção-Geral de Finanças. As indemnizações ficam limitadas a um ano de salários.

Em conferência de imprensa, no

final do Conselho de Ministros, Pedro Silva Pereira afirmou que o diploma, no essencial, pretende "conformar" o banco "com a actual natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos".

Entre as alterações agora operadas, Pedro Silva Pereira destacou as mudanças "no modelo de governação, de forma a ajustar o regime jurídico aplicável à nova situação".

"É eliminada a figura do Conselho Superior na medida em que se trata de um órgão destinado a reunir os accionistas e agora estamos perante um quadro novo de accionista único", frisou.

### Governo extingue Conselho Superior da instituição

## BPN recebia comissão

A denúncia dá conta de que as transferências de dinheiro de Portugal para a Suíça implicavam uma comissão para o BPN.

Haveria também fluxos nos dois sentidos. Clientes portugueses que queriam transferir dinheiro para a Suíça, para ocultar os rendimentos, e os que pretendiam fazer o dinheiro regressar a Portugal, para o poderem usar, mas já devidamente lavado.

A mesma denúncia, enviada agora a Maria José Morgado, diz ainda que Oliveira e Costa, preso preventivamente recentemente, foi obrigado a passar muito dinheiro por empresas offshore, devido à



Oliveira e Costa está preso

necessidade de branquear dinheiro. Recorde-se, ainda, que Oliveira e Costa está neste momento indiciado por sete crimes, sendo que o que prevê uma moldura penal mais grave é mesmo o de branqueamento de capitais.

### SAIBA MAIS

#### PLÊIADE INVESTIMENTOS



**OMNI AVIAÇÃO SGPS**  
A Plêiade tem 18,54 por cento da OMNI Aviação, empresa especializada em voos executivos, voos de emergência e fotografia aérea.

**6,3 milhões de euros de prejuízo foi o resultado líquido do exercício de 2007. O total do passivo da empresa ascendia a mais de 32 milhões de euros no final do ano passado.**

**FRANQUELIM ALVES**  
O presidente da empresa até 2007 foi Franquelim Garcia Alves e a administração é composta por Luís Gonçalves Gomes, António Roquette e António Lencastre Bernardo.

**20 milhões de euros é o capital social da Plêiade, que foi constituída em Junho de 1992 e que actualmente tem apenas quatro empregados.**

## Roquette foi prejudicado no negócio

A denúncia dá conta de que José Roquette teria sido fortemente prejudicado no negócio da Plêiade. Diz ainda que o empresário e o ex-ministro se desentenderam sobre a forma como deveria ser recebida a participação, se antes ou depois de os negócios se concretizarem. A mesma carta explica depois que José Roquette se tem preferido manter em silêncio, embora tenha sido obrigado a entregar valores superiores aos normais naquele tipo de negócios. "Para evitar atritos", explica a denúncia, garantindo que o pagamento em acções da Plêiade teria sido sugerido por Dias Loureiro.



O empresário José Roquette



DIREITOS RESERVADOS/MANUEL MOREIRA

MARTA VITORINO





# Nacionalização do BPN está concluída

## Banco passa a estar sujeito ao Estatuto de Gestor Público.

**Sandra Almeida Simões**  
ssimoes@economicasgps.com

O Governo aprovou, no conselho de ministros de ontem, os novos estatutos do Banco Português de Negócios (BPN). O processo de nacionalização do banco fica assim completo. Com o decreto-lei aprovado, o banco transforma-se numa sociedade de capitais exclusivamente públicos e passa a estar sujeito ao Estatuto de Gestor Público, que vai "introduzir exigências acrescidas de rigor, eficiência e transparência na actividade empresarial", pode ler-se no comunicado do conselho de ministros.

O Estatuto de Gestor Público determina que a "duração dos mandatos dos membros dos órgãos sociais seja de três anos, susceptível de renovação até ao limite de quatro anos", esclarece o mesmo comunicado. O mesmo estatuto prevê ainda que os novos gestores do BPN sejam "penal, civil e financeiramente responsáveis pelos actos e omissões praticados durante a sua gestão". Para além disso, é exigido que os administradores cumpram os objectivos definidos, de tal forma que o desempenho das suas funções deve ser objecto de avaliação sistemática. Depois de conhecidos os actos de gestão danosa ocorridos no BPN, sobretudo durante a presidência de José Oliveira Costa, o executivo de Jo-

**Francisco Bandeira,**  
presidente do BPN



sé Sócrates impõe, ao adoptar este estatuto, critérios apertados à administração, agora liderada por Francisco Bandeira. Até porque, a própria remuneração dos gestores é decidida pelo Governo e "é determinada, em concreto, em função da complexidade, exigência e responsabilidade e atendendo às práticas normais de mercado no respectivo sector de actividade", lê-se no Estatuto de Gestor Público.

Em conselho de ministros ficou também definido que são introduzidas alte-

*O estatuto prevê que a nova equipa do BPN seja "penal, civil e financeiramente responsável pelos actos e omissões praticados durante a sua gestão."*

rações ao nível do modelo de fiscalização. "É eliminada a figura do conselho superior na medida em que se trata de um órgão destinado a reunir os accionistas e agora estamos perante um quadro novo de accionista único", frisou o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, depois da reunião de ministros, citado pela Lusa. ■

## NO ÂMBITO DO PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO

# Governo aprova novos estatutos do BPN com alteração do modelo de governação

**O Executivo** aprovou ontem os novos estatutos do Banco Português de Negócios (-BPN) na sequência da sua nacionalização, no qual se altera o modelo de governação e os administradores ficam vinculados ao Estatuto do Gestor Público.

Em conferência de imprensa, no final do Conselho de Ministros, Pedro Silva Pereira afirmou que o diploma, no essencial, pretende "conformar" o banco "com a actual natureza de sociedade anónima de

capitais exclusivamente públicos".

"Na sequência do processo de nacionalização estava estabelecido um calendário para a aprovação dos novos estatutos", frisou o ministro da Presidência.

Entre as alterações operadas, Pedro Silva Pereira destacou as mudanças "no modelo de governação, de forma a ajustar o regime jurídico aplicável à nova situação".

"É eliminada a figura do Conselho

Superior [do BPN] na medida em que se trata de um órgão destinado a reunir os accionistas e agora estamos perante um quadro novo de accionista único", frisou.

De acordo com o executivo, o decreto introduz também "alterações ao nível do modelo de fiscalização, passando o banco a dispor de um conselho fiscal em lugar de um fiscal único".

"São adoptadas as soluções constantes do Estatuto do Gestor Público, que

veio a introduzir exigências de rigor, eficiência e transparência na actividade empresarial de natureza pública", refere também o comunicado do Conselho de Ministros.

Desta forma, segundo o executivo, "para além das regras gerais em matéria de protecção social, estabelece-se que a duração dos mandatos é de três anos, susceptível de renovação até ao limite de quatro".]





O BPN tem neste momento 700 milhões de euros de prejuízos. Mas em 2007 teve resultados positivos de 77 milhões

## BPN: a realidade ultrapassa a ficção

**E**m seis semanas sucederam-se a um ritmo vertiginoso as notícias sobre o “caso BPN”. Por mim confesso que a realidade tem, de longe, superado tudo o que pudesse imaginar. Dava para argumentar de uma série. Não há por aí produtoras interessadas?

Temos de tudo: um banco com órgãos sociais saídos do bloco central do poder, com predominância para o PSD. Rotatividade anormal e excessiva dos mesmos. Accionistas desconhecidos. Auditoras - que mudam quase de dois em dois anos -, que referenciam negócios cujo contributo para os resultados do banco era difícil de detectar e que vão de oficinas de reparação automóvel, passando pela saúde, seguros, agro-alimentar e até fundos de arte. Auditoras que alertam para a excessiva concentração de créditos concedidos a empresas imobiliárias e com projectos em construção, algumas ligadas a accionistas do grupo. O Banco de Portugal tem seis processos abertos e admite agora que as irregularidades remontam ao ano 2002. A Procuradoria-Geral da República está a investigar o banco.

Um banco que apresenta, a 30 de Outubro de 2008, 700 milhões de euros de prejuízos. Mas que, em 2007, reportou resultados positivos de 77 milhões de euros e, em 2006, de 86 milhões de euros. Um banco que manteve

anos a fio taxas de remuneração de depósitos bastante acima da concorrência. Que guarda várias obras de arte no valor de milhões e milhões de euros nos seus cofres-fortes. Mas que motivou ao longo dos anos sucessivos avisos e denúncias sobre a sua eventual associação ao branqueamento de capitais.

Um banco aparentemente não fiscalizado em condições por quem de direito: o Banco de Portugal, presidido pelo “funcionário mais bem pago do Estado Português” (Vitor Constâncio ganha, anualmente, 281.804,83 euros). Um banco onde administradores executivos e não-executivos, bem como membros dos órgãos sociais, nada viam, nada ouviam, nada liam, logo nada sabiam. Uns incompetentes estranhamente assumidos na primeira pessoa. Apetece perguntar: eram pagos pelos accionistas, a peso de ouro, para serem assim?

“Caso BPN” que atinge um ex-ministro e actual conselheiro de Estado, que afirma que quando saiu da política não tinha dinheiro nenhum - o que é manifestamente um exagero. E que nos revelou a todos o segredo da sua fortuna: “Geri dinheiro com parcimónia, com sensatez.” Deve ser por isso que em 1991 comprou e remodelou uma vivenda, no Estoril, por 150 mil contos - dinheiro proveniente de uma herança e venda de propriedades em Coimbra. Antes havia a casa de Sete Rios, comprada por



**António Vilarigues**

9600 contos. Depois a nova casa na Quinta Patiño, no Estoril, uma das zonas mais privilegiadas e caras do país (diz-se que cada metro quadrado de terreno custa 5 mil euros). Previdente, quando o BPN explodiu, Dias Loureiro já tinha saído e levado consigo todo o dinheiro que havia investido no banco. “Caso BPN” onde o Presidente da República entende elaborar um comunicado por não poder “tolerar a continuação de mentiras e insinuações visando pôr em causa o [seu] bom-nome”.

“Caso BPN” onde se fala de um banco de Cabo Verde. De 130 milhões de euros correspondentes à venda de uma empresa no Brasil. De ligações que chegariam a deputados do PSD-Madeira. De membros da comissão política nacional do PSD que se demitiram por não quererem que avançasse a fiscalização da supervisão bancária. De contributos para campanhas eleitorais. De uma ida às corridas a Inglaterra com escala a leste para recolher prostitutas, tudo pago pelo BPN. De reuniões em casas de alterne. De compras de empresas de valor duvidoso em Porto Rico. De Abdul Rahman El-Assir, referenciado como traficante de armas, acusado de estar ligado ao narcotráfico mundial. E de tudo o que mais adiante se verá. Todos os dados foram retirados de jornais, revistas, rádios e televisões de Portugal. *Especialista em sistemas de comunicação e informação*



# PS promete toda a verdade no BPN

**Parlamento.** Socialistas prometem empenhar-se na comissão de inquérito

O grupo parlamentar do PS discutiu ontem a futura comissão parlamentar de inquérito ao BPN (que será presidida por um deputado socialista, ainda não anunciado).

Na reunião, Alberto Martins, líder parlamentar, bem como outros deputados (Marques Júnior, Paulo Pedroso e José Junqueiro) sublinharam a necessidade de o PS se empenhar a fundo nos trabalhos da comissão, possibilitando o apuramento de toda

a verdade possível. "Não temos limites para o apuramento da verdade", disse Martins à saída da reunião.

O líder parlamentar socialista limitou-se a referir que o empenhamento do PS nesta comissão não será motivado por "ajustes de contas pessoais", respeitando-se ainda a "necessária distinção entre a comissão parlamentar de inquérito e os objectivos do inquérito criminal" em curso. Os trabalhos da comissão abordarão os factos que levaram o Governo a ter de nacionalizar o BPN para evitar a sua falência. E ainda a conduta do Banco de Portugal. ■ - J.P.H.



Alberto Martins





# BPN com nova governação e estatuto de gestor público

**Nacionalização.** Banco perde conselho superior, com novo regime jurídico de governo da sociedade

O Governo aprovou ontem, em Conselho de Ministros, os novos estatutos do Banco Português de Negócios (BPN), alterando o seu modelo de governação e vinculando os seus administradores ao Estatuto do Gestor Público.

O diploma pretende “conformar” o banco “com a actual natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos”, como referiu, em conferência de imprensa, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira.

Entre as alterações operadas, está a eliminação do conselho superior. O ministro justificou tal medida com o facto de se tratar “de um órgão destinado a reunir os accionistas e agora estamos pe-

rante um quadro novo de accionista único”. São adoptadas “as exigências de rigor, eficiência e transparência na actividade empresarial de natureza pública”, constantes do Estatuto do Gestor Público.

Assim, segundo o Executivo, “para além das regras em matéria de protecção social, estabeleceu-se que a duração dos mandatos é de três anos, susceptíveis de renovação até ao limite de quatro”. ■



# Inquérito ao caso BPN

O Parlamento aprovou, por unanimidade, a realização de um «inquérito parlamentar à existência de falta grave na actuação do Banco de Portugal no exercício do seu poder de supervisão no caso do BPN». Inicialmente proposto pelo CDS/PP, o texto sofreu alterações sugeridas pelo PS e PSD quanto ao objecto do inquérito.

Uma proposta avançada pela bancada do PCP para que o inquérito parlamentar abrangesse também o caso do Banco Privado Português foi entretanto chumbada pela maioria socialista. A favor desta iniciativa

dos deputados comunistas pronunciaram-se «Os Verdes» e BE, optando PSD e CDS/PP pela abstenção.

Os comunistas desde a primeira hora que se manifestaram favoráveis à adopção de medidas tendentes ao cabal esclarecimento deste lamentável caso onde, uma vez mais, como oportunamente salientou Bernardino Soares, veio ao de cima o envolvimento de figuras testemunhando a «passagem do Governo para os negócios» e «dos negócios para o governo», numa preocupante promiscuidade de universos.





«CASO BPN»

## Comissão inquérito toma posse terça-feira

A Comissão Parlamentar de inquérito ao caso BPN toma posse na próxima terça-feira e será presidida por um deputado do PS. A comissão de inquérito só deverá começar a funcionar em pleno a partir de Janeiro, segundo a secretária da mesa da Assembleia, a deputada Celeste Correia. O inquérito parlamentar “**a existência de falta grave na actuação do Banco de Portugal no exercício do seu poder de supervisão no caso do BPN**” foi aprovado pela Assembleia na passada sexta-feira.



ID: 23077305

11-12-2008

# Comissão de inquérito ao BPN toma posse terça-feira

**Sandra Almeida Simões**  
ssimoes@economicasgpps.com

A comissão parlamentar de inquérito ao caso Banco Português de Negócios (BPN) toma posse na próxima terça-feira, dia 16 de Dezembro, e será presidida por um deputado do PS. A escolha recairá entre os nomes de Afonso Candal ou de Ricardo Rodrigues. A decisão deverá ficar fechada até sexta-feira e de-

pendará do pendor que o PS considerar que deverá ter a comissão de inquérito: área da economia (Afonso Candal) ou do direito (Ricardo Rodrigues). No entanto, a tomada de posse do inquérito parlamentar só deverá avançar em pleno em Janeiro, segundo a secretária da mesa da Assembleia, a deputada Celeste Correia, citada pela agência Lusa. Em breve, serão apresenta-

dos os requisitos, as questões objectivas e a lista de personalidades que serão alvo de audições. O antigo presidente do banco, Oliveira e Costa é um dos responsáveis que os deputados admitem querer ouvir, mas como o banqueiro continua preso preventi-

**Vítor Constâncio,**  
Governador do Banco de Portugal



vamente, a audição só poderá ocorrer se não houver objecções legais. O conselheiro de Estado Dias Loureiro será outra das personalidades que terá de responder às questões dos deputados. Também o

governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, não escapará ao inquérito, nem às fortes críticas ao exercício dos seus poderes de supervisão. Recorde-se que a comissão foi proposta pelo CDS-PP, com o objectivo de analisar o papel da supervisão do caso BPN. Mas o projecto aprovado na passada sexta-feira, por unanimidade, inclui as alterações sugeridas pelo PS

e pelo PSD, que solicitaram uma discussão mais alargada. O inquérito é assim encarado como uma oportunidade para "esclarecer toda a verdade e todos os factos que conduziram à grave lesão do interesse nacional e que levaram à intervenção do Estado e à nacionalização do BPN", pode ler-se no comunicado do líder do grupo parlamentar do PS, Alberto Martins. ■





## **PS lidera comissão BPN**

A comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN toma posse na próxima terça-feira e será presidida por um deputado do PS, decidiu ontem a conferência de líderes. Esta comissão só deverá começar a funcionar em pleno a partir de Janeiro.



ID: 23075663

11-12-2008

**BANCA ■ INSTITUIÇÕES DO ESTADO APLICAM JUROS DIFERENTES**

Os dois bancos públicos têm políticas de juros díspares. Nos depósitos a prazo, o BPN pode chegar a oferecer mais de mil euros do que a Caixa Geral de Depósitos



**🔍 PORMENORES**

- **56,3 MIL MILHÕES**  
Em Junho, a CGD tinha mais de 56,3 mil milhões de euros em aplicações de clientes.
- **REFORÇOS ALTERAM TAXA**  
Quando o cliente faz um reforço no depósito a prazo da CGD, a taxa utilizada é revista para a Euribor do dia, o que pode implicar a mudança na fórmula de cálculo.
- **MIL EUROS DE DIFERENÇA**  
Um cliente que invista 100 mil euros (o tecto máximo disponível na CGD) pode ganhar mais 1168 euros através das aplicações do BPN.
- **REVISÃO A CADA 6 MESES**  
As taxas são revistas de seis em seis meses, permitindo ao cliente resgatar os ganhos ou investi-los no semestre seguinte.

# BPN dá dobro da CGD

■ Os dois bancos do Estado oferecem condições muito diferentes para produtos semelhantes. Nos depósitos a prazo, o BPN chega a dar mais 2,5% do que a CGD. A Caixa não comenta.

● **SOFIA PIÇARRA**

Os depósitos a prazo no Banco Português de Negócios (BPN) rendem cerca do dobro dos juros que na Caixa Geral de Depósitos (CGD), apesar de as duas instituições financeiras pertencerem ao Estado.

OCMfoiaosbaldões das duas agências e confirmou a disparidade na oferta. No BPN, as tradicionais aplicações de depósitos a prazo oferecem uma taxa que chega aos 4,250%. "Dificilmente encontrará melhor no mercado", garante confiante o funcionário da agência, que apesar das descidas das taxas de referência assegura os mesmos valores até ao final da semana.

No outro banco estatal, a CGD utiliza a taxa Euribor a seis meses, o que significa que todos os dias a

taxa proposta pode ser diferente.

No primeiro ano, a fórmula de cálculo aplica 80% do valor da taxa. Ontem, a Euribor estava nos 3,514%, o que, contabilizando apenas 80%, resulta em 2,81% para cálculo do depósito.

"As taxas que oferecemos são muito baixinhas, uma vergonha", reconhece a funcionária da Caixa. Desde a nacionalização do BPN, é a CGD que assegura o pagamento dos juros aos clientes. Contactada pelo CM, fonte dos serviços de Comunicação da CGD não quis comentar as disparidades.

Mas as diferenças aumentam nos produtos subscritos apenas na internet. Na CGD, a aplicação já utiliza o valor da taxa Euribor por inteiro, mas fica muito aquém dos 6% oferecidos pelo BPN no plano equiparado. ■

**Os depósitos a prazo da CGD aplicam 80% da taxa Euribor**

**COMPARAÇÃO DE JUROS**

**Depósitos a prazo tradicionais**

PRAZO	MONTANTE	CGD		BPN	
		TANB	COM JUROS	TANB	COM JUROS
1 ano	500 €	2,81%	511,4 €	4,250%	517,24 €
1 ano	1000 €	2,81%	1022,61 €	4,250%	1034,47 €
1 ano	5000 €	2,81%	5113,03 €	4,250%	5172,36 €
1 ano	10 000 €	2,81%	10 227,92 €	4,250%	10 344,72 €
1 ano	50 000 €	2,81%	51 139,61 €	4,250%	51 723,61 €
1 ano	100 000 €	2,81%	102 279,22 €	4,250%	103 447,22 €

**Depósitos a prazo através da internet**

PRAZO	MONTANTE	CGD		BPN	
		TANB	COM JUROS	TANB	COM JUROS
1 ano	500	3,514%	514,25 €	6%	524,33 €
1 ano	1.000	3,514%	1028,5 €	6%	1048,67 €
1 ano	2.500	3,514%	2571,26 €	6%	2621,67 €
1 ano	5.000	3,514%	5142,51 €	6%	5243,33 €

A TANB é a Taxa Anual Nominal Bruta, que não inclui ainda os 20% de retenção de IVA, feita automaticamente pelos bancos de seis em seis meses ou anualmente.

**Euribor a cair prejudica**

● Muitas das soluções de poupança seguem a Euribor como referência. E as descidas acentuadas da taxa nas últimas semanas, que continuarão, prevê-se, não são boas notícias para este tipo de produtos. As taxas de cálculo para os planos de depósitos a prazo são muito diferentes de banco para banco. No BIG, por exemplo, para um produto tradicional com um depósito mínimo de 500 euros, e considerando um plano anual, a taxa efectiva, que já inclui a retenção do imposto, é de 3,8%. Com as mesmas características, o Millennium BCP tem uma aplicação que utiliza a taxa efectiva de 3,22%.

As taxas propostas pelos bancos estão dependentes de várias condicionantes, como o facto de o cliente ter créditos afectos à instituição. ■



**DIA A DIA**

## A crise das elites

A crise de Portugal não é apenas a económica reflectida na ameaça de recessão, em que o País já mergulhou. É uma crise mais grave que atinge a confiança dos portugueses nas instituições e nas elites. Num país pobre e cada vez mais dependente do Estado, a falta de elites respeitadas, independentes e empreendedoras torna o caso ainda mais dramático. João Talone, ex-vice-presidente do BCP, disse ontem em Lisboa, num almoço promovido pela Associação Cristã de Empresários e Gestores, que a sucessão de anúncios sobre os resultados das investigações na 'Operação Furação', no caso BCP e no BPN e a forma como estes episódios são entendidos conduzem à destruição das elites. Diz Talone que "a imagem que vai perpassar é a de que as elites são um conjunto de ladrões e que não estão à altura de resolver os problemas. Corremos o risco de acontecer como no 25 de Abril, que trouxe um problema grave que ainda hoje estamos a resolver, que é o da destruição das elites". Os receios do gestor são fundamentados, mas o pior que poderia acontecer ao País era esconder estes casos. A transparência pública e o primado da lei são as únicas garantias dos cidadãos numa sociedade de direito. Até porque quem paga a factura pelos crimes do colarinho branco são sempre os cidadãos contribuintes.

**ARMANDO ESTEVES PEREIRA**  
DIRECTOR-ADJUNTO

ID: 23075232

11-12-2008

## Fundos do BPN salvos pela nacionalização

**Poupança.** Injecções de liquidez nos produtos deficitários do banco nacionalizado equilibraram contas

Os fundos de investimento mobiliários do BPN já mostram sinais de terem recuperado, pelo menos para já, da situação dramática em que se encontravam antes da nacionalização. Segundo o relatório da associação do sector (APFIPP), publicado ontem, os produtos do BPN apresentam uma situação de excepção num mercado que continua a sofrer perdas profundas de participantes.

Numa análise individual ao mercado, os fundos do BPN – Liquidez, Conservador, Taxa

Fixa Euro, Acções Global, Optimização e Valorização – apresentam um saldo positivo na rubrica “operações a regularizar”. No caso do Conservador (o fundo com mais problemas de liquidez devido à rentabilidade negativa de 30%), esse saldo é de 44% da carteira. Este dado traduz a “almofada” proporcionada pelas injecções de liquidez por parte da Caixa Geral de Depósitos na sequência da nacionalização, que ultrapassou os 100 milhões de euros.

No resto do mercado, as

“operações a regularizar” estão todas negativas, já que correspondem a pagamentos por fazer a clientes ou entidades relacionadas, normais em período de saída acentuada de investimentos. Aliás, a tendência de perdas do sector

permanece inalterada, tendo o mercado registado uma saída líquida de 611 milhões durante o mês de Novembro. Desde o início do ano, o saldo é negativo na ordem dos oito mil milhões de euros. Em dois anos, o mercado perdeu metade da sua dimensão. ■ – PFE.

**15 212**  
milhões de euros

Volume sob gestão no mercado português de fundos de investimento mobiliário



Fundos do BPN estiveram em risco

PHILLO SPRINGER



**CASO BPN****Parlamento ouve  
PGR no dia 16**

O procurador-geral da República (PGR) vai ao Parlamento falar sobre as investigações ao Banco Português de Negócios (BPN) no dia 16, disse ontem à Lusa o presidente da Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, Jorge Neto. A audição foi remarcada para aquela data, às 21h00, depois de ter estado marcada para o dia 2 e de ter sido adiada pelo PGR, Fernando Pinto Monteiro, por razões médicas.

**CASO BPN NO PARLAMENTO**

PEDRO CANTARINO

**Procurador-geral adiou a audição**

## Pinto Monteiro ouvido dia 16 de Dezembro

■ O procurador-geral da República (PGR), Pinto Monteiro, vai ser ouvido no Parlamento sobre as investigações do BPN no próximo dia 16 de Dezembro, anunciou ontem o deputado Jorge Neto, presidente da Comissão de Orçamento e Finanças. A audição esteve marcada para o início do mês, mas foi adiada, depois de Pinto Monteiro ter alegado questões de saúde.

O PGR vai prestar esclarecimentos sobre o caso BPN no seguimento de um requerimento entregue pelo grupo parlamentar socialista. Alberto Martins, líder da bancada do PS, justificou o pedido de audição com “os factos graves que conduziram à nacionalização” do banco. ■





## Oliveira e Costa mantém conta activa na CGD

**Banca.** Pinto Monteiro vai à Assembleia falar do caso BPN no dia 16 deste mês

José Oliveira Costa, antigo presidente do Banco Português de Negócios (BPN), mantém uma conta bancária activa na Caixa Geral de Depósitos (CGD), apesar de estar detido. Segundo a SIC, Oliveira e Costa tem estado a movimentar a conta através de cheques e ordens de transferência. A conta na CGD, banco que assumiu a gestão do BPN, não tinha sido congelada pelo menos até meados da semana passada. José Oliveira Costa divorciou-se, tendo ficado com acções do grupo SLN antes da nacionalização do BPN. A mulher ficou com propriedades e outros bens considerados mais valiosos. Entretanto, o procurador-geral da República vai ao Parlamento falar sobre as investigações ao BPN no dia 16 de Dezembro, disse à Lusa o presidente da Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, Jorge Neto. ■



CASO BPN

## Procurador ouvido dia 16 no Parlamento

→ O procurador-geral da República (PGR) vai ao Parlamento falar sobre as investigações ao Banco Português de Negócios (BPN) no dia 16 de Dezembro, disse ontem o presidente da Comissão parlamentar de Orçamento e Finanças, Jorge Neto.

A audição foi remarcada para 16 de Dezembro, às 21 horas, depois de ter estado marcada para 2 de Dezembro e de ter sido adiada pelo PGR, Fernando Pinto Monteiro, por razões médicas.

Recorde-se que Pinto Monteiro vai à Assembleia da República na sequência do requerimento entregue pelo PS. O líder parlamentar dos socialistas, Alberto Martins, justificou o pedido de audição do PGR, explicando que "os factos graves que conduziram à nacionalização do BPN e que lesaram o interesse nacional não podem deixar de ser alvo de uma investigação criminal célere, profunda e consistente, que responsabilize civil e criminalmente os responsáveis por essa situação". ■





# SÉRIE 4 DIAS

["QUEM GOVERNA OS GOVERNADORES?"]

# BdP: Um problema

## São poucos os países onde um banco central depende tanto das Finanças

A maioria dos cargos do banco é escolhida pelo ministro das Finanças, incluindo o único órgão de avaliação independente, o qual é liderado por Rui Vilar há 12 anos. O director da supervisão está ainda há mais tempo no cargo.

Características do banco central português **Rui Peres Jorge** [rperesjorge@mediainfin.pt](mailto:rperesjorge@mediainfin.pt)

Da sequência de eventos dos últimos meses envolvendo a supervisão do Banco de Portugal (BdP) há uma imagem que ficará na memória: a de Vítor Constâncio, sozinho, no Parlamento, a ser duramente criticado noite dentro pelos deputados, após sucessivos problemas em bancos que colocaram em xeque a sua capacidade de supervisão.

No entanto, apesar do governador ser o responsável máximo e último da instituição, qualquer avaliação ao desempenho do BdP não poderá deixar de ser feita à luz das restantes condicionantes do seu próprio governo. E uma análise à estrutura de "governance" revela que o banco é fortemente dependente do Ministério das Finanças, além de ser marcada por pouca rotatividade em cargos-chave, nomeadamente na área de supervisão bancária (ver texto ao lado).

### O domínio das Finanças

Em Portugal é o Ministério das Finanças que nomeia o governador, assim como os membros do conselho de administração a que este preside (composto por dois vice-governadores, e três administradores). É também o Ministério das Finanças que define os salários (sem qualquer

limite legal), sendo ainda a única entidade que, em situações extremas, poderá demitir membros do conselho de administração.

Este peso do Ministério das Finanças na definição dos cargos de topo do banco contrasta com a prática internacional. Um estudo publicado\* no início deste ano sobre o tema revela que entre 98 bancos centrais, em mais de metade a nomeação do governador é feita pelo chefe de Estado (53%), seguido do parlamento (21%) e só em terceiro lugar surgem as nomeações pelo governo. A situação é semelhante no que se refere à demissão (ver páginas seguintes). Os autores concluem



**Nenhum modelo [de governo] resiste a tanta governamentalização desta entidade, que deveria ser realmente independente.**

**José Manuel Moreira**  
Especialista em governação

que "os banqueiros centrais tendem a ser nomeados por instituições não partidárias ou multi-partidárias", o que não acontece em Portugal.

A situação nacional é criticada por José Manuel Moreira, professor catedrático de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Aveiro que se tem dedicado ao estudo da "governance" e da ética na economia: "As funções do BdP são muito importantes e o modelo de governo pode certamente ser melhorado, mas nenhum modelo resiste a tanta governamentalização desta entidade, que deveria ser realmente independente", refere.

E a preponderância das Finanças na estrutura do banco não se fica por aqui, e estende-se ao conselho consultivo e de auditoria do banco. Algo que sustenta a preocupação de José Manuel Moreira: "basta olhar para a quantidade de pessoas que na estrutura do BdP são nomeadas directamente ou indirectamente pelo Governo e Ministério das Finanças para se ficar assustado", diz o professor.

O conselho consultivo, que tem por missão analisar o desempenho do banco e fazer recomendações não vinculativas, é presidido pelo próprio governador. E entre os restantes 14 membros, apenas três (oito

se se considerarem os cinco ex-governadores) não dependem de nomeação do ministro das Finanças. Finalmente, o único órgão que não é presidido pelo governador é o conselho de auditoria e também aqui os três membros que o compõem são escolhidos pelas Finanças.

O **Negócios** questionou o Ministério sobre eventuais alterações à estrutura de "governance" do banco central, mas não obteve resposta. Uma alteração parece pouco provável uma vez que o Governo reviu a Lei orgânica do banco em 2006, sem alteração significativas nesta área, exceptuando a imposição de limites ao mandatos do conselho de auditoria.

Este aspecto da "governance" do BdP inclui-se num conjunto mais vasto de questões sobre governo dos bancos centrais, uma área à qual a literatura económica começa a dar mais atenção. Um exemplo foi o já referido estudo, que analisou vários destes aspectos, concluído que se está longe da adopção de melhores práticas pelo mundo. As próximas páginas revelam algumas das conclusões.

\* Frisell, Roszbach e Spagnolo, 2008, Riskbank, "Governing the Governors: a clinical study of central banks"

### MINISTRO DAS FINANÇAS



• Fernando Teixeira dos Santos

### CONSELHO CONSULTIVO



• Constâncio (presidente)

O Conselho Consultivo é liderado por Vítor Constâncio e conta com os dois vice-governadores, cinco ex-governadores, quatro membros nomeados pelo Ministério das Finanças (actualmente estão apenas dois), o presidente do IGCP (instituto público que gere a dívida do Estado), o presidente do conselho de auditoria, o presidente da Associação Portuguesa de Bancos e dois representantes das regiões autónomas. Tem como funções "pronunciar-se, não vinculativamente" sobre o relatório anual do banco, "a actuação do banco decorrente das funções que lhe são cometidas" e "assuntos que lhe forem submetidos pelo governador ou pelo conselho de administração". Reúne ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo governador.





➔ O Negócios tomou emprestado o título de um estudo académico sobre o governo dos governadores dos bancos centrais, para dar o mote a uma série de quatro trabalhos, a publicar sequencialmente sobre quem são, o que fazem, quanto ganham, como são controlados e que tipo de supervisão fazem os guardiães das caixas-fortes de cada país.

3ª  
Quanto ganham  
e o que fazem

4ª  
A "governance"  
e a supervisão

5ª  
A supervisão  
em Portugal  
e Espanha

6ª  
Entrevista: um  
estudo clínico dos  
bancos centrais

# de "governance"?

## Supervisão bancária no BdP não é sujeita a avaliação interna independente

**GOVERNADOR**



• Vítor Constâncio

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



• Pedro Duarte Neves (Vice, foto)  
• José Martins de Matos (vice)  
• 3 administradores

**DEPARTAMENTO DE SUPERVISÃO BANCÁRIA**

• Carlos Lemos

**CONSELHO DE AUDITORIA**



• Emílio Rui Vilar

O conselho de auditoria é o único órgão interno independente a quem compete fiscalizar a actividade do banco e é composto por três elementos: um presidente, um revisor oficial de contas e "uma personalidade de reconhecida competência em matéria económica", todos nomeados pelo Ministério das Finanças. Tem competências muito amplas que passam pelo acompanhamento do funcionamento do banco e regulamentos, pela emissão de pareceres às contas do banco, pela fiscalização de cofres e caixas fortes e por alertar o governador para potenciais problemas. Reúne uma vez por mês e deve estar presente nas reuniões do conselho de administração.

Não é só no conselho de auditoria que há pouca rotatividade no BdP. A direcção de supervisão bancária foi dirigida nos últimos 13 anos por um mesmo homem, Carlos Lemos, que sobreviveu no cargo a várias polémicas (Central Banco de Investimento, BCP e BPN). Causando alguma surpresa no meio, Constâncio nomeou-o a semana passada para administrador no BPP, um banco que ele supervisionou e que está à beira da falência por uma gestão menos cuidada de riscos.

No entender de Emílio Rui Vilar, presidente do conselho de auditoria (CA) do Banco de Portugal, o desempenho da actividade de supervisão bancária "não está incluído no âmbito de intervenção do conselho de auditoria". O representante máximo do órgão independente de supervisão interna acrescenta que "a acção do CA incide no funcionamento da legalidade (art. 43<sup>o</sup>) e que "é o conselho consultivo que se pronuncia, embora não vinculativamente, sobre "a actuação do Banco decorrente das funções que lhe estão cometidas".

Quer isto dizer que uma das áreas centrais de actuação do banco central — e que tem estado debaixo de fogo por sucessivos problemas em instituições bancárias nos últimos meses — não é supervisionada pelo único órgão no banco que não é liderado pelo Governador do Banco de Portugal.

A interpretação de Rui Vilar não é, contudo, consensual. Face ao definido na Lei orgânica do banco, Paulo Olavo Cunha, docente da Faculdade de Direito da Universidade Católica e advogado na Vieira de Almeida e Associados especializado em "corporate governance" e direito societário, diz que "o conselho de auditoria é regulado de modo vago, com atribuição de competências vastas e sem limitações significativas".

A resposta de Rui Vilar ao **Negócios** mostra que, na prática, a actuação do CA é relativamente limitada. O também presidente da Fundação Gulbenkian refere que o conselho está mais centrado em aspectos contabilísticos, mencionando os pareceres que envia ao Ministério das Finanças sobre o relatório e contas, o orçamento anual e o plano de contas do banco; a análise dos relatórios do departamento de auditoria do Banco — assim como alguns assuntos administrativos e de pessoal. Em nenhum momento se refere a avaliações de desempenho que, na área de supervisão, remete para o conselho consultivo.

E para estas funções Rui Vilar conta com um revisor oficial de contas e com uma "personalidade de reconhecida competência em matéria económica" (e até à última revisão da lei orgânica por representante do pessoal), todos remunerados e nenhum com dedicação a tempo inteiro.

Paulo Olavo Cunha entende que as funções efectivas e a equipa são insuficientes e diz que dada a importância de um órgão de fiscalização interna numa instituição da relevância do Banco de Portugal, o CA se deveria aproximar mais das grandes sociedades anónimas: "a sua composição poderia ser reforçada — porventura para cinco elementos — e deveria ser exercida a tempo inteiro, não havendo necessidade de explicitar os respectivos poderes, porquanto a enunciação dos mesmos poderia ser contraproducente e limitativa relativamente à previsão legal actual que, como referimos, atribui ao órgão de fiscalização do Banco de Portugal poderes genéricos, e consequentemente amplos, de intervenção, permitindo-lhe controlar adequadamente o exercício de funções por parte do órgão executivo e desempenho de outros elementos do BdP".

### Conselho de Auditoria tem o mesmo presidente desde 1996

Outra das características do CA que é criticada pelos especialistas contactados pelo **Negócios** é o facto deste ser presidido pela mesma pessoa desde 1996, tendo sido reconduzido em mandatos de três pelos sucessivos ministros das Finanças.

Paulo Olavo Cunha diz que quando os órgãos de fiscalização são independentes, ninguém desempenha "mais de três mandatos em qualquer órgão da sociedade comercial" [onde a duração mais comum do mandato é de três anos] e acrescenta que esta limitação temporal "tem por finalidade evitar que, entre os membros dos órgãos de fiscalização e os demais membros dos órgãos sociais e quadros da mesma, se estabeleça uma proximidade que possa comprometer um desempenho adequado de funções de fiscalização, que devem ser exercidas de forma isenta, independente e imparcial". Da mesma opinião é José Manuel Moreira, professor da Universidade de Aveiro que afirma: "Ter as mesmas pessoas no mesmo lugar tanto tempo não é saudável".

Esta interpretação parece ser partilhada pelo próprio Governo que, na revisão da Lei orgânica de 2006, limitou a dois mandatos o cargo de presidente do CA. Rui Vilar explicou que "o mandatos do presidente e do vogal Professor Doutor Rui Conceição Nunes terminaram em Abril do corrente ano, mantendo-se em funções para evitar vacatura e aguardando a decisão que o Senhor Ministro das Finanças entenda tomar". Sobre as implicações da alteração da Lei na renovação de um novo mandato, o ainda presidente do CA diz que "competirá ao Ministro das Finanças a respectiva interpretação da sua aplicabilidade temporal". Também nesta questão o **Negócios** contactou o Ministério das Finanças, sem obter qualquer resposta.



**O acompanhamento da supervisão bancária não está incluída no âmbito de intervenção do CA. É o conselho consultivo que se pronuncia, embora não vinculativamente.**

**Emílio Rui Vilar**  
Presidente do Conselho de Auditoria do BdP





# Maioria dos governadores é escolhida pelos chefes de Estado...

As leis tendem a proteger os governadores da demissão. Os EUA são exceção

Ao contrário do que se passa em Portugal, na maioria dos países (53%) é ao chefe de Estado que compete a nomeação do governador do banco central. Seguem-se os parlamentos e só em terceiro lugar os governos – como acontece em Portugal – concluem Lars Frisell e Kasper Roszbach, do banco central da Suécia, e Giancarlo Spagnolo da Universidade de Roma, num artigo publicado em Março com o título “Governing the Governors: a clinical study of central banks”, onde analisaram estes dados para 98 bancos centrais no mundo.

Na análise a quem tem a competência de demissão (neste caso já só para 47 bancos centrais), os autores concluem que o cenário é semelhante, mas que os governos ganham maior peso na hora de demitir um

governador: em 20% dos casos essa é uma competência também do chefe de Estado, seguido do governo (13%) e do parlamento (4%).

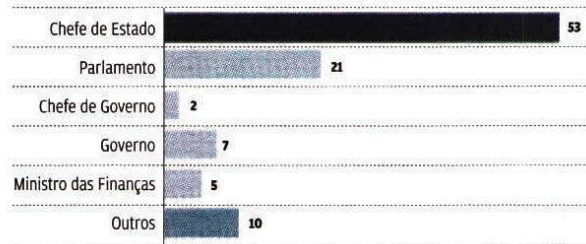
Face aos resultados, os autores dizem que a escolha e demissão dos governadores tende a ser feita por instituições não partidárias ou multi-partidárias, isto porque se entende que a “despolitização” é considerada muitas vezes benéfica no caso dos bancos centrais: por um lado, são necessárias competências técnicas muito específicas e, por outro, os objectivos do banco central regem-se muitas vezes por interesses de longo prazo, que não são compatíveis com os “timings” da política.

Esta última razão é também uma das justificações para que “na prática, e apesar de ser possível, seja muito difícil demitir um governador”.

De facto, na maioria dos casos (62%) só uma falha grave ou uma violação da Lei podem levar à demissão – este é o caso em Portugal, de acordo com o estatuto que regula o sistema europeu dos bancos centrais, onde se prevê também a possibilidade de recurso da decisão.

Há no entanto nesta matéria diferenças muito grandes no mundo, como notam os três economistas, logo a começar pelos dois maiores bancos centrais do Atlântico: Ben Bernanke, o presidente da Reserva Federal pode ser demitido pelo presidente dos Estados Unidos (que também o nomeia) por “qualquer causa” que entenda; já Jean-Claude Trichet, presidente do Banco Central Europeu, só poderá ser demitido por uma decisão de um tribunal. **RJ**

**chefes de Estado são os que nomeiam a maior parte das vezes...**  
 Percentagem de instituições que nomeiam os governadores (entre 98 países analisados)



Frisell, Roszbach e Spagnolo, 2008, Riskbank, “Governing the Governors: a clinical study of central banks”

## Maioria dos governadores só pode ser demitido por falta grave ou violação da Lei

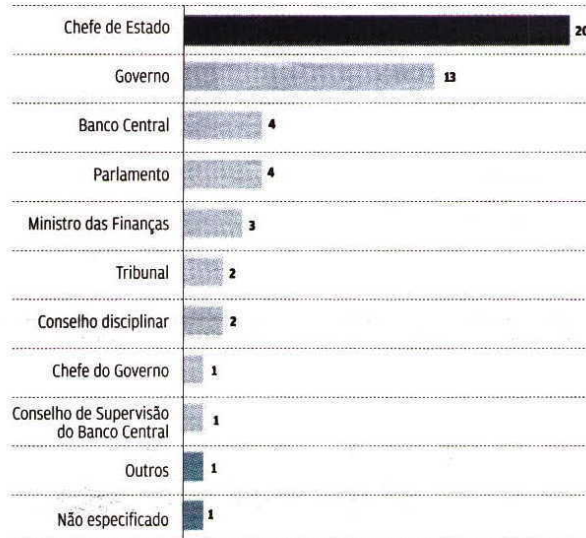
Percentagem de eventos explicitamente previstos nos estatutos dos bancos centrais (de um conjunto de 47)



Frisell, Roszbach e Spagnolo, 2008, Riskbank, “Governing the Governors: a clinical study of central banks”

## ... e também quem demite na maior parte das vezes

Frequência (em %) das instituições que demitem os governadores (entre 47 países analisados)



Frisell, Roszbach e Spagnolo, 2008, Riskbank, “Governing the Governors: a clinical study of central banks”

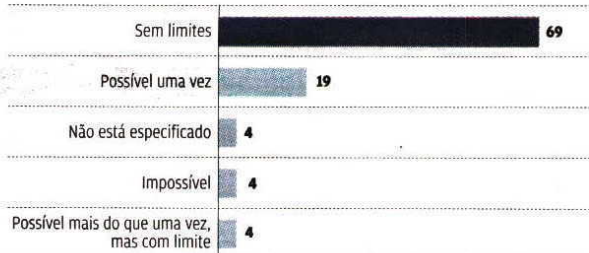
# ... e tem poucos limites nas funções pós-banco

A maior parte dos governadores não tem limites para os cargos que ocupa depois de deixar os comandos do banco central, nem está sujeito a limitações nas renovações de mandatos, concluem os três economistas no estudo já citado (ver texto em cima).

Segundo os autores, em 69% dos 47 bancos centrais analisados não há limites à renovação de mandatos (em Portugal, a Lei define um máximo de dois mandatos), argumentado no entanto que não há um entendimento consensual sobre o que é melhor. A favor das limitações de

## A maioria dos governadores não tem mandatos limitados

Percentagem de países (entre 47) onde se limitam as renovações de mandatos



Frisell, Roszbach e Spagnolo, 2008, Riskbank, “Governing the Governors: a clinical study of central banks”

mandatos está o facto ser difícil avaliar um governador, de ser muito difícil demiti-lo e, obviamente, o facto de assim se limitar o poder que este pode ganhar se se perpetuar no cargo. Contra as limitações de renovações argumenta-se que, com elas, se perdem por vezes bons governadores e que no final dos mandatos os governadores ficam com poder muito limitado.

No que diz respeito a limitações nos cargos que desempenham após ocuparem o cargo de governador, a Lei portuguesa inclui-se na maioria, não colocando qualquer limitação.

Também aqui os autores dizem que a discussão sobre o que será melhor está em curso. De um lado estão os que dizem que, sem limitações, os governadores poderão no final dos mandatos gerir o banco central de forma a agradar aos bancos comerciais e assim garantirem um trabalho bem pago depois.

Contra este argumento está o facto de, na maioria das vezes, se tratarem de pessoas insuspeitas, que estão a servir o Estado, e de ser difícil argumentar que alguém tenha dificuldade em encontrar um bom emprego após ser governador.





# Bancos centrais são normalmente detidos pelo Estado

Entre os 47 bancos centrais que Lars Frisell, Kasper Roszbach e Giancarlo Spagnolo analisaram, cerca de 70% são detidos totalmente pelo Estado – como acontece em Portugal – a que se junta 9% onde o Estado controla mais de 50%.

“A propriedade total pelo Estado é a mais comum, mas perto de três em dez casos são apenas parcialmente detidos pelos governos, são propriedade privada ou têm algum outro tipo de estrutura accionista”, escrevem os três economistas que expõem os prós e os contras da detenção pública de instituições.

Do lado positivo, a teoria económica aponta o facto de quando o Estado é o único ou o accionista maioritário ser mais fácil controlar, garantir e valorizar aspectos qualitativos não contratáveis e que não interessam aos privados, como acontece muitas vezes com os objectivos da regulação. Do lado negativo estão os menores incentivos à inovação, quer em termos de qualidade, quer de redução de custos.

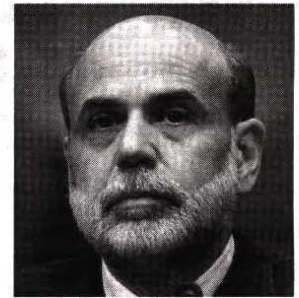
Mas serão estas as únicas razões que levam a uma distribuição tão desigual entre propriedade pública

e privada? Não, respondem, evidenciando os conflitos de interesses. “A detenção privada pode entrar directamente em conflito com as funções de regulador. Isto é particularmente óbvio para o caso em que o banco central tem de impor competição entre bancos que, no entanto, detêm o banco central em conjunto”, escrevem, dando como exemplo o que se passou em Itália. Em 2005, o banco central era detido na totalidade pelos bancos comerciais, que escolhiam a equipa de direcção em reunião de accionistas. Na altura, António Fazio, o governador foi apanhado em conversas telefónicas que visavam privilegiar uma das partes num processo de fusão na banca italiana, acabando por se demitir.

Na sequência do escândalo, dizem os economistas, foi aprovada legislação que deverá entrar em vigor em 2009 e que determinou a passagem do banco para as mãos do Estado. Mas Itália não está sozinha. Alguns dos exemplos mais conhecidos de propriedade privada são a Reserva Federal dos EUA (detida pelos bancos comerciais) ou o banco central da África do Sul, onde todo o capital está disperso.

## Bancos comerciais são os donos da Reserva Federal

➔ O sistema da Reserva Federal dos EUA é composto por 12 reservas federais regionais detidas pelos bancos comerciais de cada região. Apesar de deterem o capital, não têm muito poder directo. Por exemplo, o presidente da Fed é escolhido e demitido pelo Presidente dos EUA. Além disso, a tomada de decisões está nas mãos de dois órgãos. São eles o conselho de governadores e o comité de política monetária (FOMC). O conselho é composto por sete membros apontados pelo Presidente e aprovados pelo Senado e decide sobre emissão de moeda, reservas e a taxa de desconto. O FOMC é composto pelo conselho de governadores, pelo presidente da Fed de Nova Iorque e por 4 presidentes dos bancos federais - é ele que decide as taxas de juros. Os lucros do banco vão quase na totalidade para o Tesouro.



Ben Bernanke | Presidente da Reserva Federal dos EUA

## Itália a caminho da nacionalização

➔ O banco central de Itália era até 2005 totalmente detido pelos bancos comerciais. Desde 1948 que o banco central tinha um conjunto estável de accionistas, uma estrutura que não era problemática pois a maioria dos bancos era indirectamente público – controlados por fundações sem fins lucrativos detidas pelo governos regionais. Os problemas começaram a surgir quando nas últimas décadas se intensificou a privatização da banca, o que gerou potenciais conflitos de interesses evidentes: o regulador tinha de supervisionar os próprios donos (e estes com muito mais poder que o bancos comerciais na Fed). Em 2005 o sistema rebentou com o escândalo Fazio, um governador que foi apanhado a privilegiar um banco num processo de fusão. Foi então aprovada a legislação para que o banco passasse para as mãos do Estado até ao final deste ano.



Mário Draghi | Governador do banco central italiano

## Na Bélgica metade do banco está cotado na Euronext

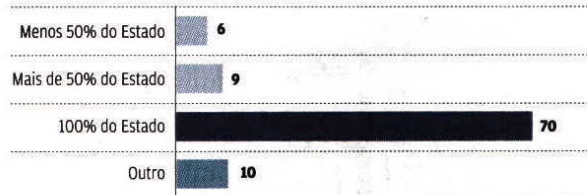
➔ Um dos modelos que se destaca entre os vários existentes no mundo é o do banco central da Bélgica. O Estado detém 50% do banco e a outra metade está cotada em bolsa, na Euronext. Os dividendos sobre as acções não dependem contudo dos lucros do banco, mas são definidos por uma regras de crescimento fixo nominal ao longo do tempo. Há várias regras que visam garantir a independência do banco, desde logo o facto do governador ser nomeado pelo Rei. Aos accionistas cabe contudo escolher o conselho de regência, o órgão máximo do banco, a quem cabe supervisionar a actividade da comissão executiva liderada por Guy Quaden. É também este conselho que escolhe os 10 directores do banco, que são depois nomeados pelo Rei e que define os salários.



Guy Quaden | Governador do banco central belga

### Quase 80% dos bancos são detidos em mais de 50% pelo Estado

Percentagem de bancos centrais detidos pelo Estado e por privados (entre 47 analisados)



Frisell, Roszbach e Spagnolo, 2008. Riskbank, "Governing the Governors: a clinical study of central banks"

# Banqueiros gozam de independência nas contas

Em 80% dos casos analisados o legislador colocou na lei limitações à alocação de lucros. No entanto, em geral os banqueiros têm uma grande independência financeira para gerir os seus orçamentos.

Segundo os dados de Lars Frisell, Kasper Roszbach e Giancarlo Spagnolo 42 dos 47 bancos centrais confrontam-se com limitações nas distribuições de dividendos. Portugal está entre esses 42 bancos como limitações: 10% dos lucros são usados como reserva legal; outros 10% vão para outras reservas que o conselho de administração delibera e o

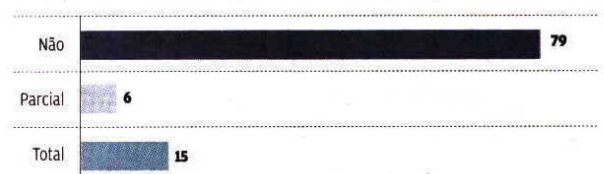
remanescente segue para o Estado, a título de dividendos, ou para outras reservas, mediante aprovação do Ministro das Finanças, sob proposta do conselho de administração, define a Lei orgânica do banco central português.

Já quanto à gestão do orçamento é dada na maioria das vezes total independência de gestão aos conselhos de administração dos bancos. Acontece em 80% dos casos, onde se inclui Portugal. Segundo a Lei que rege o BdP, o conselho de administração tem de fazer um orçamento anual, o qual “será comu-

nicado ao Ministro das Finanças até 30 de Novembro do ano anterior”, mas apenas isso. As restantes prestações de contas são feitas no ano seguinte: “Até 31 de Março, e com referência ao último dia do ano anterior, o banco envia ao ministro das Finanças, para aprovação, o relatório, o balanço e as contas anuais de gerência, depois de discutidos e apreciados pelo conselho de administração e com o parecer do conselho de auditoria”, lê-se Lei orgânica que dá ao ministro 30 dias para aprovar os documentos. Se não o fizer haverá aprovação automática.

### Oito em cada dez governadores tem independência financeira

Percentagem de bancos centrais que dependem do Governo para aprovar orçamentos



A maioria dos bancos centrais não depende dos governos para fazer, aprovar ou executar o orçamento anual, bastando-lhes a apresentação de contas no ano seguinte. Estão contudo limitados na distribuição de dividendos.

Frisell, Roszbach e Spagnolo, 2008. Riskbank, "Governing the Governors: a clinical study of central banks"



**Caso BPN leva Pinto Monteiro à Assembleia dia 16**

O procurador-geral da República (PGR) vai ao Parlamento falar sobre as investigações ao Banco Português de Negócios (BPN)

no dia 16 de Dezembro, disse à Lusa o presidente da Comissão parlamentar de Orçamento e Finanças, Jorge Neto.



**Caso BPN****Pinto Monteiro vai ao Parlamento a 16**

O Procurador-geral da República (PGR) vai ao Parlamento falar sobre as investigações ao Banco Português de Negócios (BPN) no dia 16.

A audição foi remarcada para 16 de Dezembro, às 21h00, depois de ter estado agendada para o passado dia 2. Razões médicas levaram, então, Pinto Monteiro a pedir o adiamento da sessão.

Pinto Monteiro vai à Assembleia da República na sequência do requerimento entregue pelo PS.





# "Promiscuidade política" preo

ALBERTO MARTINS diz que o caso BPN levou os socialistas a reverem a opinião sobre a mudança da lei da

Tatiana Canas  
tcanas@economicasgpps.com

"É preciso combater a promiscuidade entre as esferas pública e privada", diz o presidente do grupo parlamentar do PS, lembrando que o objectivo do inquérito parlamentar é ver se existe "falta grave" na actuação do Banco de Portugal no exercício do seu poder de supervisão no caso BPN.

A ida do socialista Jorge Coelho para a Mota-Engil há oito meses provocou um aceso debate no Parlamento, mas nessa altura o PS entendeu que a lei era boa e não precisava de ser mudada. O que fez os socialistas mudarem de opi-

nião? "Agora [devido ao BPN] acho que este tema merece um tratamento mais aprofundado", diz Alberto Martins, que acrescenta: "A comissão quer determinar se as leis que estão hoje em vigor devem ou não ser mudadas em função de casos concretos". Daí que Alberto Martins assegure que vão ser discutidos "vários ângulos da situação para no final retirarmos as respectivas consequências políticas e jurídicas". Entre outros, serão examinados aspectos como a necessidade de aprofundar poderes sobre as entidades reguladoras, até que ponto o supervisor (Banco de Portugal) agiu segundo as suas competên-

*A ida do socialista Jorge Coelho para a Mota-Engil provocou um aceso debate no Parlamento, mas nessa altura o PS entendeu que a lei era boa.*

cias, quais as irregularidades processuais detectadas e se aconteceram por causa de falhas na lei.

A discussão à volta do regime das incompatibilidades não é de hoje, sendo - os deputados - alvos frequentes de críticas quando acumulam funções políticas com cargos de responsabilidade no plano privado. Pina Moura foi outro caso que deu dores de cabeça ao PS, quando a oposição reagiu ao facto de o ex-ministro da Economia e das Finanças se tornar presidente da Iberdrola Portugal em 2001, cargo que mantém até hoje.

A última vez que os socialistas foram confrontados com alegadas incompatibi-

lidades envolvia o seu porta-voz, Vitalino Canas. O PCP considerou, então, que o deputado violava o seu estatuto por estar a defender uma posição oposta à do Estado enquanto actuava em nome de provedor do trabalhador das empresas de trabalho temporário. A Comissão de Ética acabou por lhe dar razão. Mas a recente nacionalização do BPN veio agitar as águas, trazendo para a ordem

Alberto Martins, líder da bancada do PS, admite agora discutir lei das incompatibilidades



do dia o regime das incompatibilidades.

Num processo que ainda mal começou e já envolve a prisão preventiva do ex-presidente do BPN, Oliveira e Costa, e suspeitas sobre o conselheiro de Estado Dias Loureiro, a discussão sobre o regime das incompatibilidades torna-se um tema inevitável.

Alberto Martins garante que, à partida, o PS tem uma disponibilidade "total" para reavaliar o regime das incompatibilidades. "É normal" que as leis estejam em mudança constante para acompanharem a realidade e a vida, diz. ■



# cupa PS

incompatibilidades dos políticos.

## POLÉMICA ENVOLVENDO DEPUTADOS



JORGE COELHO

Ex-ministro do Equipamento Social



FERREIRA DO AMARAL

Ex-ministro das Obras Públicas

■ **Membro do Executivo socialista** entre 1999 e 2001, quando deixou a política foi contratado para presidente-executivo da Mota-Engil. Actualmente, Jorge Coelho é consultor da Martifer, empresa detida em 37,5% pela Mota-Engil.

■ **Responsável por três ministérios social-democratas** diferentes (primeiro do Comércio e do Turismo, depois das Obras Públicas), Ferreira do Amaral é hoje presidente da Lusoponte e administrador não-executivo da Semapa.



**BANCA**

# Nova administração do BPN troca BDO pela Deloitte como auditor do banco

Cinco anos depois de Oliveira Costa ter substituído a Deloitte pela BDO, aquela auditora volta ao BPN. Novo ROC é o mesmo da CGD



**Francisco Bandeira** | Presidente do BPN contratou para auditor do banco a Deloitte, que Oliveira Costa tinha substituído.

Maria João Gago mjpgago@mediafin.pt

A nova administração do Banco Português de Negócios (BPN), liderada por Francisco Bandeira, decidiu substituir o auditor externo da instituição. A BDO, que desempenhava aquelas funções desde meados de 2003, foi substituída pela Deloitte, que desempenha papel idêntico na Caixa Geral de Depósitos (CGD), que é responsável pela gestão do BPN desde a nacionalização deste banco.

Cinco anos depois de ter sido substituída pela BDO como auditor externo do BPN, durante a administração liderada por José de Oliveira

Costa, a Deloitte volta a desempenhar aquelas funções. Uma troca que ganhou visibilidade na altura, uma vez que esta empresa colocara reservas às contas de 2002 do banco. No relatório referente ao exercício de 2003, já certificado pela BDO, as reservas tinham sido resolvidas. Esta auditora só colocou reservas às contas de 2007.

Antes de ter sido contratada para auditor externo do BPN, a Deloitte tinha regressado ao banco no Verão passado, pela mão do ex-presidente Miguel Cadilhe, que escolheu esta empresa para realizar uma audito-

ria externa e independente à instituição, assim como a todo o grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que antes detinha o BPN. Aliás, foi com a sua colaboração que a anterior gestão do banco descobriu muitas das operações financeiras que tinham sido ocultadas dos registos oficiais e que resultaram em perdas superiores a 700 milhões de euros.

Além disso, a Deloitte e o Deutsche Bank foram as duas entidades designadas pelo Ministério das Finanças para realizarem as avaliações independentes aos activos nacionalizados, com o objectivo de

determinar as eventuais indemnizações a pagar aos accionistas da SLN. Uma missão que tem de estar concluída no início de Janeiro.

**BPN e CGD partilham ROC e três administradores**

Além do auditor, CGD e BPN passam a partilhar a mesma sociedade de revisores oficiais de contas (ROC), a firma Oliveira Rego & Associados. Até aqui, o ROC do banco era a sociedade J. Monteiro & associados.

Os novos auditor e ROC foram nomeados para um mandato de

quatro anos, assim como os sete administradores do BPN. Entre a equipa de gestão, há três responsáveis que dividem o seu tempo entre o banco recentemente nacionalizado e a administração da CGD.

A nova equipa está neste momento a trabalhar no plano estratégico para o BPN, que deverá defender uma das duas soluções em cima da mesa para o futuro da instituição: a integração na CGD ou o saneamento do banco e sua futura reprivatização. A opção final deverá ser anunciada no início de Janeiro, de acordo com o calendário definido.

**SINERGIAS ENTRE CGD E BPN**

- ➔ **Administração:** há três gestores em comum - o presidente do BPN, Francisco Bandeira, o vice-presidente, Norberto Rosa, e o vogal, Pedro Cardoso -, além de dois outros quadros da Caixa (José Lourenço Soares e Mário Gaspar).
- ➔ **Auditor:** há vários anos que a Deloitte é o auditor da CGD. Agora, volta a desempenhar idêntica função no BPN.
- ➔ **ROC:** também a sociedade que nomeia o revisor oficial de contas (ROC) da Caixa, a sociedade Oliveira Rego & Associados, passa a fazê-lo no BPN.

**BANCA**

# Primus avança para novo país da zona Euro no próximo ano

Maria João Gago mjpgago@mediafin.pt

O Banco Primus, instituição especializada em financiamento hipotecário e automóvel, vai alargar a sua estratégia de internacionalização a um terceiro país europeu no próximo ano, adiantou João Cunha Rosa, presidente executivo, ao Negócios. O gestor não quis adiantar qual o mercado em causa, uma vez que ainda não foi tomada uma decisão final, mas sublinhou que se trata de um país da zona Euro.

Além de Portugal, o Primus, controlado pelo Crédit Foncier, grupo francês especializado em crédito hipotecário, já tem uma sucursal em Espanha e outra na Hungria, cuja operação foi lançada há poucos meses. A internacionalização tem sido feita através do banco português, e não da casa-mãe, porque os mode-

los de negócio são diferentes. Enquanto o Crédit Foncier actua apenas no crédito hipotecário, o Primus desenvolve esta actividade, assim como o financiamento automóvel, o que torna mais fácil a implementação de novas operações.

Outra das apostas do banco para o próximo ano será o lançamento de produtos de crédito pessoal sem garantia. "A crise financeira interna-

cional impõe cautela, uma vez que há algum arrefecimento na procura. Mas também abre janelas de oportunidades e nós vamos estar atentos", sublinhou Cunha Rosa.

Para o CEO do Primus, uma das vantagens competitivas da instituição é o facto de ser controlado pelo Crédit Foncier, que recentemente reforçou a sua posição de 37% para 85%, numa operação que resultou na saída dos accionistas portugueses, à excepção de João Cunha Rosa. O presidente executivo aproveitou a saída dos restantes investidores nacionais - entre os quais Pedro Libano Monteiro, fundador do banco, que permanece ligado à instituição apenas como "chairman" - para reforçar a sua participação accionista de 7% para 15%. A alteração accionista levou ainda a uma redução do número de membros da administração, de sete para cinco elementos.



**A crise financeira abre janelas de oportunidades e nós vamos estar atentos.**

João Cunha Rosa  
CEO do Banco Primus

**BLOCO DE NOTAS**

**PRIMIS**

- **Constituição** 2005
- **Crédito a clientes** 137 milhões de euros, no final de Março
- **Accionistas** Crédit Foncier 85%; João Cunha Rosa 15%
- **Presença** Portugal, Espanha, Hungria
- **Recursos humanos** 200 colaboradores

**15%**  
**Posição do CEO**  
**João Cunha Rosa, líder executivo, comprou mais 8% do banco.**

"O Crédit Foncier dá-nos muita tranquilidade no acesso a 'funding'. Isso já acontecia mesmo quando não era um accionista maioritário. Só no ano passado, o Crédit emitiu 2,3 mil milhões de euros em obrigações hipotecárias que foram colocadas junto do BCE", exemplificou o CEO do Primus.

Com maior facilidade no acesso a financiamento para a sua actividade de concessão de crédito, o aumento do malparado pode ser um dos problemas com que o Primus terá de lidar à medida que a crise financeira for chegando à economia. "O principal inimigo é o desemprego e como instituição de crédito é normal que haja uma monitorização muito próxima da gestão de risco. Mas não temos sentido uma evolução muito significativa nos níveis de incumprimento", garante Cunha Rosa.



*O seu amigo poderá ser honesto mas profundamente estúpido. Ou esperto que nem um alho e um crápula da pior espécie*

## Vícios privados, prejuízos públicos

Imagine que você descobre um dia que um dos seus melhores amigos, pessoa de elevado sentido moral, viva inteligência, extrema argúcia e grande habilidade na condução dos seus negócios, dono de uma vasta experiência pessoal e reconhecida competência, uma pessoa que você sabe possuidor de uma imensa grandeza de coração e capaz de uma abnegação sem limites, acaba de ser acusado de participação numa poderosa rede internacional de crime organizado.

Você corre para casa dele, surdo aos telefonemas que lhe zunem aos ouvidos ("Então já viste o Fulano, aquele gabiru, quem diria hein?"), e garante-lhe a sua ajuda em tudo o que ele possa necessitar para desmontar esta cabala, esta acusação inverosímil.

O seu amigo agradece-lhe comovido e declara-lhe solenemente a sua mais absoluta inocência. Você recusa-se a ouvir - quem precisa de garantias perante alguém acima de toda a suspeita? -, mas ele protesta a sua inocência e jura-lhe que nunca tinha dado pelos milhões que alguém depositou na sua conta bancária, garante-lhe que supunha que os sacos de plástico com um pozinho branco que foram descobertos na sua garagem (dezassete quilos, para ser exacto) eram açúcar, garante-lhe que sempre supôs que as raparigas estrangeiras que via entrar e a sair do

anexo ao fundo do jardim eram amigas das filhas e que nunca estranhou o facto de às vezes elas estarem amarradas porque imaginou que eram punks, e que nunca desconfiou dos homens que pareciam maltratá-las porque usavam fatos de bom corte. Também terão sido eles que lhe pediram para guardar no seu quarto as caixas de papelão com o dinheiro, mas pensou que fosse porque não confiavam nos bancos - com estas coisas do BPN, todos os cuidados são poucos.

Depois de sair, você sente-se um pouco abalado. Se não quiser pôr em causa a honestidade do seu amigo, de quem conhece o elevado sentido moral, a grandeza do coração, etc., terá de considerar que ele é profundamente estúpido. Ou esperto que nem um alho, mas um crápula da pior espécie.

O dilema de Dias Loureiro é semelhante a este: a sua reputação parece estar, num caso como noutro, manchada para além de reparação. Só que nem tudo é dilemático neste dilema: é uma evidência de La Palisse que ele não deve ser conselheiro do Presidente da República e um mínimo de decência aconselharia a demissão. Não porque a sua honestidade esteja em causa, mas para evitar o risco de que alguém, abusando da sua boa-fé, o tente convencer a vender a torre Eiffel a Mário Lino.



**José Vítor Malheiros**

As declarações do Governo (pela boca do secretário de Estado do Tesouro, Carlos Costa Pina) segundo as quais o Estado português não irá despende um euro com o aval dado ao empréstimo de 450 milhões de euros contraído pelo Banco Privado Português (BPP) junto de um consórcio de seis instituições bancárias - a quem o Governo torceu o braço por razões que seria interessante apurar - eludem o essencial da questão. O Estado apenas deve dar um aval quando considera que a operação avalizada merece toda a confiança e é vantajosa para a economia nacional. Justificar um aval com o argumento de que ele não vai ser activado é admitir a falta de argumentos para o justificar e reconhecer a imoralidade do acto. O aval é dado porque o BPP é um banco de ricos. De 3000 ricos. É essa a razão. Avais semelhantes poderiam ser dados com melhores razões a empresas em situações difíceis para realizar investimentos produtivos. Mas nesse caso tratar-se-ia de salvar postos de trabalho de pobres.

É triste que um Governo socialista se empenhe tanto em provar o aforismo de que os lucros das empresas devem ser sempre privados mas os grandes prejuízos devem ser tornados públicos e suportados pelos contribuintes. *Jornalista (jvm@publico.pt)*





**GESTÃO** ■ GRUPO BPN ENVIOU DINHEIRO PARA FORA DO PAÍS



Em Dezembro de 2007, dois meses antes de Oliveira e Costa deixar a presidência do BPN, o Banco Insular enviou para o Brasil 4,3 milhões de euros. Foi a última operação financeira. A primeira tinha acontecido em 2003

**Rota do dinheiro do BPN**

Entre Abril de 2003 e Setembro de 2008



VALOR TOTAL  
439 449 342 €

1. Ilhas Caimão George Town	40 783 934 €
BPN Cayman	
2. Portugal Lisboa	79 960 922 €
BPN Portugal	
3. Portugal Lisboa	1 045 770 €
Banco Efisa	
4. Madeira Funchal	55 178 528 €
SLN Madeira	
5. Cabo Verde Cidade da Praia	232 243 839 €
Banco Insular	
6. Holanda Amesterdão	2 240 936 €
EEI - Excellence Real Estate Invest.	
7. Itália Florença	82 000 €
Seac Banche	
8. Angola Luanda	27 913 413 €
Banco Africano de Investimento (BAI)	

Fonte Banco Central do Brasil

CORREIO DA MANHÃ

# 439 milhões de euros enviados para o Brasil

■ Banco Insular de Cabo Verde transferiu mais de 232 milhões de euros até ao final de 2007

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

O Grupo Banco Português de Negócios (BPN) transferiu para o Brasil, entre Abril de 2003 e Setembro de 2008, mais de 439 milhões de euros. Só o Banco Insular, um dos alvos das investigações do Banco de Portugal e do Ministério Público, enviou para aquele país da América do Sul uma verba superior a 232 milhões de euros - montante que representa 64 por cento do seu próprio buraco financeiro, de 360 milhões de euros, e 33 por cento do prejuízo oficial, 700 milhões de euros.

Os dados do Banco Central do Brasil, que o *Correio da Manhã* consultou, não deixam margem para dúvidas: em apenas cinco anos o Banco

Insular em Cabo Verde, o BPN Portugal, Sociedade Lusa de Negócios-Madeira, BPN Cayman, off-shore nas ilhas Caimão, Banco Africano de Investimento (BAI), em Angola, Banco Efisa, Seac Banche, em Itália, e Erei - Excellence Real Estate Investments, na Holanda, transferiram para várias empresas do Grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN) 439 449 342 milhões de euros, ao câmbio actual.

Ao todo, esta transferência de capital concretizou-se em 207 operações. Os anos de 2005, quando as ligações entre o BPN e o Banco Insular suscitaram as primeiras dúvidas à

equipa da 'Operação Furacão', 2006 e 2007 concentram o grosso dos envios de dinheiro: 169 operações, 82 por cento do total.

Com 65 transferências financeiras, o Banco Insular foi o principal veículo de envio de dinheiro para o Brasil. Só em Maio de 2005 foram realizadas 15 operações, uma delas de quase 20 milhões de euros, o valor mais alto entre 2003 e Setembro de 2008. BPN Portugal, SLN-

-Madeira e BPN Cayman têm também um peso importante nessas transferências financeiras, com verbas que rondam entre os 40 e os 80 milhões de euros. ■

**Grande parte do dinheiro foi enviada entre 2005 e 2007**

O BPN Portugal foi um dos principais veículos para a transferência de dinheiro para o Brasil: ao longo de cinco anos, foram realizadas 50 transferências. 2006 concentrou a maior parte. Em regra, o valor enviado rondava 1,5 milhões de euros

**Prejuízos superaram previsões**

● A Caixa Geral de Depósitos já injectou no BPN uma verba na ordem de mil milhões de euros, um montante muito superior ao buraco oficial de 700 milhões de euros apurado na altura da nacionalização do banco.

Mais de um mês após o Governo ter decidido nacionalizar o BPN, Francisco Bandeira (à dir.), vice-

presidente da CGD e novo presidente do BPN, afirmou que a situação do banco estava controlada. A propósito do envio de novas informações para as autoridades, deixou claro que "se no processo de gestão forem encontradas novas situações que levantem dúvidas e eticamente sejam reprováveis" estas serão enviadas às autoridades. ■ A.S.A.



DIREITOS RESERVADOS

MANUEL MARTELA





ID: 23034828

07-12-2008

**MIGUEL CADILHE | QUEIXA AO PGR**

Foi Miguel Cadilhe que apresentou queixa à Procuradoria-Geral da República (PGR) contra os anteriores gestores do BPN, após ter mandado realizar um auditoria interna ao banco



**DIAS LOUREIRO | C. DE ESTADO**

Dias Loureiro, administrador da SLN de 2001 a 2005, voltou ontem a reafirmar na SIC que não vê razões para deixar o cargo de conselheiro de Estado

**EM DÍVIDA | AMIGO LIBANÊS**

Segundo o 'Público', o amigo libanês de Dias Loureiro, Abdul Rahman El-Assir, é dos maiores devedores do BPN. Foi-lhe concedido um empréstimo de 42 mil milhões que não foi pago

**PORMENORES**

● **BANCO INSULAR**  
A propriedade do Banco Insular (BI) foi desconhecida até Junho de 2008. Sediado em Cabo Verde, é detido pela Insular Holdings (Londres). E esta é detida por duas empresas offshore, a Fiduciary Nominees Limited e a Fiduciary Trust Limited, controladas pelo Fiduciary Group, de Gibraltar. Estas eram dependentes da SLN.

● **BPN CAYMAN**  
O BPN Cayman foi constituído em 2000 e é detido em 99,8% pelo BPN SGPS. Dos seus cofres saíram verbas para créditos ao BPN Brasil - Banco de Investimento, BPN Creditus Brasil, imobiliária Ergi - Empreendimentos, Fuentes Participações.

● **BANCO AFRICANO**  
Em 2006 o BAI, maior banco privado de Angola, comprou 20% do capital do BPN Brasil, detido em 80% pela SLN. As transferências do BAI dirigiram-se, justamente, para o BPN Brasil.

● **ERGI EMPREENDIMENTOS**  
A Ergi - Empreendimentos, empresa imobiliária, foi o principal destino das transferências de dinheiro para o Brasil: só o Banco Insular cedeu-lhe créditos de 228 milhões de euros.

● **SEAC BANCHE**  
Sediada em Florença, a Seac Banche é a empresa fabricante do equipamento para o multi-banco que o BPN adquiriu em Porto Rico. Enviou para o Brasil apenas 82 mil euros.

● **EREI**  
Fundada em 2001 na Holanda, a Erei - Excellence Real Estate Investments é detida por uma sociedade com sede na offshore de Gibraltar.

# Refúgio alentejano foi abandonado

■ O Paço dos Infantes, herdade no concelho da Vidigueira, para onde foi pensado um dos maiores investimentos no ramo turístico por parte do BPN, foi posto de parte depois da saída de Oliveira e Costa da presidência do banco, em Fevereiro. Quem conhece a zona diz mesmo

que o local está praticamente "ao abandono".

"É muito raro por aí estar alguém. Chegou a haver muito movimento, mas nos últimos meses não se vê por aqui ninguém", disse ao CM um trabalhador agrícola de uma propriedade vizinha.

"O senhor Oliveira e

Costa acho que só o vi aí uma vez", acrescentou a mesma fonte.

A herdade, a cerca de cinco quilómetros da Vidigueira, apresenta um aspecto inabitado, com pouca movimentação, e onde só o muro da entrada parece estar em boas condições.

A importância do local estaria

para além da finalidade turística - e seria tanta para Oliveira e Costa que o ex-banqueiro, agora em prisão preventiva, mandou construir um bunker por baixo da adega, tal como noticiou ontem o semanário 'Sol'. Nesse refúgio, cuja construção ficou a meio, segundo a mesma notícia, todos os movimentos dentro da herdade poderiam ser controlados através de um sistema de segurança de vanguarda, que não chegou a ser instalado.

Desconhece-se os motivos que levaram a pensar em tal abrigo, com cem metros quadrados, três quartos, sala de refeições, entre outras divisórias. "Sempre houve aí obras, mas nunca nos apercebemos do que podia sair dali. Toda a gente pensava que era só uma adega", referiu o mesmo trabalhador quando questionado sobre a existência de um bunker no Paço dos Infantes. ■ PG.



**A construção do bunker por baixo da adega não foi concluída**

## Banco Insular revelado em Maio de 2008

● O governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, revelou numa audição parlamentar de Novembro que recebeu de Abdool Vakil, a 15 de Maio, a denúncia parcial das ligações do BPN ao Banco Insular (BI), mas garantiu que só a 2 de Junho, numa segunda carta, deu conta da existência do balcão virtual do BI e do buraco financeiro que lhe estava associado. "Nada me pesa na consciência em relação a ter cometido qualquer acto, deliberado ou por omissão, que possa ter contribuído para esta situação com o desfecho que conhecemos", afirmou aos deputados.

Certo é que o BdP suspeita da existência de branqueamentos de capitais no BPN, por isso tem a correr seis processos contra o banco. D.R. ■

Constâncio suspeita de branqueamento



JORGE PAULA



**Fundo fraudulento.** O envolvimento numa alegada fraude fiscal de um fundo de investimento imobiliário gerido por uma empresa de Dias Loureiro colocou de novo o político no centro de uma nova polémica. A empresa em causa, a Valor Alternativo, tem igualmente como accionista Jorge Coelho

# Dias Loureiro tentou vender gestora ao BIG

**A CMVM já negou o pedido de liquidação do fundo envolvido em fraude fiscal**

PAULA CORDEIRO

Dias Loureiro e Rui Vilas, principais accionistas da Valor Alternativo, sociedade gestora do fundo Valor Alcântara que terá sido financiado de forma ilícita, tentaram vender a gestora ao Banco de Investimento Global (BIG), em Maio último. Apesar de ter sido assinado um memorando de entendimento, o acordo nunca se concretizou, apurou o DN. Caso tal ocorresse, Dias Loureiro passaria a ser consultor do BIG.

A Valor Alternativo surge agora envolvida numa alegada fraude fiscal, ao gerir o fundo Valor Alcântara, cujos seus três únicos participantes foram alvo de uma investigação, com a Polícia Judiciária e a administração fiscal a detectarem uma suspeita de fraude com IVA, superior a cem milhões de euros, segundo o *Público* de ontem. Com o desenrolar das investigações, a Valor Alternativo solicitou à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), entidade que supervisiona a actividade, a suspensão do fundo Valor Alcântara, mas o DN sabe que tal não foi autorizado.

Dias Loureiro foi ontem à SIC explicar os diferentes passos das investigações, adiantando que os responsáveis da empresa de que é accionista e *chairman* "não fizeram nada de mal", tendo decidido "dar a cara por quem trabalha naquela casa". O político adiantou que "se sentiu mal" quando viu a notícia, referindo que actualmente a Valor Alternativo ainda gere o fundo, apesar do fundo Valor Alcântara estar confiscado pelo tribunal de Gondomar, onde decorre o processo.

Questionado quanto à ligação do seu sócio na sociedade gestora, Rui Vilas, ao Banco Português de Negócios (BPN) - Vilas trabalhou na Fincor, corretora comprada pelo banco -, Dias Loureiro considerou "uma maldade", uma vez que o gestor já tinha saído da Fincor, quando esta foi vendida. "Trata-se de uma pessoa supercompetente", referiu. O DN sabe que sociedade detida por Dias Loureiro vai processar o jornal *Público*.

O fundo Valor Alcântara tem como três únicos participantes Afonso da Silva Fernandes e sua mulher, Maria Eugénia, e ainda a Sedfer, empresa de reciclagem de resíduos detida por João



Dias Loureiro é 'chairman' e accionista da Valor Alternativo...



...e Jorge Coelho tem apenas 7,5% do seu capital

Fernandes, Paulo Fernandes e a sociedade AS Fernandes.

Esta última tem sede em Palmela, sendo curiosamente neste concelho, em Pocerirão, onde se encontram os principais activos (terrenos e prédios rústicos e urbanos) geridos pelo fundo. Trata-se de uma região de grande valor estratégico, devido à criação da plataforma logística e à passagem da linha de alta velocidade. Estes empresários terão

obtido os imóveis integrados no fundo com reembolsos ilícitos de IVA, no valor de 4,5 milhões de euros, entre 1990 e 2004.

Num comunicado emitido sexta-feira, a sociedade gestora enuncia o desenrolar das investigações desde Novembro de 2007, esclarecendo que os seus gestores não são arguidos e estão impossibilitados de "promover uma efectiva gestão do património imobiliário do fundo". ■ com C.R.L.

## Sampaio diz que há "uma certa incomodidade" para Belém

Sem o dizer claramente, Dias Loureiro deu ontem a entender, na mini-entrevista à SIC, que se vai manter no Conselho de Estado. "Neste caso concreto, a Valor Alternativo teve um comportamento exemplar, uma actuação irrepreensível", respondeu o antigo ministro da Administração Interna de Cavaco quando questionado sobre a sua permanência no órgão de consulta do Presidente da República.

Sobre esta intenção, outro conse-

lheiro de Estado e ex-Presidente da República, Jorge Sampaio, considerou que "há uma certa incomodidade [para Cavaco Silva], injusta porventura, não faço a mínima ideia, zero naturalmente, mas há alguma incomodidade..."

Numa entrevista concedida na sexta-feira, em Macau, ao jornalista Sérgio Figueiredo, na RTP2, Sampaio admitiu que o Chefe do Estado não tem "poderes concretos" para demitir um conselheiro de Estado. "mas há

maneiras de fazer as coisas...", disse, sem acrescentar como, mas deixando transparecer que Cavaco Silva teria forma de afastar Dias Loureiro do Conselho de Estado se o desejasse.

Mas, de facto, o Presidente da República mostrou claramente apoiar a decisão de Loureiro. No dia em que o recebeu em audiência em Belém, a 25 de Novembro, Cavaco veio a público dizer que acreditava na palavra do seu conselheiro.

Antes do PR ter assumido esta po-

sicão, algumas vezes se levantaram no PSD a pressionar a saída de Loureiro. Uma das mais claras foi a de Nuno Morais Sarmento que defendeu essa saída para "dignificar" o Conselho. Ontem contactado pelo DN não quis falar mais do assunto.

Há quem no partido considere que ao ter-se mostrado um aliado de Dias Loureiro, Cavaco Silva constrangeu quem apelou, directa ou indirectamente, à sua demissão. ■

PAULA SA

### P&R

**O que é um fundo de investimento imobiliário?**

São veículos de investimento colectivo, que têm por fim investir capitais recebidos do público (participantes) em carteiras diversificadas. Cada participante subscreve unidades de participação. A sociedade gestora do fundo adquire os imóveis, coloca-os no fundo e os participantes investem na sua valorização. Se o fundo for fechado é definido à partida o montante máximo de activos a atingir; se for aberto, não tem limite.

**Como se constituem?**

São constituídos por iniciativa das sociedades gestoras, que pretendem desta forma atrair participantes a investir. A iniciativa também pode partir de um grupo de investidores que se associam, criam o fundo e entregam-no a uma sociedade gestora para o gerir.

**Quais as funções de um 'chairman'?**

O *chairman* de uma empresa é o presidente do conselho de administração, que pode não ter funções executivas. Normalmente, as empresas com *chairman* possuem um presidente executivo, que lidera uma equipa de administradores executivos, emanada do conselho de administração. Assim, ao conselho de administração cabe a discussão e a aprovação das decisões estratégicas da empresa.

**Como se processa a fraude no IVA?**

Pode ser feita de duas formas. Em primeiro lugar, através da emissão de facturas falsas. A empresa que as emite cobra o IVA ao cliente, mas depois não o entrega ao Estado. Uma segunda forma de burlar o Estado com cobrança indevida deste imposto é criar uma empresa no estrangeiro, obrigando os clientes em Portugal a passar esta empresa, sobrefacturando. Ou seja, os serviços prestados e sujeitos a IVA são de valor superior ao efectuado, com o imposto a ser retido no estrangeiro.

**Qual o papel de Jorge Coelho na Valor Alternativo?**

Segundo o *Público*, Jorge Coelho é um dos accionistas da sociedade gestora, com 7,5% do seu capital, através de uma empresa pessoal. O sócio principal da Valor Alternativo é Rui Vilas, com 62%, e ainda Dias Loureiro, com 30,5%. ■





VIVER PARA CONTAR

# Como conheci Oliveira e Costa



JOSÉ SÉRGIO



JORNAL DE NEGÓCIOS

António Marinho e Oliveira e Costa: conheci ambos em finais dos anos 80, em situações muito diferentes de agora

**E**M FINS dos anos 80, António Marinho era correspondente do semanário *Expresso* em Coimbra (cargo que acumulava com o exercício da advocacia) e Oliveira e Costa era secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. Os nomes correspondem às pessoas em quem os leitores estão a pensar: António Marinho é o mesmo que agora ocupa o lugar de bastonário da Ordem dos Advogados (embora seja hoje mais conhecido como Marinho Pinto) e Oliveira e Costa é o mes-

mo que até há meses presidia ao BPN. Por que os relaciono?

Porque nessa época António Marinho publicou no *Expresso* uma série de artigos acusando Oliveira e Costa de conceder a várias empresas (entre as quais a Cerâmica Campos) perdões fiscais 'de favor'. Era rara a semana em que não vinha da delegação de Coimbra uma notícia comprometendo Oliveira e Costa com mais uma irregularidade ou insinuando as suas ligações perigosas a empresas a quem ia perdoando dívidas fiscais.

**U**M BELO dia, na qualidade de diretor do jornal, recebi um telefonema da parte de Oliveira e Costa (ou do próprio?) convidando-me a ir ao seu gabinete no Ministério das Finanças. No dia apazado lá fui. Era um fim de tarde pardaento, e o Ministério das Finanças, instalado numa ala do Terreiro do Paço com entrada por uma porta lateral, fronteira ao Tejo, parecia um mausoléu. Pensei na tristeza que devia ser trabalhar ali.

Fui conduzido ao gabinete do secretário de Estado, que eu não conhecia

*Um dia Oliveira e Costa convidou-me a ir ao seu gabinete;  
o espaço era triste, lúgubre como tudo em volta*



José António Saraiva



pessoalmente. O espaço era sobre o comprido, lúgubre como tudo em volta. Não tinha nada a ver com os luxuosos gabinetes de presidentes de empresas ou administradores de bancos, com amplos vidros, sofás italianos, metais cromados, valiosos quadros clássicos ou modernos, muito em voga na época. Pensei com os meus botões que, sendo os políticos frequentemente acusados de favorecer os grandes interesses, levavam uma existência bem mais modesta. Tudo ali era austero, carradas de papéis enchiam as mesas e a secretária, e a personagem que ocupava o gabinete estava de acordo com o ambiente geral: um homem de rosto chupado e corpo franzino, quase enfezado. Corresponhia perfeitamente ao tipo físico do burocrata que era suposto encontrar naquele cargo: fato completo amarrotado de cor cinzenta, ar algo resignado mas aparentando total dedicação à causa pública e aos interesses do patrão: o Estado.

nas páginas do jornal, enviando uma carta ou solicitando um esclarecimento. O *Expresso* regia-se por práticas de transparência das quais eu me considerava o primeiro guardião.

**C**ONFESSO que à saída do encontro com aquele homem, não sabendo se ele tinha ou não razão no que toca aos perdões fiscais, estava tentado a compreendê-lo: Oliveira e Costa parecia uma pessoa sacrificada ao interesse público, vestindo modestamente, trabalhando muitas horas num espaço soturno, dando o seu melhor.

Não me recordo se, na altura, falei ou não deste encontro a António Marinho. De qualquer modo ter-lhe-ei dito aquilo que considerava ser meu dever dizer-lhe em idênticas circunstâncias: que continuaríamos a tratar do caso com todo o empenho mas, sendo regra do *Expresso* não fazer campanhas contra ninguém, só publicaríamos as notícias que contivessem efectivamente novidades. Não fazia sentido publicar todas as

dos jornais e revistas como um banqueiro de sucesso, gerindo fortunas, ganhando rios de dinheiro. Era uma espécie de Jardim Gonçalves em versão menos católica e mais popular. Ambos pequenos em tamanho mas grandes em projectos, ideias, iniciativas e lucros.

**H**OJE, 20 anos passados sobre a época em que António Marinho, correspondente do *Expresso* em Coimbra, escrevia sobre José Oliveira e Costa, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, o que poderei acrescentar?

Que Marinho (agora menos António e mais Pinto) continua basicamente a ser a mesma pessoa que conheci, apenas um tanto mais gordo, com um penteado diferente e talvez um pouco mais cheio da sua importância, o que é natural: passou de discreto jornalista de província a líder dos advogados de todo o país.

E que Oliveira e Costa me surpreendeu enormemente – levando-me a pensar que quem tinha razão nessa época era mesmo António Marinho e

## *Se António Marinho ainda fosse António Marinho e não Marinho Pinto estaria certamente hoje a tratar do escândalo do BPN*

**I**NICIADA a conversa, o homem disse-me que António Marinho o perseguia, que os perdões fiscais que tinha concedido eram para salvar empresas que doutro modo iriam à falência, que na maior parte dos casos o Estado nem teria hipóteses de recuperar o dinheiro em dívida pois as empresas não tinham quaisquer hipóteses de pagar. Contas feitas, os perdões ainda acabavam por ser 'lucrativos' para o Estado. E deu-me exemplos.


É evidente que eu não tinha argumentos para o rebater e limitei-me a fazer considerações gerais – garantindo-lhe que o *Expresso* não fazia campanhas contra ninguém, que aquilo que o jornalista escrevera fora certamente de boa-fé – e ainda que, sempre que ele se sentisse lesado por uma notícia, teria sempre oportunidade de se defender

semanas textos recordando notícias anteriores ou acrescentando-lhes apenas pequenos pormenores.

**O**TEMPO passou, Oliveira e Costa saiu do Governo e durante anos não voltei a ouvir falar dele, António Marinho manteve-se como correspondente do *Expresso* em Coimbra com a energia e a vocação justiceira que havia de mostrar publicamente mais tarde. Era sempre inconformado, às vezes exagerado, e lutava intrepidamente pelos seus direitos.

Já quanto a Oliveira e Costa não posso dizer o mesmo. Oliveira e Costa transfigurou-se. Aquele homem que eu vi um dia vergado ao serviço do bem público, cercado de papéis num gabinete triste, surgiria anos depois nas páginas

não eu. É verdade que Oliveira e Costa continua a dar a mesma ideia de pessoa modesta, um burocrata vestido de forma desimportada, usando fatos escuros um tanto amarrotados; mas atrás dessa imagem quase humilde escondia-se um tubarão, um negociante que com grande à-vontade lidava com milhares de milhões e aparentemente desviava alguns para os próprios bolsos, um homem que se vivesse em Nápoles nós imaginaríamos ligado à Máfia.

Se António Marinho ainda fosse António Marinho e não Marinho Pinto, não tenho dúvidas de que estaria hoje a tratar deste caso. E que não deixaria cair no esquecimento nada relacionado com este homem a quem ele foi o primeiro a apontar o dedo. 





**Diogo Feio "convida" Constâncio a explicar o negócio BPP**

POPULARES QUEREM "EXPLICAÇÕES TRANSPARENTES"

## CDS exige a Constâncio justificação para apoio a BPP

O CDS-PP anunciou ontem que vai requerer a audição do governador do Banco de Portugal na comissão parlamentar de Orçamento e Finanças, para Vítor Constâncio dar explicações sobre a operação de apoio financeiro ao Banco Privado Português (BPP).

"São necessárias explicações que sejam transparentes e compreensíveis por parte de toda a gente", afirmou o líder parlamentar do CDS-PP, Diogo Feio, em declarações aos jornalistas no Parlamento.

Por isso, acrescentou, o CDS-PP vai solicitar a audição do governador do Banco de Portugal na comissão parlamentar de Orçamento e Finanças. "Quem fez a

proposta de garantia e quem a comunicou deve dar explicações na comissão de Orçamento e Finanças", sublinhou.

A operação de apoio financeiro envolve seis instituições de crédito, que formaram um consórcio para emprestar ao BPP 450 milhões de euros, sob aval do Estado.

Esse montante está distribuído pela Caixa Geral de Depósitos e Banco Comercial Português, com 120 milhões de euros cada, o Banco Espírito Santo com 80 milhões de euros, o Banco Santander Totta com 60 milhões de euros, o Banco BPI com 50 milhões e a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo com 20 milhões de euros. ■

### Praia negra envolvimento

O primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, reafirmou ontem no Parlamento a inexistência de qualquer ligação pessoal ou do Governo à Sociedade Lusa de Negócios (SLN), Banco Português de Negócios (BPN) ou Banco Insular.

Intervindo no debate de

uma moção de confiança, apresentada na sequência de suspeitas da oposição de ligações do Governo a essas instituições, actualmente alvo de investigação em Portugal, José Maria Neves referiu que apenas em 2006, o Executivo assinou um contrato com a SLN, que veio a rescindir e que não chegou a ter qualquer impacto.



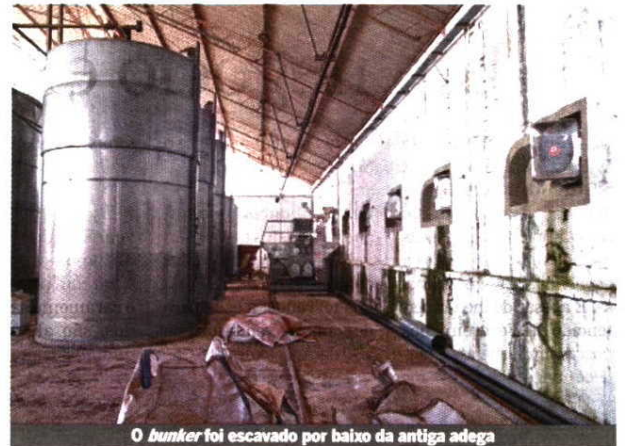


O Paço dos Infantes, na Vidigueira, um dos maiores investimentos turísticos e agrícolas do BPN no Baixo Alentejo. Ao centro, está a antiga adega

FOTOS DE ANTONIO CUNHA

# Oliveira e Costa tinha *bunker* no Alentejo

Desconhecem-se os motivos para a construção do refúgio. Obra ficou a meio



O bunker foi escavado por baixo da antiga adega

**Felícia Cabrita**  
felicia.cabrira@sol.pt

OLIVEIRA e Costa mandou construir um *bunker* na Herdade Paço dos Infantes, na Vidigueira, para onde esteve projectado um dos maiores investimentos turísticos do grupo BPN no Baixo Alentejo.

Com cerca de 100 metros quadrados e preparado para integrar um ultramoderno sistema de segurança e vigilância, este *bunker*, que a SOL descobriu, não chegou a ser terminado.

As autoridades só se aperceberam da sua existência quando, durante as recentes buscas realizadas na herdade, descobriram a entrada para este 'abrigo', que se encontrava alagado pelas chuvas das últimas semanas. Por enquanto, desconhecem-se os motivos que levaram o ex-banqueiro - detido preventivamente desde o passado dia 21 - a construir esta instalação.

Segundo documentação a que a SOL teve acesso, o projecto para a herdade

previa a instalação, nesse abrigo, de três quartos e uma sala de leitura, além de uma cozinha, casas de banho e uma zona de repasto - tudo para garantir que, mesmo que tivesse de se esconder ou encobrir amigos e as suas mercadorias, não precisaria de abdicar do luxo a que estava habituado.

A obra, no entanto, ficou a meio, depois de Oliveira e Costa ter abandonado a liderança do BPN, em Fevereiro, e o pessoal que habitualmente trabalhava na herdade ter sido despedido.

Ainda assim, e nos meses anteriores, foi escavado um buraco de 12 metros de comprimento e oito de largura e construído um corredor central com duas alas - mesmo por baixo da zona das antigas adegas da herdade.

Estava, aliás, tudo pensado. Um sofisticado sistema de segurança instalado por toda a herdade e desenvolvido pela Datacom - a empresa da filha de Oliveira e Costa, a quem o ex-ministro da Administração Interna, Da-

niel Sanches, adjudicou o SIRESP (sistema de comunicações para as forças de segurança pública, emergência médica, protecção civil e secretas) - iria permitir saber quem entrava e saía, e seguir todos os passos de quem estava lá dentro, fossem turistas, empregados, trabalhadores, visitantes pontuais ou, claro, as autoridades.

Este sistema incluía câmaras de vigilância do tamanho da cabeça de um prego, espalhadas por todos os espaços interiores da herdade e também pelo exterior: assim que alguém passasse o enorme portão do recinto, todos os seus movimentos e con-

versas seriam filmados e gravados.

Além disso, estava também programado introduzir chips nas fardas distribuídas a todos os funcionários, sem o seu conhecimento, que permitiria que estes passassem pelos diferentes níveis do sistema de alerta sem que estes fossem accionados.

O sistema, concebido para todas as adversidades, até para fugas de gás, nunca foi montado. Mas a Datacom chegou a fazer, na própria herdade, uma demonstração do seu funcionamento.

O *bunker* ia ter duas entradas. Pelo menos, uma delas seria disfarçada por várias ânforas de estilo

romano, sempre atestadas de vinho. Apenas a ânfora que ocultaria a entrada da instalação secreta ia estar vazia.

## Megaprojecto turístico

A Herdade Paço dos Infantes - que resulta da junção de duas propriedades mais pequenas, a Herdade das Malvazias e a Herdade da Lisboa - foi comprada por uma sociedade do grupo BPN em 26 de Abril 2006. Os trabalhos de construção deste *bunker* ter-se-ão iniciado só em 2007.

O resto do projecto previsto para a herdade - o maior investimento do grupo liderado por Oliveira e Costa para o Alentejo - nunca chegou, porém, a ser efectivamente desenvolvido.

A Paço dos Infantes era, em 2006, uma herdade em decadência, onde existiam duas casas: a casa grande do monte, que continua em ruínas, e uma outra mais pequena, que chegou a ser recuperada e habitada, enquanto eram feitas as obras do *bunker*. As an-

tigas vinhas tinham ardi-do e há muito que os seus proprietários não faziam investimentos no local.

Com a compra pelo grupo BPN, veio também o megaprojecto turístico e agrícola. A ideia era transformar a casa grande da herdade numa área destinada a turismo rural, reconstruindo-a com 14 quartos e quatro salões para receber clientes VIP e turistas de luxo - um projecto concebido pelo arquitecto Ginestal Paulo Machado, que já há muito trabalhava para o grupo de Oliveira Costa.

Os primeiros investimentos dos novos proprietários foram agrícolas. Recorrendo a fundos comunitários, foram feitas novas plantações na herdade: 1100 hectares com vinhas, 100 com oliveiras e 100 para cereais, tendo ainda sido alugados alguns terrenos vizinhos para o encabeçamento de ovelhas. Foram ainda abertas estradas por todo o terreno e a herdade foi murada em toda a sua volta.







## Um negócio exemplar

O EX-PRESIDENTE do BPN esteve, desde o início, no centro do negócio da Herdade Paço dos Infantes – tal como aconteceu em dezenas de outros em que o banco foi envolvido, de forma ruínoza. E apesar de lhe ter perentido até Fevereiro, nos documentos oficiais a herdade nunca esteve em nome de Oliveira e Costa.

A história deste negócio começa em 26 de Abril de 2006, através, de um contrato-promessa de compra e venda, assinado entre Armando Fragoso (ligado à família Almodôvar) e a empresa Sortegel (de produtos congelados). O valor da aquisição ultrapassou os dois milhões de euros. Mas a Sortegel, uma das empresas da SLN (Sociedade Lusa de Negócios, empresa-mãe do BPN) nunca surge nos registos da Conservatória como sendo sua proprietária. Aliás, só quatro meses depois de a ter pago é que esta empresa, que suportara a aquisição dos terrenos na totalidade, foi ressarcida. E só em parte.

De facto, a 9 de Agosto, a Sortegel recebeu um cheque de 547 mil euros, sacado no balcão do BPN em Fronteira, em que o próprio banco é o pagador. O dinheiro, porém, surge debitado na conta corrente de uma outra empresa do BPN, a Zirma – uma das empresas criadas e usadas por Oliveira e Costa para este tipo de negócios, servindo apenas para fazer passar dinheiro, como parecem mostrar os respectivos ex-

tractos bancários a que o SOL teve acesso.

A Zirma é, de qualquer modo, a empresa que surge nos registos da Conservatória da Vidigueira como a verdadeira dona dos terrenos: a escritura de compra e venda foi feita a 10 de Agosto de 2006.

Só que, entretanto, esta empresa desapareceu – literalmente. E com o seu número de contribuinte surgiu uma nova – a Sociedade Agrícola, Comercial e Turística Paço dos Infantes, SA.

### A Herdade Paço dos Infantes foi comprada em 2006

Ao mesmo tempo, foi registado na Conservatória um aumento do seu capital social: dos 50 mil euros da Zirma passou-se para os 200 mil na nova empresa. A operação deu a possibilidade a Oliveira e Costa de ficar com a maioria das acções na sua mão – e sem que, até aí, tivesse feito qualquer investimento do seu bolso.

O ex-banqueiro começa então a surgir como accionista nas actas das reuniões da nova empresa e intervém mesmo em assembleias-gerais, propondo, por exemplo, o nome do seu genro para administrador da herdade.

Os aumentos de capital (para ficar na posse de acções), a utilização de ‘sociedades-fantasma’ (que vão sendo substituídas

umas pelas outras, para ocultar quem manobra) e até o recurso a investidores/parceiros que, convencidos do sucesso dos negócios propostos, entram com parte do capital e raramente são ressarcidos, são alguns dos esquemas criados por Oliveira e Costa e que as autoridades estão a tentar deslindar. Esquemas que lhe permitiam acumular património, em dinheiro e em bens, sem nunca gastar dinheiro.

Só neste caso da herdade, surgem, pelo menos, quatro sociedades, entre as quais são assinados contratos-promessa de compra e venda dos terrenos, que nunca chegam a concretizar-se.

As despesas que era necessário fazer na Paço dos Infantes foram financiadas por um empréstimo de um milhão de euros ao Banco Primus (entidade financeira ligada a bancos franceses), obtido com a hipoteca dos terrenos.

Ainda assim, muito trabalho foi feito por empresas do grupo BPN: os jipes de serviço vinham da Coimbra Car, os técnicos das vinhas e os enólogos eram da Raposeira e a estadia nos hotéis da zona dos profissionais envolvidos no projecto da herdade foi paga pela Sportel. Muitas destas empresas não foram ainda pagas pelos serviços.

Segundo os documentos

a que o SOL teve acesso, Oliveira e Costa suportou do seu bolso, em todo este processo, 100 mil euros. Apesar disso, quando deixou o banco, em Fevereiro deste ano, 80% das acções da sociedade detentora da herdade estavam nas suas mãos e 20% nas dos filhos. Calcula-se que ao BPN o negócio da Herdade do Paço dos Infantes tenha custado mais de dois milhões de euros, de que não recebeu qualquer contrapartida.

### Apagar vestígios

Com a sua saída do BPN e a possibilidade de as contas do banco serem investigadas, Oliveira e Costa começou a apagar os vestígios das suas ligações aos bens que adquiria à custa de negócios como este. Além do divórcio e da transferência de património para a mulher, colocou também alguns bens em nome de terceiros. Foi o que aconteceu, já este ano, com a Paço dos Infantes, que neste momento é oficialmente propriedade de duas mulheres.

Segundo documentação a que o SOL teve acesso, a 9 de Abril de 2008 o administrador da herdade e o revisor oficial de contas (da Espírito Santo e Associados, SROC) acertaram entre si a necessidade de «eliminar a acta que atribui prestações suplementares ao dr. Oliveira e Costa». Decidiram também «proceder a correcções da contabilidade» da sociedade dona da herdade, relativa a 2006.

FC



**caso BPN.** A nova administração da instituição financeira continua a afastar antigos colaboradores, deixando-os sem funções. O filho de Oliveira Costa é um deles, apesar de continuar como administrador numa empresa do grupo

# Filho de Oliveira Costa ainda gere Banco Efisa

**Banco funde direcções e deixa responsáveis sem funções**

PAULA CORDEIRO

O filho do ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN) continua a exercer funções de administrador do Banco Efisa, uma das instituições do grupo. Segundo o DN apurou, apesar de ter sido destituído do cargo de director de Organização do BPN, José Augusto Oliveira Costa, filho de José de Oliveira Costa, que se encontra em prisão preventiva, mantém funções como administrador interino do Efisa, assim como todos os restantes membros do conselho de administração deste banco, detido pelo BPN. A actual administração interina do Efisa, presidida por Karim Vakil, não se reúne, reportando directamente as suas decisões ao BPN.

A manutenção das suas funções interinas como administrador ocorrem em simultâneo com a sua suspensão de director, depois de ter sido extinta a direcção de Organização. A sua suspensão terá sido relacionada com alegadas operações ilícitas executadas por si, na sala de mercados do banco. Recorde-se que aquando da sua destituição de administrador do BPN, foi criada esta direcção para o filho do ex-presidente, pelo então presidente Miguel Cadilhe.

José Augusto Oliveira Costa, assim como outros cinco ou seis directores, passou para a direcção de Recursos Humanos, sem funções, no âmbito das 'purgas' que a nova administração do BPN, liderada por Francisco Bandeira, está a levar a cabo.

Segundo as mesmas fontes, a nova gestão do banco está a "tratar de forma indiferenciada colaboradores directos de José de Oliveira Costa e outros directores que apenas executavam ordens", criando um clima de mal-estar dentro da instituição. Há três semanas, Francisco Bandeira tinha afirmado ao DN que haveria "um processo de expurgo das pessoas que, pelas suas práticas e envolvimento, tenham exercido dolosamente a sua actividade".

O actual presidente do BPN e vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos fundiu três direcções numa e dois outros departamentos num só, deixando vários directores "em trânsito, até serem reafectados".

Uma das direcções extintas foi a de Relações Institucionais, Comunicação e Marketing, liderada por Fernanda Correia, com o novo presidente a chamar a si todas estas funções,

limitando a comunicação do banco com o exterior, ao abrigo da "lei da rolha" por si instituída no banco.

O filho de José de Oliveira Costa chegou a ser administrador do BPN com o pelouro financeiro, cargo que exerceu até ao afastamento de seu pai por alegada doença, em 15 de Fevereiro. ■



José Augusto de Oliveira Costa

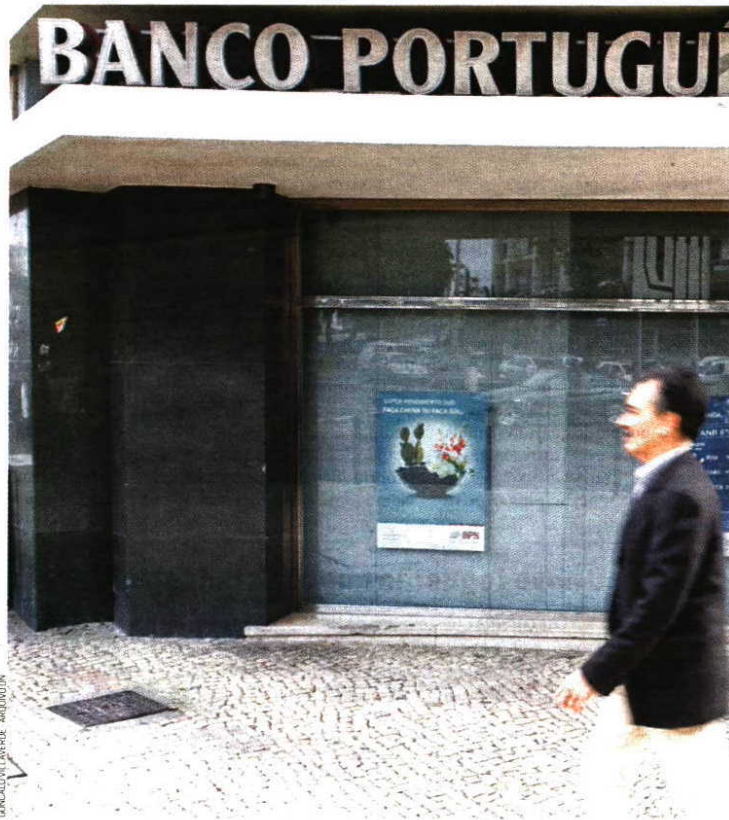
## Colaboradores prestam declarações

Os colaboradores mais directos do ex-presidente do BPN, José de Oliveira Costa, têm estado a ser chamados ao Banco de Portugal e ao Ministério Público, para prestar declarações e colaborar com as investigações, apurou o DN. São vários os quadros da instituição nesta situação e alguns deles en-

tram-se mesmo suspensos das suas funções pela actual administração do BPN. No entanto, tal suspensão não tem impedido a sua colaboração com as autoridades, com a própria administração do BPN a estar a par de todos os inquéritos em curso, segundo as mesmas fontes contactadas.

## BANCO EFISA PARTICIPA NOS CRÉDITOS A PME

O Banco Efisa, instituição do universo Banco Português de Negócios, participa na terceira linha de crédito bonificado para PME, que esta semana foi apresentada pelo Primeiro-ministro, José Sócrates. Segundo o DN apurou, responsáveis do banco estiveram presentes na cerimónia de apresentação de mais este pacote para as PME e a instituição estará envolvida nestas operações. Recorde-se que o Banco Efisa é uma instituição de crédito do universo empresarial BPN, entrando no seu perímetro de consolidação. O banco é presidido por Karim Vakil, que assumiu interinamente a presidência do BPN, quando Oliveira Costa saiu.



## MP investiga negócios pessoais do antigo presidente do BPN

Os investimentos pessoais de José Oliveira e Costa – antigo presidente do BPN que se encontra em prisão preventiva – no Brasil, Angola e Luxemburgo vão ser passados a pente fino pela equipa de procuradores e inspectores tributários que estão a investigar o caso BPN. O interesse da investigação está relacionado com as suspeitas que incidem sobre o Banco Insular de Cabo Verde e o balcão virtual do BPN.

Isto é, os investigadores do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) pretendem esclarecer se Oliveira e Costa se financiava no Insular (e por consequência no BPN) para levar adiante negócios pessoais. Recorde-se que, durante vários anos, o BPN ocultou a posse do Banco Insular, fazendo com que as operações deste não estivessem devidamente contabilizadas nos registos do

banco português. Além de Oliveira e Costa que, até pela detenção de que foi alvo, é suspeito de recorrer àqueles dois veículos, o MP está a procurar identificar outros beneficiários. Segundo explicou ao DN uma fonte do DCIAP, "só após a análise da documentação recolhida é que será possível saber se outros administradores do BPN tiveram comportamentos idênticos".

José Oliveira e Costa foi detido a 20 de Novembro por suspeitas de burla qualificada, fraude fiscal, branqueamento de capitais, infidelidade, falsificação de documentos, entre outros crimes. O Ministério Público, representado pelo procurador Rosário Teixeira (o mesmo da Operação Furacão), pediu a prisão preventiva do ex-presidente do BPN. O juiz Carlos Alexandre concordou. Hoje, Oliveira e Costa está na cadeia anexa à PJ. ■-C.R.L.

## Inquérito parlamentar unânime

**Votação.** CDS/PP, PS e PSD avançaram ontem um texto comum para os objectivos da investigação

A Assembleia da República aprovou ontem por unanimidade a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito ao caso do BPN. Uma iniciativa do CDS que acabou por resultar num texto conjunto dos centristas, socia-

listas e sociais-democratas, que alarga o âmbito da proposta inicial dos democratas-cristãos. Pelo caminho ficou o aditamento sugerido pelo PCP aos objectivos da comissão – os comunistas queriam ver incluída no inquérito a operação de salvamento "patrocinada" pelo Banco de Portugal ao BPP. Uma intenção travada pelo voto contra da maioria parlamentar do PS, enquanto PSD e CDS se abstiveram e o Bloco de Esquerda se mostrou a favor.

De acordo com o texto ontem aprovado, a comissão parlamentar de inquérito vai apurar da existência de "falta grave" na actuação do Banco de Portugal enquanto entidade supervisora do sistema bancário. Para além disto os deputados propõem-se também investigar o que se passou na gestão do BPN desde 2001 até à nacionalização do banco – uma decisão do Governo que caberá igualmente dentro da análise do inquérito. Por proposta do PS, serão ainda investigadas as relações entre o poder económico e político. ■-S.F.



Iniciativa foi de Paulo Portas





BPN é liderado actualmente por Francisco Bandeira

# S DE NEGÓCIOS



## Coelho ligado a “negócio fraudulento” de Dias Loureiro

**Ligações.** Antigo homem forte do PS já confirmou partilha do capital com ex-ministro do PSD

Jorge Coelho, ex-ministro de António Guterres e antigo homem forte do aparelho do PS e presidente executivo da construtora Mota Engil, partilha com Dias Loureiro e outro accionista o capital de uma sociedade anónima, a Valor Alternativo, que administra o fundo de investimento imobiliário Valor Alcântara. Segundo notícia avançada ontem à noite pelo *Público online*, o fundo foi constituído por imóveis adquiridos com o produto de reembolsos ilícitos de IVA, de 4,5 milhões de euros.

Tanto a Valor Alternativo como o Valor Alcântara possuem a mesma sede social, em Miraflores, Algés, tendo os bens deste último sido apreendidos à ordem de um inquérito em que a Polícia Judiciária e a administração fiscal investigam uma fraude fiscal superior a 100 milhões de euros.

Ainda segundo o *Público online*, o

fundo de investimento foi constituído por três participantes, alegadamente envolvidos num esquema de fraude fiscal do sector das sucatas que tem como objectivo exigir do Estado a devolução indevida de montantes de IVA. Dias Loureiro, actual conselheiro de Estado e ex-administrador de empresas no grupo Banco Português de Negócios, possui 30,5% do capital da Valor Alternativo, através da DL Gestão e Consultores, enquanto Jorge Coelho detém 7,5% através da Congetmark. O accionista maioritário da Valor Alternativo é Rui Vilas, com 62%. Vilas trabalhou na Fincor, a corretora que criou o Banco Insular em Cabo Verde e que foi comprada no início da década pelo Banco Português de Negócios.

Ao *Público online* Jorge Coelho disse que aquela é uma “mera participação financeira”, desconhecendo tudo o que acontece na empresa. O contacto com Dias Loureiro não foi possível, até ao momento, acrescentou a publicação. ■ - M. E.



LUIS COSTA CARVALHO / ARQUIVO DA

Jorge Coelho lidera Mota Engil



ALEXANDRE ALMEIDA

Dias Loureiro já foi ministro





## BPN Comissão parlamentar de inquérito foi ontem aprovada

# Amigo libanês de Dias Loureiro tem dívida de 40 milhões ao BPN

**BPN concedeu seis créditos a Abdul Rahman El-Assir que se encontram em dívida. A dívida já foi provisionada como perda potencial**

**Cristina Ferreira e Vítor Costa**

● O amigo libanês de Manuel Dias Loureiro, Abdul Rahman El-Assir, é um dos maiores devedores do Grupo Banco Português de Negócios (BPN), com um crédito malparado superior a 40 milhões de euros.

El-Assir surge referenciado na imprensa internacional como "traficante de armas" e o seu nome é mencionado na mega-investigação que nos anos 80 envolveu um banco ligado ao narcotráfico internacional. El-Assir era ainda um dos investidores das duas empresas tecnológicas que a Sociedade Lusa de Negócios (SLN) adquiriu em porto Rico, num negócio de 56 milhões de euros que foi intermediado pelo antigo ministro da Administração Interna de Cavaco Silva, Dias Loureiro, que na altura era gestor executivo da



**Manuel Dias Loureiro era administrador do Grupo SLN/BPN quando foi concedido crédito a El-Assir**

SLN e do BPN. Este negócio foi ocultado das autoridades e não foi reflectido nas contas do grupo.

Abdul El-Assir tem seis créditos contratualizados junto do Grupo BPN que totalizam 42 milhões de euros e que foram considerados de cobrança duvidosa. Em causa estão três empréstimos concedidos directamente a El-Assir pelo BPN no valor de 30 milhões de euros e outros três de 12 milhões de euros obtidos via BPN Cayman. Este veículo instalado numa *offshore* era utilizado pela gestão de José Oliveira Costa para transferir para o Banco Insular em Cabo Verde e para o BPN Brasil operações não assumidas junto das autoridades oficiais como crédito malparado, financiamentos a empresas e a clientes, prejuízos e negócios ruins.

O PÚBLICO apurou que apenas uma parte do crédito global obtido por El-Assir estava garantido, neste caso, por imóveis e por acções em Espanha e por uma hipoteca sobreposta a uma outra associada a uma dívida ao Barclays de Madrid. Os empréstimos de

El-Assir surgem nas contas do BPN como incobráveis, facto que levou Abdool Vakil, que substituiu Oliveira e Costa à frente do Grupo, a constituir uma provisão para fazer face a uma perda potencial. Vakil desempenhou funções de presidente executivo no BPN/SLN entre Fevereiro e Junho deste ano.

### O cliente El-Assir

O empresário libanês tornou-se cliente do BPN nos primeiros anos desta década, período em que Dias Loureiro era administrador executivo e accionista da instituição financeira e da SLN. O financiamento coincide ainda com o momento em que El-Assir vendeu à SLN duas empresas com sede em Porto Rico por 56 milhões de euros, negócio que foi contestado internamente pela equipa de técnicos que avaliou a operação, chefiada pelo economista Jorge Vieira Jordão (hoje na Caixa Central de Crédito Agrícola).

Vieira Jordão (ler PÚBLICO de ontem) deslocou-se a Porto Rico e no relatório escrito que entregou a Dias Loureiro, o seu chefe directo na SLN Novas Tecnologias, considerou a transacção de risco elevado e desaconselhou-o a avançar com a compra, posição que não foi acatada pelos responsáveis do grupo.

O negócio envolveu a compra de posições em duas tecnológicas, a NewTech-New Technologies (75 por cento), que nunca teve actividade, e a Biometrics Imagineer (25 por cento), que declarou falência dois meses depois de ter sido adquirida. Ambas estavam ligadas aos titulares de *offshores* do universo BPN/SLN, em Gibraltar e na Holanda, desconhecidas do Banco de Portugal.

### Ligados desde os anos 90

A ligação de Dias Loureiro a El-Assir já vinha detrás e remonta à década de noventa.

Num livro publicado em Espanha, *Los PPIjos*, que retrata a geração de jovens dirigentes do Partido Popular, agrupados à volta de Alejandro Agag, genro de José Maria Aznar (ex-colaborador do BPN), o nome do ex-ministro de Cavaco Silva consta como "sócio" de El-Assir. Em 2005, em de-

**Contas do BPN continuam sem ser totalmente conhecidas**



clarações ao PÚBLICO, Dias Loureiro admitiu manter com o libanês uma relação de amizade, tendo sido por seu intermédio que conheceu o Rei de Espanha, Juan Carlos.

Recentemente, numa entrevista à

RTP lembrou mesmo que foi por intermédio de um amigo [El-Assir] que, no final da década noventa, resolveu um negócio em Marrocos. Tratou-se da venda à Vivendi de uma empresa de que o ex-ministro era presidente,

a REDAL, onde a Pléiade, de que era também accionista, possuía uma posição. El-Assir pôs Dias Loureiro "em contacto com um responsável de Rabat", o que possibilitou "ultrapassar alguns obstáculos de ordem burocrática" e viabilizar o negócio com os franceses

Em 2005 o PÚBLICO contactou telefonicamente com El-Assir, que afirmou não possuir qualquer ligação empresarial a Dias Loureiro, apesar de este ser "apenas um grande e bom amigo".

O nome do cliente devedor do BPN, hoje com 58 anos, de origem libanesa, mas com nacionalidade espanhola, consta de vários textos publicados nos últimos anos em *sites* internacionais como tendo estado associado ao escândalo que envolveu nos anos 80 o Banco de Crédito e Comércio Internacional (BCCI), com sede no Panamá. Esta instituição foi acusada de ligações ao narcotráfico mundial e foi alvo de uma investigação nos EUA liderada pelo ex-candidato presidencial John Kerry. Em 2005, El-Assir assegurou ao PÚBLICO que "nunca teve nenhuma conta pessoal ou empresarial no BCCI".

Há três anos, em declarações ao PÚBLICO, Dias Loureiro assegurou "nada" saber "sobre o passado" do seu amigo libanês e de "não ter quaisquer razões" para pensar mal dele. "O seu círculo de amigos é gente respeitável, ele sempre me tratou bem, com amizade e respeito", notou.

## Inquérito parlamentar ao BPN

CDS quer Constâncio na AR por causa do BPP

A Assembleia da República aprovou ontem, por unanimidade, a constituição de um "inquérito parlamentar à existência de falta grave na actuação do Banco de Portugal no exercício do seu poder de supervisão no caso do BPN". A constituição do inquérito parlamentar foi proposta pelo CDS-PP, liderado por Paulo Portas, mas o projecto aprovado por unanimidade foi um texto de substituição, incluindo alterações sugeridas pelo PS e pelo PSD ao objecto do inquérito. A maioria parlamentar socialista chumbou uma proposta do PCP para que o inquérito parlamentar tratasse também o caso do Banco Privado Português (BPP). O BE votou a favor dessa

proposta do PCP, enquanto o PSD e o CDS-PP se abstiveram.

Também ontem, o CDS-PP anunciou que vai requerer a audição do governador do Banco de Portugal na comissão parlamentar de Orçamento e Finanças, para Vítor Constâncio dar explicações sobre a operação de apoio financeiro ao Banco Privado Português (BPP).

"São necessárias explicações que sejam transparentes e compreensíveis por parte de toda a gente", afirmou o líder parlamentar do CDS-PP, Diogo Feio, em declarações aos jornalistas no Parlamento. Por isso, acrescentou, o CDS-PP vai solicitar a audição do governador do Banco de Portugal na comissão parlamentar de Orçamento e Finanças. **Lusa**





O ex-ministro ao ser contactado pelo PÚBLICO considerou que “o assunto é muito delicado”, mas reconheceu que mantinha [em 2005] uma relação de amizade com o libanês. Dias Loureiro, explicou que era amigo de um cunhado de El-Assir, casado com a irmã da actual mulher do libanês, filha de um ex-embaixador de Espanha no Cairo.

No texto publicado em 2005 pelo PÚBLICO, Dias Loureiro salientou que El-Assir o convidou “várias vezes para caçar com o Rei de Espanha e jogar golfe” e que foi ainda por seu intermédio que conheceu o ex-Presidente dos EUA Bill Clinton e o presidente do Partido Democrata norte-americano, Terry Macauliffe, o homem que trata das finanças dos democratas. “Jantei com Bill Clinton nas casas dele [El-Assir] em Madrid, Barcelona e Londres.” El-Assir deslocava-se então com frequência a Marbella, no Sul de Espanha, onde era vizinho dos pais de Agag. Loureiro acrescentou que ele era amigo do Rei de Espanha e do neto de Franco [Francis Franco], “com quem tenho estado” e que já se encontrou “umas seis vezes” com Juan Carlos na casa de El-Assir para caçar. A imprensa espanhola chega a pôr em causa algumas das ligações de Juan Carlos.

El-Assir esteve em Portugal várias vezes. Para além das suas deslocações para tratar de negócios, como a venda das sociedades de Porto Rico, esteve nos casamentos das filhas de Dias Loureiro.





# AR já fez cinco inquéritos em paralelo com a Justiça

Uma comissão parlamentar de inquérito em paralelo com uma investigação criminal não é novidade.

SUSANA REPRESAS [srepresas@economicasgps.com](mailto:srepresas@economicasgps.com)

Não é inédita a coincidência de investigações criminais com inquéritos parlamentares. Nos últimos 30 anos já por cinco vezes os deputados e o Ministério Público se debruçaram sobre o mesmo caso: de Camarate ao Envelope 9 passando pelo BCP, a JAE e Entre-os-Rios. Segue-se, dentro de poucas semanas, o Banco Português de Negócios.

Mas esta situação não gera consenso. Por um lado, Cândida Almeida, directora do DCIAP, insistiu no último fim-de-semana que "havendo uma investigação criminal, haver um inquérito parlamentar é negativo". Já Maria José Morgado, directora do DIAP, diz que separadas as interferências da política na justiça, "as comissões de inquérito parlamentar podem prosseguir paralelamente, dado que se desenvolvem independentemente, sem interferências mútuas e com finalidades distintas - a política e a judicial" (ver texto de opinião).

As palavras da responsável pela "Operação Furacão", Cândida Almeida, na entrevista que deu ao DN e TSF sobre o inquérito parlamentar suscitou várias críticas. A maioria parlamentar não gostou do que ouviu, criticou de imediato, e uma semana depois acabou mesmo por aprovar um "inquérito à existência de falta grave na actuação do Banco de Portugal no seu poder

**A procuradora Cândida Almeida "não se exprimiu nos termos mais adequados, mas veremos qual é a posição do PGR sobre isto", diz Vera Jardim.**

**COMISSÃO DE INQUÉRITO**  
A Assembleia da República aprovou ontem por unanimidade, a abertura de um "inquérito parlamentar à existência de falta grave na actuação do Banco de Portugal no exercício do seu poder de supervisão no caso do BPN". A proposta tinha sido apresentada pelo CDS-PP, mas o projecto ontem aprovado inclui alterações sugeridas por PS e PSD. A maioria parlamentar socialista chumbou uma proposta do PCP para que o inquérito parlamentar tratasse também o caso do Banco Privado Português (BPP). O BE votou a favor dessa proposta do PCP, enquanto o PSD e o CDS-PP se abstiveram. O Banco de Portugal é a autoridade nacional de supervisão do sistema bancário e é liderado pelo governador Vítor Constâncio.

de supervisão no BPN" (ver caixa). Em paralelo, o Ministério Público está a investigar vários ex-administradores do banco pela prática de crimes como o branqueamento de capitais, a fraude fiscal e a burla agravada. Mas para que a comissão parlamentar se realize resta ainda a luz verde do Procurador-geral da República. Pinto Monteiro tem a última palavra sobre se há ou não o risco de interferência do poder político, no poder judicial. Esta passagem obrigatória pela Procuradoria-Geral da República, é uma forma de salvaguardar que o âmbito da comissão não colide com o da investigação. Nesta fase ficam definidos os limites de actuação dos deputados, bem como as pessoas que podem ser ouvidas no Parlamento.

Mas esta garantia legal não bastou a Cândida Almeida e o deputado socialista Vera Jardim entende que as suas declarações tiveram a intenção de condicionar a decisão de Pinto Monteiro. Para o ex-ministro da Justiça, a procuradora "não se exprimiu nos termos mais adequados, mas veremos qual é a posição do PGR sobre isto". Já o ex-director da Judiciária, Fernando Negrão, rejeita a hipótese de que esta comissão venha a ser travada por Pinto Monteiro: "O PGR não tem qualquer equívoco nem preconceito de que exista interferências entre o poder político e judicial". ■

## RETRATO

### Comissões de inquérito

Entre 1974 e 2008

**49**

### Caso Camarate

Inquéritos parlamentares

**3**

### Sector financeiro

Inquéritos parlamentares

**2**

Paula Nunes



Vítor Constâncio vai regressar ao





Parlamento para explicar aos deputados a sua intervenção no caso que conduziu à nacionalização do Banco Português de Negócios.

## Comissões de Inquérito versus investigações criminais



**Maria José Morgado**  
Procuradora-geral Adjunta

**A** investigação criminal tem por objecto a averiguação da existência de um crime, quem foram os seus autores, os meios de prova, a fim de os apresentar em julgamento. Essa é a tarefa do Ministério Público, das polícias e por fim dos tribunais.

Os inquéritos parlamentares são realizados com uma função política. Têm por natureza um carácter instrumental. A sua função não consiste em julgar ninguém mas, em habilitar a Assembleia da República para actos legislativos ou de fiscalização.

Os poderes de investigação das comissões parlamentares de inquérito não são muito claros, na medida em que gozam de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Nos casos de sobreposição entre as matérias que sejam objecto das comissões parlamentares de inquérito e de um processo-crime, a disciplina do Código de Processo Penal, os poderes do MP e do Juiz de Instrução permitem evitar qualquer perturbação da investigação criminal.

As comissões de inquérito parlamentar podem prosseguir paralelamente a uma investigação criminal, dado que se desenvolvem independentemente, sem interferências mútuas e com finalidades distintas - a política e a judicial. Imaginando uma pontual crise da obrigatória separação entre estas duas funções, haverá sempre um limite inultrapassável: a protecção do direito de punir enquanto direito do Estado a prosseguir pelo MP e pelos tribunais. É o costume num Estado de Direito.

## INVESTIGAÇÕES EM SIMULTÂNEO

Nos últimos 12 anos decorreram no Parlamento cinco comissões de inquérito em paralelo com investigações criminais. Do caso Camarate à supervisão bancária.







# BPN foi obrigado a subir rácio para 9% logo em 2000

**Banco de Portugal exigiu ao BPN um rácio superior ao sistema financeiro. Oliveira Costa queixou-se de que o banco era perseguido pelo BdP**

Foi logo em 2000 que o Banco de Portugal (BdP) exigiu ao Banco Português de Negócios (BPN) que subisse o rácio de solvabilidade para 9%, um valor acima dos 8% definidos para todo o sistema financeiro.

A decisão, que levou Oliveira Costa a perguntar ao BdP porque é que perseguia o BPN, decorreu da análise do supervisor de que a estrutura accionista do banco não era clara, o modelo de negócio era arriscado e havia muitas relações financeiras entre o banco e alguns dos seus accionistas.

Anos mais tarde, depois de ter sido chamado ao BdP por António Marta, então responsável pela supervisão, que o criticou pela falta de transparência da gestão, Oliveira Costa transmitiu aos seus colegas a informação de que a administração do banco tinha sido elogiada. Marta, ao saber disso, convocou toda a administração do BPN e explicou-lhes o porquê das exigências de informação que o banco central vinha fazendo ao BPN. Alguns administradores terão ficado surpreendidos porque desconheciam completamente essas exigências.

Estes factos levam a que António Marta, em declarações ao Expresso, afirme que considera que "a supervisão prudencial exercida pelo Banco de Portugal funcionou bem". Recorda, aliás, o resultado do exame do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao sistema de supervisão português, onde foi reconhecido que "Portugal alcançou um nível de técnica e prática de supervisão prudencial que o coloca ao nível das mais bem cotadas instituições congéneres mundiais".

Marta descarta assim não ter tido os meios necessários para exercer as funções que ocupou durante 12 anos, de Junho de 1994 a Maio de 2006. "Os conselhos de administração do Banco de Portugal e, em particular, os respectivos governadores, apoiaram sempre as propostas e medidas que apresentei e nunca

me foram negados recursos técnicos e humanos".

Afirmando que o BdP tem "excelentes profissionais", reconhece, contudo, que "é particularmente difícil o recrutamento de supervisores, por melhores que sejam os currículos. Além de ser uma tarefa particularmente difícil e desgastante, que implica muito saber e sobretudo muita prática — face à avalanche de inovação financeira que apareceu na última década — é também um trabalho de contacto intenso com os interlocutores dos bancos que têm muita experiência".

## Plêiade vendida com prejuízo

Foi também em 2000 que Manuel Dias Loureiro vendeu o grupo Plêiade à Sociedade Lusa de Negócios (SLN). O conselheiro de Estado explicou que a saída de José Roquette da Plêiade o fez ir parar à porta do grupo fundado por José Oliveira Costa. A proposta era fazer uma parceria com a SLN, que assumia 50% da Plêiade, mas Oliveira Costa quis ficar com a totalidade da empresa e em troca convidou Dias Loureiro a entrar no capital da SLN.

No ano em que a transacção foi consumada, a Plêiade teve um prejuízo de €783,4 mil. A maior parte das empresas do grupo estava com resultados negativos — nomeadamente a Redal (concessionária dos serviços de distribuição de água, electricidade e saneamento líquido), a Inapal Plásticos (na área automóvel) e a Brechal (revestimentos). Com lucros destacavam-se apenas a VANTEC e a OMNI, de entre as principais empresas que integravam o universo da Plêiade. Este grupo acabou por ter lucros em 2001 — €8,9 milhões — mas no ano seguinte regressaria aos prejuízos — €217,8 mil. A SLN apenas comprou parte dos negócios da Plêiade, já que José Roquette ficou com a Mantero (empresa ligada à actividade de gestão em empreendimentos agrícolas), assim como com as posições na Finagra e no BCP. A Mantero também dava prejuízo.

NICOLAU SANTOS  
com A.C.C., I.V. e P.L.



SÁBADO, 29 DE NOVEMBRO

## Portas acusa Constâncio

O líder do CDS, Paulo Portas, acusou o governador do Banco de Portugal (BdP), Vítor Constâncio, de ter "omitido" informação que "resultou de uma inspecção feita entre 18 de Setembro e 13 de Outubro de 2006", em declarações à TVI. Portas diz que teve acesso a uma mensagem de correio electrónico, datada de 26 de Junho de 2007, na qual o BdP pedia informações "sobre se o grupo SLN (proprietário do BPN) tem exposição no Banco Insular de Cabo Verde".

DOMINGO, 30 DE NOVEMBRO

## Caprichoso vai ser ouvido

O "Correio da Manhã" dava conta de que Luís Caprichoso, ex-administrador do BPN, deveria ser o próximo — entre alguns responsáveis e quadros do grupo BPN, como Francisco Sanches — a ser chamado pelo Ministério Público. Segundo o jornal, Luís Caprichoso, antigo quadro do Fisco, "tornou-se uma figura incontornável, particularmente quando os assuntos envolviam paraísos fiscais".

TERÇA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO

## Deloitte e Deutsche avaliam

O Ministério das Finanças, no decurso do processo de nacionalização do BPN, designou a Deloitte e o Deutsche Bank (DB) como entidades independentes e responsáveis para proceder à avaliação da situação patrimonial e financeira do banco. As avaliações deverão estar concluídas no prazo de 30 dias após a adjudicação, sendo este prazo prorrogável por mais 30 dias desde que pedido e devidamente justificado pela Deloitte e DB.

QUARTA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO

## Deputados debatem

Os deputados debateram a comissão de inquérito ao BPN incluindo duas novas propostas, de forma a ser apresentado um texto comum reunindo os vários âmbitos da comissão (ver Primeiro Caderno). O PSD quer apurar se a nacionalização foi a melhor solução, e o PCP quer incluir nesta comissão a garantia do Estado português ao plano de saneamento do BPN.

# Cadilhe inverte rumo para viabilizar empresas da SLN

**Presidente da SLN lançou novos dados para capitalizar o universo do grupo e rentabilizar activos. E propôs um corte de 50% nos salários dos administradores**

A incerteza está longe de deixar preocupar os accionistas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) que, com a administração liderada por Miguel Cadilhe, tiveram de fazer uma inversão de marcha na estratégia delineada.

Se antes da nacionalização do BPN a ideia era vender tudo o que não tivesse a ver com a área financeira, agora o cenário é outro. O Grupo Português de Saúde, por exemplo, deixou de estar à venda. O objectivo é potenciar áreas de negócio onde exista oportunidade de reestruturação.

"Fazer parcerias e tentar recuperar parte do grupo, alienar as restantes actividades e destinar receita das vendas à redução de passivos", é a palavra de ordem.

Cadilhe propôs, entretanto, à comissão de remunerações uma redução dos salários dos administradores. A proposta prevê que baixem para metade. Uma forma de silenciar as críticas de alguns accionistas e quadros do grupo.

Quanto às vendas, o processo está em curso e até ao final do ano deverão ser fechados sete contratos. Um deles diz respeito à I2S Informática, especialista na concepção, desenvolvimento e implementação de soluções informáticas na área dos seguros. A SLN vai vender a sua participação — 51% — ao grupo de quadros liderado por Luís Paupério, que detém os restantes 49%.

Segundo fonte da SLN, esta operação "permite um encaixe positivo e demonstra a intenção de privilegiar propostas de quadros quando estas aportem valor". Raposeira, Murganheira e Tapada de Chaves são outras empresas que têm o processo adiantado e cuja venda

poderá estar concluída até ao fim do ano. Na calha está certamente o universo de empresas na área do retalho automóvel e os cimentos, além dos hotéis, que já tiveram manifestações de interesse. A SLN não revela o encaixe que as sete empresas vão proporcionar, mas será certamente um encaixe superior a €30 milhões.

Quanto à venda da Real Seguros, o prazo para aceitação de propostas vinculativas, que terminava esta semana, foi alargado para a próxima e o encaixe poderá ascender a €100 milhões.

Depois da nacionalização do BPN ficou ainda mais visível a debilidade das inúmeras empresas dependentes de créditos, muito descapitalizadas e sem uma estratégia clara e definida. Uma herança deixada por Oliveira Costa. O endividamento do universo de empresas da SLN ao BPN ascende a cerca de €500 milhões, já para não falar das dívidas a outras instituições. I.V.

**BPN FOI OBRIGADO  
A SUBIR RÁCIO  
EM 2000**

O Banco de Portugal exigiu, em 2000, que o BPN subisse o rácio de solvabilidade para 9%. Nesse ano, a SLN comprou a Plêiade a José Roquette e Dias Loureiro, que apresentava um prejuízo de €783,4 mil. P3



**BPN**

## Seis processos contra BPN por branqueamento e falsificação

São seis os processos que o Banco de Portugal (BdP) instaurou ao Banco Português de Negócios (BPN), que se juntam aos quatro em curso no Ministério Público. De acordo com o Diário Económico, numa carta enviada ao Parlamento, o BdP dá conta das suspeitas de branqueamentos de capitais, prestação de informações falsas, suspeitas de falsificação e incumprimento de regras contabilísticas por parte do banco.



## O BANCO QUE PEDALAVA DE MAIS

No mercado financeiro, ficou conhecido como o banco de Luís Figo, nos meios políticos como o banco do PSD. Luís Figo deu a cara pelo grupo, em anúncios e «outdoors», num contrato de três épocas que lhe rendeu 750 mil euros depositados numa conta «off shore» – mas nunca se tornou accionista. Mas, nem Figo nem PSD. Viagem, em cinco episódios ao mundo de José Oliveira e Costa e do BPN.







## AR DEVE APROVAR HOJE TEXTO CONJUNTO PARA INQUÉRITO AO BPN

O Parlamento deverá aprovar hoje um texto conjunto dos vários grupos parlamentares para a realização de um inquérito parlamentar ao caso BPN, com o PCP a propor que se investigue também o apoio financeiro ao BPP. "Hoje, o dia de debate mais parece o dia do bodo, só que em vez do bodo aos pobres é o bodo aos ricos", afirmou o líder parlamentar do PCP, Bernardino Soares, propondo o alargamento da comissão de inquérito ao caso BPN para incluir "a questão do Banco Privado Português", objecto de uma operação de salvamento com a garantia do Estado.

No final do debate, o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, pediu aos grupos parlamentares para redigirem um texto conjunto sobre o âmbito da comissão de inquérito, que será votado hoje.

Do lado do PSD, o deputado Hugo Velosa propôs um aditamento ao texto para que sejam apurados os "factos e fundamentos" que estiveram na origem da nacionalização do BPN.

O apuramento de "falta grave" do Banco de Portugal e do Governador, Vítor Constâncio, na supervisão do BPN é o principal objectivo da bancada do CDS. |





# Inquérito ao BPN poderá só começar em Janeiro

**Parlamento** aprova hoje a constituição da comissão de inquérito que não deverá incluir o BPP

ANA PAULA CORREIA  
apc@jn.pt  
ISABEL TEIXEIRA DA MOTA  
itm@jn.pt

Os socialistas defendem que a comissão parlamentar de inquérito ao BPN, que hoje será votada em plenário, só inicie funções em Janeiro, mas caberá ao presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, fixar a data do início.

Os termos do texto de constituição da comissão de inquérito parlamentar ainda não estavam acertados ao fim do dia de ontem, mas era claro que o objecto da investigação dos deputados se centra no apuramento dos factos que conduziram à situação a que chegou o BPN e à forma como actuou a entidade reguladora. Ou seja, será a síntese das propostas do PS e do CDS-PP, já discutidas em plenário na quarta-feira.

Os factores que levaram o Governo a optar pela nacionalização também serão escrutinados mas o PS não está disponível para aceitar que seja posta em causa a própria intervenção do Estado no banco, que dizem estar subjacente à proposta social-democrata.

A garantia de que a comissão é para ter resultados é uma exigência da Oposição. Nem o CDS-PP,



Processo que levou à nacionalização do BPN também será analisado pelos deputados na comissão de inquérito a criar hoje

nem o PSD querem é que se repita o que aconteceu quando o Parlamento investigou o caso BCP. Com prazos apertados para entregar o relatório final, muitos dos chamados a depor não foram efectivamente ouvidos pelos deputados, escudando-se no sigilo.

“Nós achamos que isso não se deve repetir. Se houver pessoas que cheguem cá e invoquem o sigilo, o PSD apoiará o seu levantamento, embora tenhamos que ver caso a caso”, declarou ao JN o social-democrata Hugo Velosa. As comissões de inquérito têm a

prerrogativa de levantar o sigilo desde que haja uma votação maioritária favorável.

O CDS acompanha a posição dos socialistas e acrescenta outro critério: “Vamos por ter por princípio chamar toda a gente”, disse ao JN Diogo Feio, lí-

der parlamentar centrista. De fora deste inquérito ficará, pelo menos formalmente, o processo que conduziu à concessão do aval do Estado ao BPP, como pretendem os comunistas. Depois de ter feito a sugestão oralmente, durante a discussão de anteontem, em plenário, Bernardino Soares, o líder parlamentar do PCP, formalizou

Socialistas rejeitam pretensão do PCP para integrar o BPP na comissão de inquérito

ontem, um aditamento à proposta de constituição da comissão de inquérito no sentido do apuramento das condições em que o Banco de Portugal e o Governo intervieram no BPP.

A resposta socialista à pretensão comunista é de recusa. Ao JN, o deputado do PS, Ricardo Rodrigues considerou que os casos dos dois bancos “são diferentes” e além disso, concluiu que “juntar tudo na mesma comissão significaria não apurar nada”.

Perante a rejeição, Bernardino garante que na comissão, o BPP não deixará de ser referido”. ■

## BANCO PRIVADO PORTUGUÊS

# O banco vocacionado para gerir apenas as grandes fortunas

➔ O Banco Privado Português (BPP) foi criado para um nicho de mercado muito atractivo: os depósitos de elevado valor. A intervenção do Governo, apesar de ocorrer em moldes distintos do que acontece com o Banco Português de Negócios (BPN), está a gerar tensão entre o Governo e a oposição.

Em causa está um empréstimo de 450 milhões de euros – adiantados por um consórcio de seis bancos – fundamental para garantir a liquidez financeira do BPN e sem a qual corre o risco de falência.

Ora, quem dá o aval a esta operação é o Estado; ou seja, em caso de incumprimento, ficará responsável pela dívida contraída. Isto está a levantar muitas dúvidas por parte de alguns partidos da Oposição, não só quanto aos moldes do aval, mas, principalmente, quanto aos motivos.

Em primeiro lugar, se o Governo afirma que as contra-garantias que o BPP oferece valem mais do que 672 milhões de euros, porque é necessário um aval estatal para ser concedido o empréstimo? A Oposição quer ainda saber o que

Para se ser cliente do BPP é necessário ter um património financeiro superior a 250 mil euros

motivou a mudança de atitude do Estado face a uma possível falência daquele banco?

Recorde-se que o BPP pediu um apoio de 750 milhões de euros ao Fundo de Garantia do Estado mas tal foi recusado não só porque era demasiadamente alto para o peso

do banco no sector financeiro como também não existiam riscos de falência sistémica, segundo o ministro das Finanças. Agora, uma semana depois, o Governo justifica o aval com a “necessidade de salvaguardar a estabilidade do sistema financeiro nacional”.

Criado em 1996, o BPP tinha como principal objectivo gerir activos e fortunas e era dirigido a uma classe financeiramente desfavorecida – só aceitava clientes com um património financeiro superior a 250 mil euros.

Actualmente, o banco tem ape-

nas duas agências em Portugal (Lisboa e Porto), 184 funcionários e três mil clientes. No final de 2007, tinha dois mil milhões de euros de activos sob sua gestão. Em termos de depósitos tem, agora, cerca de 200 milhões de euros, sendo que nas últimas semanas foram retirados mais de 500 milhões.

O declínio do BPP começou quando a agência de notação financeira Moody's reviu em baixa o seu “rating” de crédito, devido à elevada dependência do banco ao mercado de capitais, que através de uma grave crise. **IRA**





ID: 23012436

05-12-2008

**Nacionalização.** O 'chapéu' da CGD sobre o quase falido BPN está a ajudar no processo de recuperação do banco pela equipa liderada por Francisco Bandeira. Os juros altos que a instituição continua a oferecer e a segurança do banco público justificam o regresso de antigos clientes e a chegada de novos

# BPN recupera antigos clientes com juros altos

**Cerca de metade das saídas já foi recuperada**

PEDRO FERREIRA ESTEVES

Em apenas três semanas, o nacionalizado BPN já começou a recuperar um pouco o fôlego, depois da crise que o atirou para uma situação de pré-falência iminente. Desde que a equipa da Caixa Geral de Depósitos (CGD) substituiu a direcção de Miguel Cadilhe, o banco já viu regressar metade dos clientes que havia perdido com a publicidade negativa provocada pela sua situação de iminente ruptura. E alguns são mesmo clientes que não tinham, no passado, qualquer ligação à instituição.

Segundo apurou o DN, os aforradores estão a ser atraídos pela conjugação de juros relativamente altos de alguns dos produtos antigos (altamente competitivos) com a segurança que o processo de nacionalização lhes deu. Recorde-se que o presidente do banco, Francisco Bandeira, afirmou, poucos dias depois de ter chegado à presidência da instituição, que tencionava equiparar os produtos do BPN

com os da CGD. Ou seja, baixar os juros dos depósitos e outras soluções de aforro do banco nacionalizado para os níveis mais conservadores da oferta da instituição pública. Porém, essa mudança está a ser feita de forma gradual e lenta, para não afastar os clientes que ficaram no banco, apesar do conturbado processo por que passou.

O regresso dos clientes está a ser feito de forma transversal na instituição, tanto a nível de depositantes através da rede de balcões, como no caso de grandes clientes, com patrimónios mais elevados.

No caso da gestão de carteiras de alguma dimensão, um cliente confidenciou ao DN que, durante o período de maiores convulsões mediáticas em torno do banco, retirou todo o seu património ali colocado. Entretanto, depois da nacionalização, não só fez regressar a parte que tinha estado colocada no BPN, como reforçou esse património, transferindo-o de outros bancos.

Esta ligeira recuperação da actividade normal do banco não está, contudo, a atingir todas as áreas da instituição. Uma das que ainda continua a

enfrentar problemas sérios no seu dia-a-dia é a da gestão de fundos, com os volumes de resgates a manterem sob pressão o trabalho do gestores. Apesar de a CGD já ter injectado mais de 100 milhões em liquidez, a continua desvalorização dos activos está a colocar obstáculos ao pagamento dos resgates dos clientes.

Recorde-se que, desde que a nova equipa de gestores entrou no BPN, o banco já recebeu mais de mil milhões

de euros em injeções de liquidez intermediadas pela CGD. Uma verba que está a ser utilizada para compensar as perdas provocadas pela crise financeira dos mercados internacionais, mas também pela saída de clientes assustados com a situação a que tinha chegado o BPN.

Entretanto, a equipa de Francisco Bandeira continua a trabalhar no levantamento total da situação do banco, devendo apresentar em meados de Janeiro a solução para o seu destino. As opções oscilam entre a reprivatização total ou parcial, sendo que alguns dos activos do banco despertam o interesse dos gestores da CGD. ■

## Grande cliente voltou e com mais dinheiro

## Cadilhe vai devolver cem milhões aos accionistas da Sociedade Lusa de Negócios

A administração da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) introduziu alterações a três pontos da ordem de trabalhos da assembleia geral do próximo dia 18. No que diz respeito ao aumento de capital, a equipa de Miguel Cadilhe propõe que a "sociedade reembolse os accionistas (...)" que já participaram na primeira prestação do aumento de capital. Isto se for votada favoravelmente a anulação das decisões tomadas sobre essa operação. A primeira prestação foi de 100 milhões de

euros e, prevendo um voto favorável dos accionistas, a gestão propõe que esse reembolso seja diferido atendendo "às reais condições" da empresa. Miguel Cadilhe justifica a anulação da operação que ele próprio preparou com a circunstância de, à data da proposta, serem "desconhecidas da sociedade (...)" imparidades na área não financeira da SLN no valor aproximado de 200 milhões de euros e no BPN (...) de mais de 740 milhões". Estas imparidades são, aliás, usadas na argu-

mentação para a alteração do ponto sobre a interposição de acções judiciais contra a gestão de Oliveira e Costa. Na nova formulação, Cadilhe pormenoriza as conclusões da auditoria às contas do BPN, reconhecendo que as imparidades foram ocultadas, ocorreram em 2001, estavam relacionadas com o Banco Insular, parte delas em *off-shores* e que diziam respeito a volumes incobráveis. E propõe que as acções judiciais sejam interpostas à medida que forem conhecidos novos factos.

## ALTERAÇÕES ÀS PROPOSTAS DA ASSEMBLEIA GERAL

- ➔ Anulação do aumento de capital e acções próprias na Operação Cabaz, desobrigando os accionistas a subscreverem-na. E reembolso dos accionistas que participaram na primeira prestação de 100 milhões.
- ➔ Interposição de um ou mais procedimentos judiciais, civis ou criminais contra os membros dos órgãos de administração e fiscalização em funções até Junho de 2008.
- ➔ Substituir Franquelim Alves por João Vicente Ribeiro na administração.



## PS quer caso BPP fora da comissão de inquérito

**Votação.** Socialistas travam proposta do PCP, mas comunistas prometem insistir

A comissão parlamentar de inquérito ao BPN vai deixar de fora o caso do Banco Privado Português (BPP). O PCP apresentou ontem uma proposta de aditamento ao inquérito segundo a qual pretende "apurar os pressupostos e os fundamentos da intervenção estatal nesta instituição". Mas a intenção dos comunistas vai ser travada pelo PS.

Depois de terem admitido que a comissão parlamentar teria o âmbito mais alargado permitido pela lei - e não há qualquer impedimento legal à inclusão do BPP - os socialistas argumentam que esta hipótese viria alargar em demasia o objecto de investigação do inquérito parlamentar. "É desadequado", afirmou ao DN Ricardo Rodrigues, vice-presidente da bancada parlamentar da maioria, argumentando que "quanto mais disperso for o objecto da comissão menos conseguirá apurar".

O PS deverá por isso chumbar hoje, na votação da constituição do inquérito parlamentar, a proposta de aditamento do PCP. Mas os comunistas não se dão por vencidos. Bernardino Soares, líder parlamentar do partido, argumenta que a inclusão do BPP na comissão parlamentar faria todo o sentido, na medida em que tam-

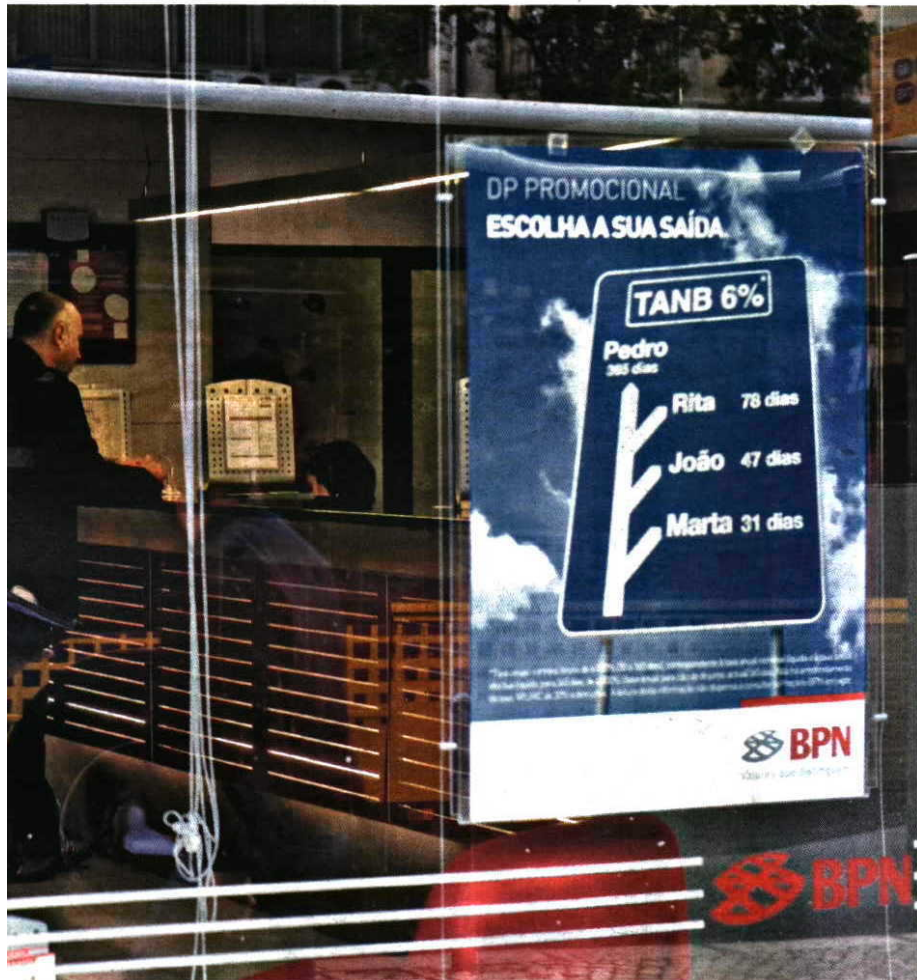
bém neste caso se levantam dúvidas quanto à supervisão bancária nesta instituição e os "vultuosos meios do Estado" usados na operação de salvamento do banco. Face à recusa da maioria socialista em incluir o tema na comissão, Bernardino Soares respondeu assim: "A imaginação e a criatividade parlamentares não têm limites".

PS e CDS/PP - partido que avançou com a proposta de uma comissão de inquérito - estiveram ontem a negociar a apresentação de um texto comum, nomeadamente quanto à definição dos objectivos do inquérito parlamentar. A versão inicial dos centristas contemplava apenas, pelo menos de forma directa, a actuação do Banco de Portugal e do governador, Vitor Constâncio, visando apurar se foi cometida "falha grave" no exercício de supervisão ao sistema bancário - dadas as irregularidades na gestão do banco que só agora foram detectadas. O PS quer alargar o âmbito à gestão que foi feita no BPN desde 2001 até à nacionalização, já este ano. E pretende também se justificar mudanças na lei de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos públicos.

Já quanto à proposta do PSD, que quer ver também investigado o processo de nacionalização do BPN, Ricardo Rodrigues sustenta que esta questão já está prevista no texto dos socialistas. ■

SUSETE FRANCISCO





Depois do escândalo, os antigos clientes estão a regressar ao banco

# Ligação ao Insular questionada por Constâncio em 2007

**'E-mail'.** Teor contradiz Constâncio sobre inexistência de suspeitas

"Gostaria que me informasse se o Grupo SLN tem alguma exposição no Banco Insular de Cabo Verde (participação crédito ou outros valores a haver). Cumprimentos, José Alvarez." É este o teor de um email enviado pelo Banco de Portugal ao BPN no dia 26 de Junho de 2007. Ora a pergunta colocada contradiz Vitor Constâncio, Governador do Banco de Portugal

**Constâncio garantiu não haver mistério**

(BdP), que tem garantido que só em 2008 é que existiram suspeitas sobre a relação do BPN com o Insular.

Ouvido, a 11 de Novembro, no Parlamento, Vitor Constâncio declarou que em foi "em 2007 que apareceu pela primeira vez" o nome do Banco Insular nos papéis do BPN. Porém, o governador desvalorizou este dado, afirmando tratar-se de "uma relação financeiri-

ra, um pagamento por ordem de um cliente para uma conta do Banco Insular em Portugal". "Perguntámos qual era a natureza dessa operação, mas não havia nada de misterioso", diz Constâncio.

Ora, o texto do email a que o DN teve acesso mostra é que o BdP, em Junho de 2007, já perguntava sobre a exposição do Grupo SLN no Banco Insular de Cabo Verde. Confrontado com o teor do email, o Banco de Portugal não quis esclarecer o que esteve por detrás do envio do email. João Matela, assessor

de imprensa do banco central português, afirmou que "as explicações sobre este tipo de matérias são dadas (têm sido dadas) em sede própria". E nem quis revelar qual o cargo ocupado por José João Alvarez (remetente do email) no banco central.

O esclarecimento deste ponto será fundamental para se perceber se o BdP actuou atempadamente ou se protelou a situação até um limite inultrapassável. É que só em Março de 2008, após também ter questionado o Banco Central de Cabo Verde, é que o Banco de Portugal questionou o BPN sobre a relação com o Insular. A resposta acabou por chegar a 2 de Junho deste ano através do ex-presidente do BPN Abdool Vakil. Um testemunho insuficiente para Constâncio. Que decidiu, em vez de comunicar o caso ao Ministério Público, arrancar para uma investigação. Em declarações à RTP, o governador revelou que este procedimento foi avalizado pelos juristas do Banco de Portugal. Aliás, sublinhou, sempre se procedeu desta forma. ■

CARLOS RODRIGUES LIMA



Vitor Constâncio

## Procurador do processo contra bastonário

O procurador responsável pelas investigações do caso BPN, **Rosário Teixeira, contestou ontem as declarações do bastonário dos Advogados**, Marinho Pinto, sobre a necessidade de prisão preventiva decretada a Oliveira e Costa. "É uma medida necessária que visa

facilitar o acesso às provas, mais do que prevenir a sua destruição", disse no fim de conferência em Lisboa sobre fraude fiscal, um dia depois de o bastonário ter considerado "excessiva" a prisão preventiva do antigo administrador do BPN Oliveira e Costa e de afirmar que a medida

não impede a destruição de provas. "Antes da destruição de provas, está a questão do acesso às provas e a questão é facilitar e convencer as pessoas de que o acesso às provas tem de ser garantido e não andar a fazer o jogo de gato e de rato com provas", contrariou o procurador, em

declarações à Lusa. O procurador considerou ainda que neste tipo de crimes as dificuldades de investigação são enormes. "Quando se trata de crimes dentro de uma instituição financeira há outro tipo de sofisticação, de conhecimentos, e instrumentos que são utilizados".

## Francisco Sanchez é arguido no Banco de Portugal

**Controle.** Banco central tem em curso seis processos de contra-ordenação sobre o BPN

O antigo administrador do BPN, Francisco Sanchez, foi constituído arguido pelo Banco de Portugal (BdP) num processo de contra-ordenação que envolve suspeitas e prestação de informação falsa ao regulador.

Segundo informações recolhidas pelo DN, este processo instaurado pelo Banco de Portugal remonta a Março de 2007 quando foram pedidas informações sobre todas as situações em que existiam acções de entidades do Grupo SLN cuja aquisição estivesse a ser financiada por recursos do próprio grupo. Após uma inspecção ao BPN, o

BdP solicitou elementos ao banco na altura liderado por Oliveira e Costa. Mas a informação enviada pelo administrador Francisco Sanchez divergia do acervo de documentos recolhidos pela equipa de inspectores.

O ex-administrador e BPN foram constituídos arguidos. O primeiro incorre numa coima entre 997 e 997 mil euros. A penalização para o banco pode ir dos 2493 euros aos 2493 milhões.

Entretanto, numa carta enviada à Assembleia da República, o BdP adiantou aos deputados ter em curso seis processos de contra-ordenação. Em causa, além de ilícitos de prestação de informação falsa, está ainda a falta de medidas preventivas para o branqueamento de capitais. ■ - C.R.L.

## Tensão política em Cabo Verde

**Acusações.** Oposição quer esclarecer ligações entre Governo e SLN Cabo Verde

Um rude confronto de personalidades, centradas numa questão que é, também, da actualidade portuguesa, fez subir, na Assembleia Nacional, a já tradicionalmente alta temperatura política em Cabo Verde. Na discussão do Orçamento do Estado para 2009, Jorge Santos, presidente do Movimento para a Democracia (MpD), principal partido da oposição e vencedor das recentes eleições autárquicas, colocou questões relacionadas com eventuais ligações governamentais à Sociedade

Lusa de Negócios, partindo do falhado negócio que, 2006, ligou a SLN à Sociedade de Desenvolvimento Turístico Integrado das Ilhas da Boa Vista e Maio. Em resposta, o primeiro-ministro José Maria Neves, também líder do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), no poder desde

2002, rejeitando qualquer ligação à SLN, considerou que as afirmações de Jorge Santos eram de uma "gravidade extrema" e garantiu que apresentaria ao Parlamento uma moção de confiança, caso a oposição não respondesse ao desafio de avançar com uma moção de censura ao governo. Ambos acabaram por passar pela Procuradoria-Geral da República, pedindo a sua intervenção. José Maria Neves entregou no parlamento a prometida moção de confiança ao governo, logo definido pelo MpD como um gesto de "dramatização política", visando "desviar atenções". ■

DAVID BORGES

### Um contrato 'leonino'

O acordo SLN/SDTI (Boa Vista e Maio) ergueu, logo desde o início, uma enorme polémica no país. Enquanto o governo e a própria SLN-Cabo Verde enalteciam as vantagens do negócio para Cabo Verde, a oposição,

desde o início, que criticou o acordo entre a SLN e a SDTI, uma sociedade de desenvolvimento para uma zona costeira. A oposição afirmou estar-se perante um **acordo "leonino", lesivo do Estado.**





**BPN Empresas adquiridas tinham como investidor libanês amigo do ex-ministro**

# Quadro superior chumbou compra feita em Porto Rico por Loureiro e Oliveira e Costa

Operação foi considerada de “alto risco” por economista da Sociedade Lusa de Negócios, que agora se diz disponível para prestar declarações nas instâncias competentes

Cristina Ferreira e Vítor Costa

● A operação de aquisição de duas sociedades tecnológicas com sede em Porto Rico pela Sociedade Lusa de Negócios (SLN) em 2001 e 2002, numa transacção ocultada das autoridades portuguesas, foi desaconselhada por escrito pela equipa técnica do grupo que avaliou o projecto por o considerar de elevado risco. O negócio foi liderado por José Oliveira Costa, antigo líder da SLN/BPN, e por Dias Loureiro, que na altura era administrador executivo do grupo. A transacção acabaria por ser concretizada com base num relatório favorável entregue pelas próprias empresas de Porto Rico que tinham como investidor o libanês Abdul Rahman El-Assir, amigo do ex-ministro e que é descrito na imprensa internacional “como traficante de armas” (ver pág. 6 e 7).

“Que fique bem claro que o projecto de Porto Rico foi considerado por mim de elevado risco e da minha parte foi desaconselhado por escrito”, explicou Jorge Manuel Vieira Jordão, contactado pelo PÚBLICO para esclarecer o seu envolvimento na tomada de posições accionistas nas duas sociedades, a NewTech e a Biometrics Imagineer. Na altura em que os factos ocorreram, este economista (actualmente na Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo), era quadro superior do grupo de Oliveira e Costa, e trabalhava na SLN Novas Tecnologias. Em 2004 Vieira Jordão já era administrador da SLN, tendo pedido a demissão em Dezembro desse ano.

## Negócios ocultados

Vieira Jordão entrou em 2001 para a SLN Novas Tecnologias, como quadro técnico, tendo sido encarregue de estudar o dossier de Porto Rico. A empresa era então presidida por Dias Loureiro, que assumiria funções executivas na administração da *holding* SLN em Novembro de 2001, ou seja, um mês antes de se concretizar a compra de 75 por cento da NewTech, e dois meses antes da tomada de posição de 25 por cento na Biometrics. As duas operações não constam dos registos oficiais da SLN, foram ocultadas das autoridades e implicaram um investimento da ordem dos 56,5 milhões de euros.

Vieira Jordão explicou que entrou para a SLN quatro meses antes do primeiro contrato de aquisição ter tido lugar e que nessa altura percebeu “que o negócio já estava acordado”. Ainda assim, foi-lhe pedido para ir a Porto Rico, um paraíso fiscal, avaliar a viabilidade dos equipamentos associados às empresas (leitura de cheques e de folhas A4 e máquinas alternativas às Multibanco).

Que apreciação fez do projecto? “Escrevi um memorando que dirigi aos presidentes da SLN SGPS e da SLN Novas Tecnologias, e onde refiro, en-

O investimento da SLN feito em Porto Rico foi de 56,5 milhões de euros



RUI GAUDÊNCIO

## De Porto Rico a Gibraltar

Três meses depois do BPN/SLN ter entrado na Biometrics a empresa declarou falência, enquanto a NewTech nunca teve actividade e acabou por fechar em 2004. As duas tecnológicas tinham ligações a Tracy Beattie, gerente da sociedade inglesa Dual Commerce & Services, e a Neelai Patel, secretária desta sociedade. A Dual Commerce controla a sociedade brasileira Fuentes Participações, para onde foram enviadas por sociedades do universo SLN, designadamente, o Banco Insular e o BPN Cayman, verbas superiores a 30 milhões de euros. A Dual Commerce é, por sua vez, detida por sociedades de gestão de fortunas com sede no paraíso fiscal de Gibraltar. Para além das duas empresas adquiridas em Porto Rico, na área das novas tecnologias, a SLN detinha ainda a Datacom, que controlava uma fábrica em Itália, a Seac Banch, e que foi um dos veículos utilizados pelo grupo para “meter um pé” no concurso para a implantação do Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança



de Portugal (SIRESP), quando Santana Lopes era primeiro-ministro. Esta infra-estrutura de comunicações foi adjudicada três dias depois de o PS ganhar as eleições e quando era ministro da Administração Interna Daniel Sanches. Sanches deixou a administração da SLN, para onde entrou a convite de Dias Loureiro, para ir exercer o cargo de ministro de Santana Lopes por sugestão de Dias Loureiro. Actualmente, Sanches é procurador-geral adjunto. É especialista em espionagem e informações e chegou a chefiar a unidade de elite do Ministério Público. Para o BPN, Dias Loureiro também levou Lencastre Bernardo, igualmente perito em espionagem.

tre outras coisas, que o negócio não era aconselhado por ser de elevado risco”, esclarece Vieira Jordão.

Em Outubro de 2001, a administração da SLN pediu novamente a Vieira Jordão “colaboração para estudar vias de optimização dos equipamentos da NewTech e da Biometrics na América Latina, o que [o] levou a viajar até ao Brasil, Argentina, Chile e Venezuela”. “Voltei a colocar reservas ao negócio.” Como reagiram os responsáveis da SLN? “Acusaram-me de ser céptico.”

Vieira Jordão explicou que a operação acabou por ser concretizada com base num plano de negócios apresentado pela NewTech e pela Biometrics, e que chamava a atenção para o seu grande potencial. E adianta ainda que na administração da SLN Novas Tecnologias, liderada por Dias Loureiro, existia um “grande entusiasmo” quanto às potencialidades do negócio.

## Reunião com Abdul El-Assir

Durante a sua intervenção neste dossier contactou com o empresário libanês Abdul El-Assir? “Sim. Em Outubro de 2001, antes dos contratos de aquisição terem sido oficialmente celebrados, fui chamado para participar numa reunião em Lisboa, onde estavam presentes os responsáveis da SLN e o investidor das duas empresas”, revela Vieira Jordão. E adianta: “Foi

um encontro fugaz e recordo-me que se chamava El-Assir e que era tratado por *mister*.”

Ao longo da conversa com o PÚBLICO Vieira Jordão fez, repetidas vezes, questão de esclarecer que “não concordou com o negócio” e que está disposto “a prestar todos os esclarecimentos que forem necessários às instâncias competentes”. Contactado pelo PÚBLICO, Dias Loureiro recusou fazer mais comentários sobre a sua passagem pelo grupo SLN.

A ligação do ex-ministro de Cavaco Silva ao grupo SLN remonta a 2000, quando vendeu a Plêiade (que possuía com José Roquette), tendo, por contrapartida, ficado com uma posição accionista na *holding* que controlava a 100 por cento o BPN. A alienação da Plêiade atirou para o universo da SLN uma empresa marroquina (a Redal) da área das energias, e que foi intermediada pelo libanês El-Assir. A 30 de Novembro de 2001 Dias Loureiro foi nomeado administrador executivo no BPN. Nove meses depois de ser indigitado administrador do BPN SGPS, deixaria o lugar e diz que em 2003 vendeu as suas acções da SLN e renunciou a desempenhar funções executivas. Mas manteve-se como administrador não executivo até 2005, com o pelouro de uma empresa de componentes de automóveis, detida em 50 por cento pela SLN.



**Investigação As relações do ex-administrador com altas figuras da vida espanhola**

# Dias Loureiro

## O amigo libanês e o genro de José Maria Aznar

Abdul Rahman El-Assir, referenciado como "traficante de armas", abriu as portas de Marrocos a Dias Loureiro, e é investidor das empresas de Porto Rico que a SLN adquiriu. Uma relação que o PÚBLICO noticiou em 2005

**Cristina Ferreira**  
 Na entrevista que deu à RTP há duas semanas, houve, pelo menos, uma coisa que ficou clara: Manuel Dias Loureiro tem excelentes contactos em Marrocos. Foi nesse país que o ex-administrador da Sociedade Lus de Negócios diz ter feito investimentos importantes no sector do fornecimento de água para o grupo do BPN, e, quando se tratou de vender esses negócios, recorreu a um contacto que lhe arranjou um comprador e que tratou junto das autoridades de Rabat das autorizações necessárias.

Mais, diz Dias Loureiro: foi através dele "que conheci o Presidente Bill Clinton" - esteve em casa dele num jantar íntimo, estive com Bill Clinton três vezes - e foi através dele que também conheci o rei de Espanha. Portanto, era uma pessoa que me parecia ter as melhores referências, como é evidente".

Quem é, afinal, este contacto importante do ex-ministro e actual conselheiro de Estado de Cavaco Silva? Chama-se Abdul Rahman El-Assir, é libanês de nacionalidade e primeira referência pública que o liga a Dias Loureiro está num livro publicado em Espanha em 2004. O ex-administrador da SLN surge como sócio de El-Assir, citado no livro como "traficante de armas", e, segundo a imprensa internacional, uma das personalidades mencionadas na megainvestigação que nos anos 80 envolveu um banco ligado ao narcotráfico internacional.

Esta história, que foi contada originalmente pelo PÚBLICO na edição de 16 de Fevereiro de 2005, recupera agora actualidade.

Em declarações feitas nessa altura, Dias Loureiro explicou que, por sugestão de "um amigo, António Anuncion (ex-ministro do Interior de Espanha em 1994), deu indicações a um advogado em Espanha, Javier Becu, para impedir que em futuras edições o seu nome continuasse a constar como "sócio" de El-Assir.

"Logo que tive conhecimento da existência desse livro, procurei agir de modo a repor a verdade dos factos e a evitar que em futuras edições essa mentira fosse repetida", disse ao PÚBLICO Dias Loureiro, quando confrontado com a informação de que seria sócio de Abdul Rahman El-Assir, conforme consta da obra publicada em Espanha, com o título *Los PPIjos*. Os autores, os jornalistas Carlos Ri-

bagorda e Nacho Cardero, analisam uma nova geração de políticos/homens de negócios do Partido Popular espanhol, à volta dos 40 anos, agrupada em torno de Alejandro Agag, genro de José Maria Aznar. À data da edição do livro, Agag era oficialmente colaborador do Banco Português de Negócios (BPN), de que era accionista Dias Loureiro. Os autores do livro já vieram esclarecer que nem eles nem a sua editora foram contactos no sentido de retirar ou alterar os termos em que se referem a Dias Loureiro no seu livro.

**O amigo libanês que não pode entrar nos EUA**  
 Contactado telefonicamente pelo PÚBLICO em 2005, El-Assir afirmou não ter qualquer ligação empresarial com Dias Loureiro, que "é apenas um grande e bom amigo". O empresário libanês confessou não ter lido *Los PPIjos*, considerando que "nem tudo o que se escreve é verdade".

A imprensa espanhola (*El Mundo*, 16/5/04) menciona o facto de El-Assir, então com 54 anos, e com nacionalidade espanhola, estar proibido de entrar na Suíça e nos EUA, uma

**6** *As relações de Loureiro com Assir abriram-lhe portas em 2005 (confirmou ter tentado "umas seis vezes" com o rei*

informação que o empresário contesta, adiantando que tem naquela localidade "residência" e mais de três mil empregados nos EUA, onde é proprietário de uma petroléira, Gulf. O seu nome consta ainda de vários textos publicados nos últimos anos em sites internacionais como tendo estado associado ao escândalo que envolveu nos anos 80 o Banco de Crédito e Comércio Internacional (BCCI), com sede no Panamá, instituição que foi acusada de ligações ao narcotráfico mundial. Confrontado com o facto, El-Assir assegurou apenas que "nunca teve nenhuma conta pessoal ou empresarial no BCCI".

Dias Loureiro disse nada saber "sobre o seu passado". "Não tenho qualquer razão para pensar mal dele. O seu círculo de amigos é gente respeitável. Ele sempre me tratou bem, com amizade e respeito", nota.

O ex-deputado, ao ser contactado pelo PÚBLICO, considerou que o as-

sunto é muito "delicado", reconhecendo que mantém uma relação de amizade com o libanês, mas "apenas desde 2007", ano em que este o "ajudou a resolver um negócio em Marrocos", como reafirmou na entrevista à RTP.

Em 2005, o social-democrata contou ter sido apresentado ao empresário libanês por "um conhecido dele", "amigo (de Dias Loureiro) e casado com a irmã da actual mulher" de El-Assir, a espanhola Maria Fernandez Longoria, filha de um ex-embaixador de Espanha no Cairo. Desde 2001, garante o então presidente da mesa da assembleia geral do PSD, passaram "a ter uma relação social", não voltando a ter "contactos" profissionais. "Apenas tenho conhecimento de que possui uma empresa ligada ao petróleo nos EUA", Dias Loureiro esclarece que a última vez que falou com o libanês "foi na passagem do ano".

**Cadacos com o rei e jantares com Bill Clinton**  
 "El-Assir é muito bem relacionado", observa em tom de actual conselheiro de Estado. "Ele convidou-me várias vezes para caçar com o rei de Espanha e jogar golfe". Foi ainda por seu intermédio, conta, que conheceu o ex-Presidente dos Estados Unidos da América (EUA) Bill Clinton, e o presidente do Partido Democrata norte-americano, Terry McAuliffe, o homem que trata das finanças dos democratas. "Jantei com Bill Clinton nas casas dele (El-Assir) em Madrid, Barcelona e Londres".

El-Assir é visto regularmente na sua propriedade em Marbella, no Sul de Espanha, onde é vizinho dos pais de Alejandro Agag. "[Ele] é amigo do rei de Espanha e do neto de Franco (Francis Franco), com quem tenho estado", acrescentou Loureiro, adiantando que já se encontrou "umas seis vezes" com Juan Carlos em casa de El-Assir para caçar, "a última das quais foi em Setembro (de 2004, na altura)".

A "proximidade" do monarca espanhol a El-Assir foi, aliás, objecto de comentários por parte da imprensa espanhola, que pôe em causa algumas das ligações de Juan Carlos, observando que três dos seus amigos "mais íntimos", Manolo Prado (envolvido em escândalos económicos, Javier de la Rosa (ligado à KIO) e Mário Conde (ex-presidente do BNE),

Dias Loureiro: um gestor que accedia aos jantares de Juan Carlos e de Clinton



Alejandro Agag (na foto abaixo), genro de José Maria Aznar, era, à data da edição do livro *Los PPIjos*, no qual Dias Loureiro aparece citado como sócio de El-Assir, oficialmente colaborador do Banco Português de Negócios



estão condenados criminalmente. O referido artigo do *El Mundo* tem mesmo como título: "Abdul El-Assir: outro amigo estranho do Rei."

De acordo com os jornalistas, El-Assir deslocou-se em 2003 a Portugal para assistir ao casamento da filha de Dias Loureiro, Joana, com o filho do então secretário-geral do PS, Pedro Rodrigues, João.

O ex-ministro de Cavaco Silva confirma: "É verdade que estive nos casamentos das minhas duas filhas e o seu cunhado também". No Convénio do Beato, em Lisboa, "junto à nata da política portuguesa (Durão Barroso, Cavaco Silva, Mário Soares...), Agag e a mulher partilharam a mesa com El-Assir: todos velhos conhecidos, todos amigos para convites e para os negócios", escrevem Ribagorda e Cardero. E lembram que o libanês foi igualmente convidado, em 2002, para o casamento de Alejandro Agag com a filha de Aznar, onde estiveram mil pessoas, incluindo um ex-primeiro-ministro português, António Guterres, e então chefe de Governo, Durão Barroso, e um ex-ministro da Administração Interna, Dias Loureiro. Daí concluem: "Como se pode apreciar, as conexões de uns e de outros fazem com que tudo fique em casa."









# Negócio de Loureiro em Porto Rico feito à revelia de pareceres internos

Chefe da equipa que avaliou processo disposto a contar tudo às autoridades

● A equipa técnica que avaliou a compra de duas empresas tecnológicas em Porto Rico pela Sociedade Lusa de Negócios em 2001 e 2002, liderada por Vieira Jordão, desaconselhou por escrito a concretização do negócio, por o considerar de elevado risco. A transacção, liderada por Oliveira Costa e Dias Loureiro, acabaria por avançar com base num relatório favorável entregue pelas próprias empresas de Porto Rico, que tinham como investidor Abdul Rahman El-Assir, um libanês que a imprensa internacional acusa de ligações ao tráfico de armas. → Destaque, 4 a 7



**BPN****Constâncio desconfia  
de branqueamento de capitais**

O Governador do Banco de Portugal suspeita da existência de crime de branqueamento de capitais no Banco Português de Negócios (BPN).

De acordo com o "Diário Económico", o banco central tem em curso seis processos de contra-ordenação relacionados com o BPN com base em indícios de branqueamento de capitais, prestação de informações falsas, violação do dever de informação, falsificação de contabilidade e incumprimento de regras contabilísticas.

A informação já foi dada por Vítor Constâncio à Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, através de uma carta, adiantando o jornal, ainda, que os processos foram instaurados em 2008, sendo, em dois deles, arguidos ex-administradores da Sociedade Lusa de Negócios.



## PARLAMENTO

**Inquérito ao BPN  
decidido sexta-feira**

O Parlamento deverá aprovar sexta-feira um texto conjunto dos vários grupos parlamentares para a realização de um inquérito parlamentar ao caso BPN, com o PCP a propor que se investigue também o apoio financeiro ao BPP. Entretanto, o deputado do PS Ricardo Rodrigues afirmou não admitir que outros órgãos de soberania queiram intervir «nas legítimas competências» do Parlamento e defendeu que a Assembleia também pode investigar o caso BPN.



**PORTUGAL  
PERFIL**

Manuel Dias Loureiro, 56 anos

# Anatomia de um intocável

A história pessoal, política e empresarial de Dias

Loureiro é um *puzzle* que ajuda a explicar muito do que tem sido Portugal desde 1985, data da sua ascensão ao poder. Um homem com um percurso de luzes e sombras, que se confunde, por vezes, com as zonas cinzentas de um regime

POR MIGUEL CARVALHO  
COM CESALTINA PINTO, SÓNIA SAPAGE E TIAGO FERNANDES


**É** uma das figuras mais poderosas do País. Mas sempre disse não ser um homem «do poder político». Fez fortuna de quase nada e até além-fronteiras lhe dão tratamento VIP. Priva com Clinton, Aznar, Durão Barroso e outros dos homens mais poderosos do planeta, alguns com actividades e práticas bastante controversas. Apanhado pelos estilhaços do «caso BPN», tem-se defendido nos fóruns que lhe foram postos à disposição, reafirmando inocência e comportamento acima de qualquer suspeita. À VISÃO, recusou prestar declarações por considerar «encerrado» o capítulo das entrevistas e esclarecimentos e estar «cansado de dizer uma coisa e sair outra». Agora, adiantou, só falará «noutras instâncias». Mas quem é, afinal, Manuel Dias Loureiro e como personifica, para o bem e para o mal, os poderes reais e paralelos do nosso país? 

FOTO: LUIS SÁBIA






**PORTUGAL  
PERFIL**


## Quando eu era pequenino...

Dias Loureiro é natural de Aguiar da Beira, terra pequena, pobre e rural, com um castelo altaneiro, onde nasceu, a 18 de Dezembro de 1951. Os pais eram comerciantes (a mãe tinha alguns estudos, mas o pai completou apenas a quarta classe) e vendiam de tudo um pouco, desde tecidos a materiais de construção, incluindo artigos de mercearia. Tinha sete irmãos. Em pequeno, gostava de comer batatas fritas em azeite, ovos estrelados e pastéis de massa tenra.

Aos 9 anos, foi fazer a 4.ª classe num colégio interno em Lamego – não muito longe de casa, mas o suficiente para só ver a família nas férias de Natal, Páscoa e Verão. Ali, os hábitos eram muito rígidos: os alunos levantavam-se às 6 da manhã e havia regras para tudo e hierarquias bem definidas. Nas férias, quando regressava à terra, ajudava os pais e os irmãos no pequeno comércio, todos os dias, incluindo aos domingos.

Seguiu-se uma passagem de dois anos pelo seminário de S. José, em Fornos de Algodres, não porque, segundo diz, quisesse ser padre, mas porque assim tinha uma oportunidade para estudar. A mãe, contudo, ainda hoje está convencida de que ele queria mesmo seguir o sacerdócio, pois, nas suas brincadeiras de criança, «vestia uma saia branca da avó ou enrolava um pano branco à volta do corpo e depois dizia homílias». Passou ainda pelos colégios de Mangualde e de Tondela, antes de ir para Coimbra, tirar Direito. Por esta altura já não tinha dúvidas de que queria ser advogado para «não ter patrões» e manter a sua independência. A militância na Juventude Universitária Católica foi coisa normal para quem vinha de um meio católico. As leituras de Faulkner e de *Open Society*, de Karl Popper, viriam, depois, a ter grande influência nas suas ideias e opções.

## Coimbra tem mais encanto...

**F**oi na hora da despedida que Coimbra teve mais encanto para Dias Loureiro. Desde a ida ao congresso da Figueira para apoiar Cavaco, em 1985, foi sempre a subir. Até aí, porém, tinha vivido tempos difíceis. Pouco depois de chegar à cidade, morreu-lhe o pai, com um cancro, em apenas três meses. E perderia o irmão e um tio, quase de seguida. Tempos de algum aperto financeiro também. «Na altura, alguns de nós já tinham carro, mas ele vinha todos os fins-de-semana de Aguiar da Beira sempre de camioneta e vestido de forma muito simples, com umas samarras muito coçadas. Via-se que não tinha muito dinheiro»,



ANOS 80  
Com Fernando Nogueira disputava o protagonismo junto de Cavaco Silva

descreve um colega de curso. Pouco tempo depois de se ter formado em Direito, as idas a casa, no final da semana, começaram a escassear. Recordam-se dele como um estagiário de advocacia que arrebanhava as defesas oficiosas que pudesse, a fim de equilibrar o orçamento. Ao contrário de outros, ele não tinha pergaminhos familiares na advocacia, e «ia a todas, era impressionante», admira-se um desembargador. No início dos anos 80, os amigos de esquerda e extrema-esquerda tinham ficado para trás. Já militante do PSD, pela

mão de Carlos Encarnação – que viria a ser seu secretário de Estado –, Dias Loureiro morava no segundo andar de um prédio comum, com as suas duas filhas e mulher, Fátima Varandas, de quem se divorciou há poucos anos. Ele terá sido pescado para a política pelo líder do PSD/Coimbra, Alexandre Gouveia, em cujo escritório de advocacia trabalhou. «Num ápice, tornou-se adjunto do governador civil e nunca mais ninguém ouviu falar dele como advogado», conta outro juiz. Ângelo Correia, então ministro da Administração Interna, terá dado uma mãozinha na escolha.





## Tudo pelo partido

**D**e dirigente do PSD, com Cavaco, a redactor de moções e estratego de vários líderes, o poder e a influência de Dias Loureiro no partido cresceu de forma avassaladora. Foi secretário-geral, numa época em que colecionou sucessos, o dinheiro entrava com mais regularidade no partido «e o financiamento partidário não tinha, praticamente, controlo», explica um ex-titular daquele cargo. Mas o início foi complicado. O comendador Salvador Pereira, emigrante português radicado na África do Sul desde 1964, homem de sucesso nos negócios, sobretudo na área da construção civil, garantiu à VISÃO ter, naquele período, «ajudado como podia. Sem-

pre fui fiel ao PSD e paguei algumas coisas, na altura, as finanças do partido não estavam boas». Diz conhecer Cavaco «desde os tempos de ministro das Finanças» e foi mantendo contactos, em algumas ocasiões, várias das quais solenes. Já com o professor como primeiro-ministro, Dias Loureiro foi-lhe apresentado. «É um bom homem. Ajudou-me num negócio relacionado com a hemodiálise que eu queria montar em Portugal, recomendou-me que fosse ter com o irmão dele para ser nosso advogado e tratar da papelada. Mas as coisas acabaram por não se concretizar», explica, precisando ter perdido «mais de 30 mil contos» só em contactos e burocracias. Amigo de José

Cesário, ex-secretário de Estado das Comunidades e antigo adjunto de Dias Loureiro na secretaria-geral do partido, Salvador Pereira garante ter estado sempre disponível para ajudar o PSD, nas suas vindas a Portugal e também na África do Sul. «Passou muita gente por cá e saíram daqui sempre bem agasalhados, nunca lhes faltou nada.» O empresário, natural da Feira, referiu à VISÃO ter-lhe sido igualmente proposta a compra da nova sede, «por mais de 100 mil contos. Pensei, mas disse que não». No exercício do cargo, uma das marcas deixadas por Dias Loureiro foi precisamente a compra da actual sede do partido, por 100 mil contos, com a ajuda dos militantes.



**CAVAQUISMO**  
Como secretário-geral do PSD e como ministro, Cavaco sempre confiou em Dias Loureiro

## Meu adorado Cavaco

Dias Loureiro esteve com Cavaco desde o dia zero até à altura de arrumar as tralhas da campanha presidencial. As histórias de vida ajudaram: «Não nascemos em berço de ouro», esclareceu, um dia, o ex-gestor do BPN. O professor escolheu-o, em 1985, para secretário-geral, com as finanças do partido nas lonas e sem poder à vista. A vitória nas legislativas daquele ano mudaria tudo. A partir daí, Dias Loureiro foi o fiel servidor de um chefe que, segundo diz, não agia como chefe. Por ele, pelo PSD, fez de tudo. De hinos a discursos preparados madrugada dentro, com chavenas de chá pelo meio, para Cavaco ler depois. Partilharam a restrita

intimidade do poder, férias, tacadas de golfe e almoços de família em São Bento. A empatia ajudou à influência do discípulo. Segundo um ex-governante e actual deputado («laranja»), Maria Cavaco Silva também «tinha a sua preferência», inclinando-se «para os jovens turcos [como Loureiro] e menos para os que falavam baixinho e davam conselhos avisados e moderados». Algo «altamente comentado nos círculos mais restritos». Laços nunca quebrados e extensivos a outras pessoas: no gabinete da primeira-dama, em Belém, trabalha hoje Diana Ulrich, antiga assessora de Dias Loureiro. A gratidão de Cavaco

também assumiu várias formas. Como Presidente da República, cortou a fita da fábrica da Inapal, em Palmela, elogiando o investimento da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), na presença de Dias Loureiro. E até a inauguração do Estádio Municipal de Aguiar da Beira fez parte da agenda do PR. Na sua autobiografia, Cavaco revela não ter convidado Dias Loureiro para o Governo, em 1987, «pela simples razão de não poder prescindir dele no partido». Uma decisão recebida com desgosto. Já Loureiro diz ter recusado ser ministro, pois não queria acumular funções no partido com a tutela do SIS. Confusão de datas?




**PORTUGAL  
PERFIL**

## Luxos e prazeres caros

‘**Q**uando se sai do Governo, precisa-se de ganhar dinheiro, é verdade. Mas passados cinco ou seis anos, tinha o suficiente para não ter de me preocupar com isso», explicou Dias Loureiro. Há dias, reafirmou à RTP que, em 1995, «não tinha dinheiro nenhum». Onze anos depois, a jornalista que entrou no seu gabinete a pretexto de uma entrevista para o *Jornal de Negócios* viu um espaço que exalava «bom-gosto e dinheiro», com quadros de Cargaleiro e Vieira da Silva. Em 2002, foi noticiado que pagava mais impostos do que o empresário Belmiro de Azevedo.

O curioso é que, em 1991, Dias Loureiro já tinha comprado e remodelado uma vivenda, no Estoril, por 150 mil contos. A origem do dinheiro para a compra e obras foi questionada pelo *Expresso*, sobretudo porque a casa

gostos caros: há uns anos, comprou um Mercedes CL 65 AMG, prateado, com um potentíssimo motor V12. Trata-se de um modelo altamente exclusivo, o mais luxuoso da marca alemã. Em Portugal, não devem existir mais de dez unidades. Custo? Cerca de 275 mil euros. Gasta uns «meros» 14,8 litros por cada 100 km percorridos. As motos também já o entusiasmaram. Preocupante, porém, foi a polémica à volta da sua carta de condução. Em 1995, então ministro da Administração Interna, foi noticiado que a licença havia sido aprovada pelo próprio diretor-geral de Viação... antes do exame, feito num quartel da GNR, com uma moto da corporação.

Paixão, paixão, é a caça, sobretudo de perdidizes. Começou aos 19 anos, nos tempos da faculdade, e, mais tarde, juntou-se a Proença

## Dormindo com o inimigo

**E**m termos comparativos, Dias Loureiro tem feito mais pela boa imagem do PS e de Sócrates do que Manuel Alegre. E já saiu em defesa do primeiro-ministro. «Se há coisa de que o Governo não pode ser acusado é de querer a todo o custo ganhar votos», afirmou.

Censurou a liderança de Marques Mendes por fazer uso do caso da licenciatura do chefe do Governo e emocionou-se com *O Menino de Ouro* do PS, a biografia autorizada de Sócrates. Já na sequência dos episódios do BPN, Sócrates terá pedido ao PS para poupar nas críticas a Loureiro. Segundo o histórico socialista António Arnaut, Loureiro é dono da «tradicional irreverência coimbrã», ou seja, «dá-se bem com todos». É amigo de Jorge Coelho e também o foi do falecido dirigente Fausto Correia, que o considerou homem de honra «do poder e com poder». No Natal de 2000, editou um disco para amigos, com Almeida Santos.



**CARRO EXCLUSIVO**  
O Mercedes de 275 mil euros, que comprou depois de sair da política, é um dos 10 no País

anterior era em Sete Rios, Lisboa, e custara 9 600 contos. Poderia um vencimento modesto de governante e de advogado em *part-time* suportar tamanho luxo? «Quem não tem a consciência tranquila em relação ao dinheiro pode tentar escondê-lo. Quem tem a consciência tranquila pode fazer o que entender», disse, então, o detentor da pasta dos Assuntos Parlamentares. E justificava a mudança para a casa da Linha de Cascais com uma herança e venda de propriedades em Coimbra. Avô e divorciado, vive actualmente na quinta Patiño, no Estoril, uma das zonas mais privilegiadas e caras do País (diz-se que cada metro quadrado de terreno custa 5 mil euros), onde residem pessoas da alta sociedade como Rocha Vieira, João Rendeiro, Diogo Vaz Guedes, Stanley Ho ou Stefano Saviotti.

A Dias Loureiro não faltam, igualmente,

de Carvalho e Carlos Barbosa, com quem detém um couro em Mértola. Foi ele que iniciou Cavaco na caça. Há quem assegure que já participou em caçadas milionárias, em África, daquelas que podem chegar a custar 100 mil euros. O próprio diz preferir aves. «Nada de caça grossa.»

Após sair do Governo, Dias Loureiro iniciou-se no golfe e pratica-o normalmente, entre as sete e meia e as nove da manhã, perto de casa, no campo do Estoril. Até nas viagens de negócios, seja a Marrocos seja a Palma de Maiorca, aproveita para dar umas tacadas. «O golfe liberta a cabeça», explica. Também gosta de jogar póquer. Ou gostava, pelo menos. Sempre com os amigos e desde que não envolvesse muito dinheiro. Os prémios costumavam ter limites e raramente iam além dos cem contos.




**PORTUGAL  
PERFIL**

## Laços de ternura...

Amigos há mais de 40 anos, Jorge Coelho e Dias Loureiro são praticamente da mesma terra. Tratam-se como irmãos. «Éramos uns brincalhões. Jogávamos futebol e comíamos pastéis de feijão numa casa, junto da escola», contou Coelho ao *Jornal de Negócios*, já este ano. «Passados 22 anos, reencontrámo-nos e estreitámos relações. Hoje, é um dos meus melhores amigos.» Coelho sucedeu a Loureiro na Administração Interna. Durante oito anos alguns dos maiores segredos do País estiveram «guardados» por esta dupla. Loureiro foi uma das primeiras pessoas a saber que Coelho tinha um cancro. Coelho confirmou, entretanto, à VISÃO que «há uns cinco anos» pediu «um empréstimo pessoal de 100 mil euros» ao BPN, na altura mais complicada da sua vida. Possui também uma conta na instituição, num balcão de Lisboa. «Já não devo nada e paguei tudo direitinho. Neste momento, sou um mero cliente e talvez dos piores.» Proença de Carvalho é outro amigo de Loureiro. Até já gravaram um CD. Mais a sério, Proença foi o advogado escolhido pelo BPN para processar a revista *Exame*, quando Loureiro se sentiu «incomodado» com as primeiras notícias sobre o banco, em 2001. Houve acordo e o caso foi enterrado. Com Aznar encontra-se de vez em quando, incluindo em sua casa. O genro do ex-chefe de Governo espanhol, Alejandro Agag, foi assessor do antigo ministro de Cavaco, no BPN. Dias Loureiro já jantou e jogou golfe com Bill Clinton. Com jornalistas, também nunca se deu mal. Baptista-Bastos, de quem Dias Loureiro foi testemunha, num processo em que o queixoso era Alberto João Jardim, é outro dos seus amigos: «Detestava-o e disse-lho quando o conheci. Até lhe falei no rosto sombrio que lhe conferia um ar sinistro.» BB ouvira-o, na rádio: «Ele possuía uma ampla informação política, económica, social e cultural do País. E desenvolveu as suas ideias, associando-as com uma forte componente social-democrata, à maneira de Willy Brandt e de Olof Palme.» Vai daí, BB escreveu um artigo sobre isso e Loureiro telefonou-lhe de Nova Iorque. Foram-se encontrando. «Ajudou, desinteressadamente, muitas pessoas, entre as quais alguns nossos camaradas de Imprensa, que, neste momento, o ignoram ignobilmente», observa.

## Chamem a polícia

O caso da carga policial na ponte 25 de Abril, em 1995, por causa da polémica das portagens marcou o fim do cavaquismo. Mais tarde, Dias Loureiro visitou e comprou alguns quadros do homem que ficou paraplégico, na sequência dos incidentes. No Ministério da Administração Interna, entre 1991 e 1995, é recordado como o «ministro que mais perseguiu e aterrorizou os sindicalistas dentro da polícia», atesta Paulo Rodrigues, líder da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP). Vários processos disciplinares foram instau-

rados e três líderes associativos foram expulsos. Os processos acabariam arquivados, dois deles após a vitória socialista, em 1995. As superesquadras, a menina dos olhos do seu mandato, foram contestadas por populações e elementos da ASPP. «Havia instruções dadas às chefias para transmitirem aos agentes: 'se não largares a ASPP, vais ter chatices'», conta Paulo Rodrigues. Mal-amado pelas tropas, foi admirado pelas chefias. Alguns oficiais recordam-no como «um dos ministros mais competentes», «atencioso e preocupado» com os subalternos.



**BUZINÃO** A carga na Ponte 25 de Abril marcou o início do fim de uma era

## Do segredo reza a história?

Dias Loureiro seguia com o «maior interesse» o trabalho e os resultados da actuação dos serviços de informação que tutelava, diz quem o acompanhou de perto nesse período. Mas as incompatibilidades com Ladeiro Monteiro – uma espécie de «pai» do SIS e seu director desde 1986 – começaram cedo. O afastamento só aconteceria em 1994, na sequência da espionagem do SIS a dois magistrados do Ministério Público da Madeira. Para o seu lugar, Dias Loureiro nomearia o seu amigo Daniel Sanches, ao mesmo tempo que remodelaria, também, a chefia da secreta militar, entregando-a ao seu conterrâneo e também amigo Lencastre Bernardo. Se o SIS já andava em bolandas com insinuações de práticas a favor do Governo, com a entrada de Sanches as acusações subiriam de tom, dada a proximidade – «cumplicidade», referem dois magistrados – entre o ministro e o novo director. Dentro do SIS, o ambiente deteriora-se, sobretudo após alegadas instruções para vigiar e identificar dinamizadores de *manifs* e protestos contra o Governo. Loureiro não se livra da fama de querer dossiês pormenorizados sobre figuras de vários quadrantes. «Muita gente lhe deve favores», atesta um magistrado ligado aos serviços de informações. Confrontado, reagiu sempre com indignados desmentidos.





PORTUGAL  
PERFIL



## Informação é poder

Em Fevereiro de 2001, poucos dias após ter sido nomeado administrador da SLN, Dias Loureiro convidou Daniel Sanches e Lencastre Bernardo para a *holding* do BPN. Ou seja, só dois dos maiores peritos nacionais em espionagem e informações. Segundo fonte judicial, eles «tiveram acesso aos mais valiosos segredos políticos, económicos e empresariais», enquanto estiveram à frente das secretas. O procurador-geral-adjunto Daniel Sanches larga a chefia do DCIAP, a unidade de elite do MP. «A informação que levo não me vai ser útil», disse, porém, Daniel Sanches quando abraçou o mundo dos negócios. À época, como hoje, vários colegas não ficaram convencidos. Na SLN, o magistrado foi administrador da Plêiade Investimentos, da ServiPlex e da Vsegur (segurança privada).

## A polémica do SIRESP...

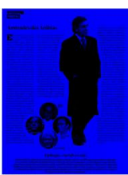
Foi também com a ajuda de Dias Loureiro que, em 2004, Daniel Sanches chegou a ministro, no Governo de Santana Lopes, com a tutela da Administração Interna. Três dias após a vitória de Sócrates, em 2005, estava o anterior Governo em mera gestão, Sanches adjudicou o negócio do Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) a um consórcio liderado pela SLN, para a qual trabalhara entre 2001 e 2004. O contrato deste sistema de comunicações entre as polícias era da ordem dos 540 milhões de euros. O Executivo PS renegociou novo contrato com a SLN, ficando o SIRESP por 485 milhões de euros.

Ao contrário dos administradores das entidades do consórcio, todos constituídos arguidos por suspeitas de tráfico de influências e participação económica em negócio, Sanches não foi sequer chamado como testemunha ao inquérito, que acabaria arquivado pelo Ministério Público, em Março deste ano. Entretanto, o papel de Dias Loureiro foi amplamente questionado. O ex-ministro justificou-se com o facto de presidir à Erickson, uma empresa concorrente da Motorola, parceira da SLN no negócio. Mas, fonte do caso SIRESP assegura que «a Motorola era, desde a altura de Loureiro no Governo, um grande fornecedor de material de comunicações ao MAI».

## ...e o caso OMNI

Em Dezembro de 2004, a compra de seis aviões Canadair para o combate aos incêndios florestais, decidida pelo Governo do PSD, constituiu mais um bom negócio para a SLN. A OMNI, do grupo de Dias Loureiro, representante exclusiva em Portugal daquelas aeronaves, já era responsável pelo aluguer de aviões à Protecção Civil. A decisão correspondeu a um contrato de 150 milhões de euros, assente num estudo pedido pelo MAI de Daniel Sanches a uma consultora, a Roland Berger. Pormenor relevante: a OMNI foi a única empresa do sector contactada no âmbito daquele estudo. Loureiro alegou desconhecimento de qualquer assunto relacionado com a OMNI. A mudança de Governo acabaria por bloquear o negócio, mas a posição dominante da SLN nesta área, e, em particular de Dias Loureiro, continuou sob suspeita. Em Setembro desse ano, Francisco Louçã acusou-o de promover um negócio assente na continuação dos incêndios. Loureiro apelidou o bloqueista de terrorista político e anunciou que o ia processar. Ainda hoje Louçã aguarda a notificação...





**PORTUGAL  
PERFIL**

# Amizades das Arábias

**E**m 2004, um livro editado em Espanha sobre o poder e a influência de Alejandro Agag, genro de Azna – *Los PPijos* – ligava Dias Loureiro a El-Assir, um libanês citado como «traficante de armas», que o ex-ministro convidou para o casamento da sua filha com o filho de Ferro Rodrigues, em Setembro de 2003. Apesar de reconhecer a amizade com o árabe, Loureiro não gostou de ser associado a El-Assir, tendo garantido publicamente que iria impedir a utilização do seu nome em futuras edições da obra. «Até ao dia de hoje, nenhum advogado contactou connosco ou com a nossa editora para que o nome de Dias Loureiro seja suprimido do livro», esclareceu à VISÃO Nacho Cardero, um dos autores. Mas quem é, afinal, El-Assir? Influente em círculos do bloco central espanhol, em 1994 pediu ao Governo do PP cerca de 10 milhões de pesetas para intermediar um contrato de fornecimento de armas a Marrocos, através de Fundos de Apoio ao Desenvolvimento. Além dos seus negócios de armas com o Egípto, a Somália e outros países, o árabe, cujos rendimentos circulam habitualmente por contas de diversos paraísos fiscais, foi relacionado com escândalos de enriquecimento ilícito e branqueamento de capitais, envolvendo

governantes da América Latina. Dono de mansões e estâncias de Inverno espalhadas pelo mundo, El-Assir foi sócio das famílias Bush e Bin Laden, em vários negócios. O saudita é citado nas hemerotecas como um dos maiores traficantes de armas do mundo. Por seu lado, El-Assir é amigo do Rei Juan Carlos, com quem já partilhou diversas caçadas e foi por seu intermédio que Dias Loureiro conheceu o monarca. Assir era, igualmente, próximo do Rei Hassan II, de Marrocos.

Neste país, Dias Loureiro foi administrador da REDAL, uma empresa de águas e energia eléctrica que acabaria na posse do grupo BPN, via Plêiade. A concessão, que resultou num



investimento de 250 milhões de contos, à época, e deu muito dinheiro a ganhar a Loureiro, segundo versão do próprio, não teria sido possível sem a ajuda e a influência do seu amigo, o ministro do Interior de Marrocos, Driss Basri, governante que morreu exilado em Paris após 25 anos de poder e depois de ser afastado por Mohammed VI do Governo marroquino. Este homem, que Dias Loureiro conheceu enquanto ministro da Administração Interna, com quem celebrou protocolos de Estado e visitava amiúde, foi processado por alegado genocídio de mais de 500 sarauis pelo juiz Baltazar Garzon, tendo deixado uma lista considerável – e em alguns casos, confessa – de tortura, assassinios, compra de votos e suborno de políticos. As imprensas francesa e marroquina garantem que nenhum negócio se fazia em Marrocos sem a sua bênção. Basri, a «Alcachofra», chegou, inclusive, a ser citado como portador de umas malas de «generosas contribuições» do Rei Hassan II para a campanha do ex-Presidente francês, Jacques Chirac, em cujo Governo se encontrava outro conhecido vértice deste triângulo de amizades: Charles Pasqua, ex-ministro do Interior, actualmente a ser julgado no processo *Angolagate* por alegado envolvimento no tráfico de armas para Angola, nos anos noventa.



DRISS BASRI

JUAN CARLOS

ALEJANDRO AGAG

BILL CLINTON

## Epílogo... ou talvez não

Dias Loureiro diz, após serem conhecidas as primeiras notícias sobre o caso BPN, que tem uma honra a defender. A sua versão é conhecida e pretende revelar o retrato de um homem que pouco ou nada sabia de comprometedor para o banco, apesar das suas funções na SLN, entre 2001 e 2005, onde ganhou, primeiro, 2 500 contos, e mais tarde 8 500 euros por mês «sem prémios de gestão». Já deu entrevistas sobre o tema, esclareceu o que queria, pediu para ir ao Parlamento. Afirmar ter uma vida transparente. Admite que os contactos na política lhe facilitaram os negócios. E só quer uma coisa: «Que tudo se esclareça.»




**PORTUGAL**  
**INVESTIGAÇÃO**

# Loureiro & Coelho SA

Uma empresa que gere fundos de investimento junta os dois homens-fortes do «bloco central»

POR CESALTINA PINTO\*

**D**ias Loureiro e Jorge Coelho são amigos de longa data. O primeiro é figura proeminente do PSD, o segundo do PS. Ambos já ocuparam as pastas da Administração Interna, nos respectivos governos. Actualmente, estão os dois retirados da vida política activa – embora continuem figuras de referência –, e os seus destinos cruzam-se nos negócios. A Valor Alternativo, que faz a gestão de activos e de fundos de investimento, conta com ambos na sua estrutura accionista.

É através da DL – Gestão e Consultoria – que o ex-ministro social-democrata dispõe, desde Agosto de 2007, de uma participação de 30,5% na Valor Alternativo. Manuel Dias Loureiro é o administrador único e único empregado da DL, que tem um capital social de 50 mil euros, e que, em 2007, facturou 1,5 milhões de euros e obteve lucros acima de um milhão.

Já Jorge Coelho detém naquela firma, desde Maio deste ano, uma participação de 7,5%, através da Congetmark – Consultoria, Estudos e Management Lda, empresa de serviços de consultoria na área da gestão, de que o ex-ministro e a filha são os únicos sócios. Em 2007, a Congetmark tinha oito funcionários, facturou 1,8 milhões de euros e obteve 800 mil euros de resultados líquidos.

«Foi Dias Loureiro quem me convidou para entrar no capital dessa empresa. Como já não tenho nenhuma actividade política, aceitei. É uma mera participação financeira. Se me recordo bem, investi 100 mil euros», explicou Jorge Coelho à VISÃO, frisando não fazer parte de qualquer órgão social de qualquer empresa, a não ser da Mota-Engil.

## OBJECTIVO: ANGOLA

Remonta a 2005 – ano em que começou a afastar-se do grupo SLN/BPN – a participação de Dias Loureiro na Valor Alternativo, primeiro como presidente do Conselho Consultivo, depois como *chairman* e accionista. A empresa, criada em Novembro de 2003 por Rui

Vilas (que trabalhou na sociedade corretora Fincor, entretanto vendida ao BPN), era uma mera consultora, mas, posteriormente, «evoluiu para a gestão de patrimónios» e, em Agosto de 2006, passou a sociedade gestora de fundos de investimento mobiliários (SGFIM). É o próprio Rui Vilas, presidente da comissão executiva (e detentor dos 62% do capital restante), a contar à VISÃO que a «necessidade de agregar valor» levou-o a abrir o capital a novos sócios. Foi ele quem convidou Dias Loureiro a presidir ao Conselho Consultivo da Valor Alternativo. A 18 Junho de 2007, o ex-ministro sobe a presidente do Conselho de Administração e, em Agosto seguinte, adquire 30,5% do capital.



De seguida, convidou Jorge Coelho a entrar também na estrutura accionista. Este aceitou, depois de «obter autorização do Banco de Portugal».

Por esta altura, a Valor Alternativo chegou a firmar um acordo com o Banco BIG para uma futura integração da sociedade gestora no banco. Dias Loureiro seria designado consultor do BIG. Mas de acordo com Rui Vilas, «o projecto não se concretizou devido a diferenças de perspectivas sobre o valor do negócio».

De 2006 para 2007, a gestora de activos registou um «crescimento apreciável». O lucro líquido ficou acima de um milhão de euros (mais 45% do que em 2006) e o valor das comissões cobradas passou para quase 2,8 milhões de euros (mais 34 por cento). É o próprio relatório de 2007, assinado por Dias Loureiro, que descreve o «crescimento exponencial dos activos sob aconselhamento», que se cifram em cerca de 250 milhões de euros, sendo que o montante global sob gestão e aconselhamento ultrapassa os 290 milhões de euros.

Para este ano, os planos previam o desenvolvimento da «consultoria institucional». E, claro, Angola. «Angola passou a ser um grande objectivo da nossa empresa. São várias as relações que estão em aberto com grandes investidores institucionais daquele país», adianta o relatório de gestão. Daí que a

**VALOR ALTERNATIVO**  
 É o nome da empresa em que Coelho e Loureiro são sócios, em Carnaxide (na foto). Um nome curioso para uma dupla *mainstream*

estimativa para este ano era chegar aos 500 milhões de euros de valor sob aconselhamento, para uma facturação global de 3,5 milhões de euros.

Atendendo a que mais de 90% da área de negócio provém do aconselhamento, e extrapolando o valor das comissões (acima de 1%), chega-se a um lucro provável de 5 milhões.

A Valor Alternativo gere, ainda, dois fundos de investimento, um mobiliário (onde, num grande leque de participações em empresas estrangeiras, há acções de empresas portuguesas como a Mota-Engil ou a Martifer) e outro imobiliário. Rita Marques Guedes, ex- assessora de Marques Mendes, ex-conselheira de Durão Barroso e ex-chefe de gabinete de José Luís Arnault, é também membro da administração. □

\* COM ANA LUÍSA BARROSO



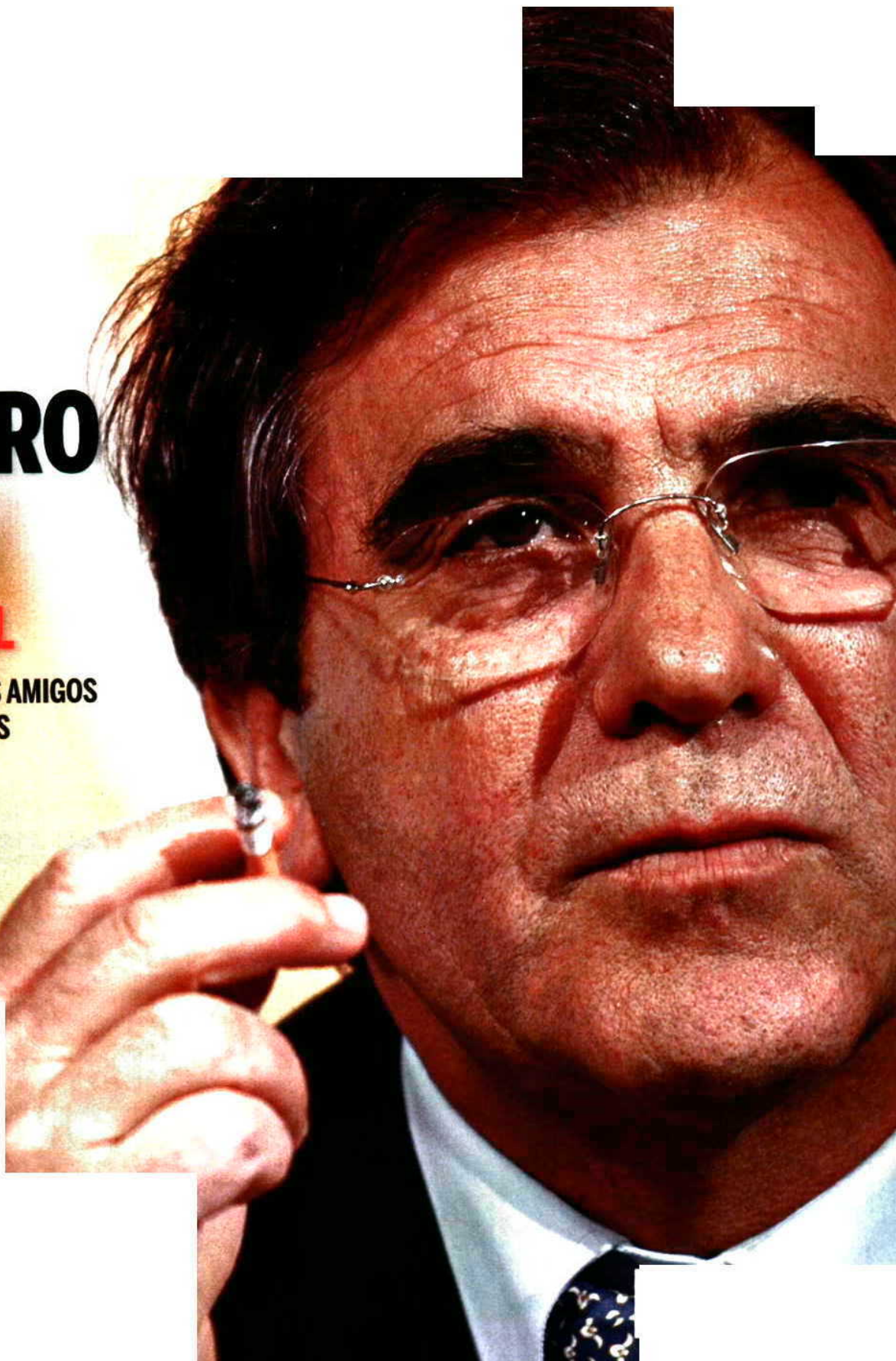


# DIAS LOUREIRO

## UM RETRATO DO PODER EM PORTUGAL

A VIDA, OS NEGÓCIOS, OS AMIGOS E AS LIGAÇÕES POLÍTICAS

- BLOCO CENTRAL DOS FUNDOS  
A sociedade gestora que partilha com Jorge Coelho dá pelo nome de **Valor Alternativo**







Portugal

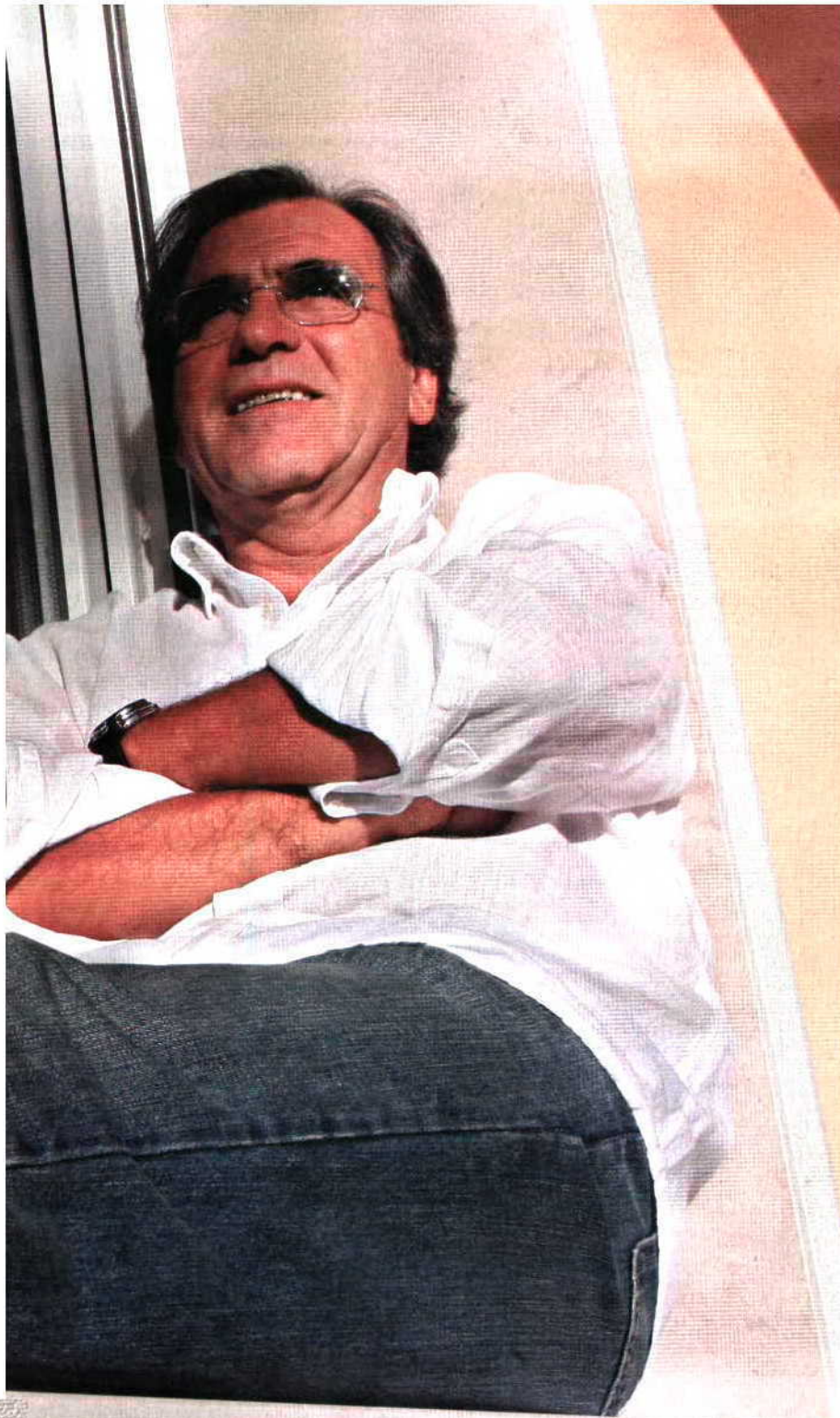
O ex-ministro  
e ex-administrador  
do BPN na sua casa  
no Monte Estoril

INVESTIGAÇÃO. OS SEGREDOS DA ASCENSÃO DE DIAS LOUREIRO

# COMO ELE ENRI

Em 1996, um ano depois de sair do governo de Cavaco Silva, ganhou 16 mil euros. Pouco tempo depois a empresa declarou um activo líquido de 10,4 milhões de euros. Hoje vive numa casa que custou





# QUECEU

depois, estava rico. No ano passado a sua  
2,5 milhões. Por **Vitor Matos** e **António José Vilela**

**U**ma das cantigas era a Pomba Branca, do madeirense Max, que se canta assim: “Fui criança e andei descalço, porque a terra me aquecia.” Manuel Dias Loureiro, o político e empresário, cantou-a no disco que gravou, há anos, com o advogado Daniel Proença de Carvalho e outros amigos, com quem ainda passa horas a tocar velhos êxitos radiofónicos. O disco, orquestrado por Thilo Krassman, foi distribuído pelos íntimos. A letra da canção era um exagero. Dias Loureiro foi criança, mas não descalça, em Aguiar da Beira. Não era dos mais pobres da terra, embora tenha sido criado com as dificuldades que sente uma família de comerciantes com sete filhos. Hoje, quase com 57 anos, está rico – em 2007 a sua empresa DL-Gestão e Consultoria declarou um capital próprio de 2,8 milhões de euros e um activo líquido de 10,4 milhões de euros –, e diz que a sua regra foi esta: “Não ter como objectivo enriquecer.”

Foi a suprema lição, que Manuel Dias Loureiro deu aos leitores do *Jornal de Negócios*, numa entrevista, em 2004, quando já estava milionário. Segundo consta na sua declaração de património, assinada a 6 de Abril de 2006, não tinha sequer dívidas à banca. O conselheiro de Estado e antigo accionista da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) – que detinha o Banco Português de Negócios (BPN) – ainda hoje não assume abertamente a fortuna acumulada. Usa um eufemismo e diz que vive bem. Mas não foi por evitar ser rico que hoje mora numa casa que comprou por cerca de 2,5 milhões de euros a uma ex-mulher de Jorge de Mello, no Monte Estoril.

“**ISTO É COMO NA POLÍTICA**”, explicou melhor Dias Loureiro. “Quem só está preocupado em ganhar votos, perde votos. Ganhar dinheiro, como ganhar votos, tem de ser consequência de coisas que se fazem bem feitas”. E o ex-ministro da Administração Interna de Cavaco Silva fez bem as coisas. Em 1995, quando saiu do último governo cavaquista, declarou ao fisco 57 mil euros. O ano seguinte representou uma pequena travessia no deserto. Sem emprego fixo – nunca teve patrões nem quis ter –, o advogado preencheu o IRS de 1996 declarando apenas 16 mil euros. Pouco depois, já ganhava milhões nos negócios, sem perder influência política. Uma década mais tarde, ao *Jornal de Negócios*, definiria assim um homem poderoso: “É alguém que tem um projecto, que tem a possibilidade de ▶





**PORTUGAL**

## Da política aos negócios

O ex-ministro de Cavaco Silva saiu do governo em 1995 a declarar ao fisco 57 mil euros de trabalho dependente. Em 2001, tinha 7,1 milhões de euros numa conta do BPN

**1979** Inscribe-se no PSD em Aguiar da Beira, Coimbra



**1985** Secretário-geral do PSD, vem viver para Lisboa. Compra casa em Sete Rios por 47.885 euros

**1989** Cavaco Silva nomeia-o ministro dos Assuntos Parlamentares. Compra uma vivenda na Rua Serpa Pinto, Estoril, por 187.050 euros

**1991** É nomeado ministro da Administração Interna

**1996** Regressa à advocacia. Ocupa uma sala no escritório de Proença de Carvalho. Quase não tem rendimentos, pois declara ao fisco apenas 16 mil euros de trabalho independente

**1996** Entra no final do ano na Plêiade de José Roquette, que tem sede no Restelo. Fica com uma stock option até 15% e parte dos lucros da holding

**1999** Assume o cargo de presidente da Ericsson Telecomunicações. A DL mantém-se sem actividade, pois não declara qualquer valor ao fisco

**2001** Passa a administrador da Ericsson Espanha. Tem 7,1 milhões de euros numa conta do BPN "à espera de aplicação". Acabara de vender as acções da SLN. A DL declara 202 mil euros de volume de negócios ao fisco

**Rendimentos** 243 mil euros de trabalho dependente e 618 mil euros de trabalho independente. Ainda declara quase 19 mil euros de pensões e 521 euros de rendimentos prediais

**2003** A DL declara 100 mil euros

**2005** É presidente do Conselho Fiscal da Fundação Champalimaud, presidente da Assembleia Geral da Alêtheia, onde tem 5 mil acções. A DL declara 225 mil euros e Dias Loureiro mais cerca de 290 mil euros pagos pela SLN, INAPAL e SPPM. Tem cerca de 300 mil euros em acções do Millennium e do BPN



**2007** Não declara ao fisco qualquer rendimento por trabalho dependente, mas cerca de 400 mil euros de partilhas e do exercício de consultoria na SPPM, INAPAL e Jerónimo Martins. A DL faz negócios de quase 1,6 milhões de euros. Tem um capital próprio de 2,8 milhões de euros e um activo líquido de 10,4 milhões de euros. Entre 2005 e 2007, a empresa unipessoal de Dias Loureiro (a filha Ana Catarina é o administrador suplente e a mulher Maria de Fátima era a presidente da Assembleia Geral) factura mais 534%



**1981** Pinto Balsemão nomeia-o, aos 29 anos, governador civil de Coimbra. Ganhava 200 euros.

**1988** Abandona a advocacia

**1990** É eleito vice-presidente da Comissão Política Nacional do PSD (até 1996)

**1995** No último ano de governo cavaquista apresenta ao fisco um rendimento de 57 mil euros



**1998** É presidente da empresa marroquina Redal (até 2002). A Plêiade, EDP e a Dragados fazem investimento de 1.261.958.680 euros no sector da água e saneamento básico. Constitui na sede da própria casa a DL - Gestão e Consultadoria, SA, com um capital social de 50 mil euros

**2000** José Roquette vende a Plêiade à SLN. O negócio é de 54,8 milhões de euros e Loureiro fica com 8,2 milhões de euros. É nomeado administrador da SLN, SGPS, SA. A DL declara 124 mil euros de volume de negócios

**2002** É eleito deputado pelo PSD. Barroso convida-o para os Negócios Estrangeiros, mas mantém-se na Ericsson e passa a administrador não executivo da SLN. A DL declara 1,5 milhões de euros de volume de negócios

**2004** É nomeado presidente do Conselho de Administração da SPPM, Sociedade Portuguesa de Pintura e Módulos para a Indústria Automóvel, SA, uma empresa criada nesse ano pela INAPAL (universo SLN) e pelos espanhóis da Peguform Ibérica. Entra no grupo Jerónimo Martins, onde passa a presidir à Assembleia Geral

**Rendimentos** 288 mil euros de trabalho dependente: INAPAL, SPPM, SLN/BPN. A DL declara cerca de 100 mil euros ao fisco

**2006** Cavaco Silva nomeia-o conselheiro de Estado. Passa a presidir à Valor Alternativo, Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários. Compra moradia no Estoril por 2,5 milhões de euros



**Rendimentos** Declara 320 mil euros que recebeu da DL - Gestão e da Câmara Municipal de Aguiar da Beira. A DL sobe a fatura de negócios para os 1,4 milhões de euros

### Junta-se a Proença de Carvalho, Rui Veloso e Katia Guerreiro em serões musicais

► ordenar os meios, e que sabe ordenar os meios, para atingir o objectivo." Ou seja, fazer as coisas bem feitas.

O lema do seu tio-avô padre, "faz bem o que fizeres", era a máxima, em latim, que o sobrinho-neto lia sempre que se aproximava da secretária do pároco. Quando se afastou da política, estava desgastado, mas não no banco. Mantivera as poupanças. Tinha jogado e ganho dinheiro na euforia bolsista dos anos 80, ao aplicar uma parte da herança do sogro, um abastado proprietário de Dornelas que lhe tinha oferecido o primeiro carro, um Toyota, logo após o casamento com a filha, Maria de Fátima Varandas. Os anos de maioria do PSD tinham-lhe dado estatuto. Passara de um modesto apartamento em Sete Rios para uma vivenda no Estoril que lhe custou 37.500 contos (cerca de 187 mil euros) e na qual gastou dezenas de milhares de contos em obras de beneficiação, com a ajuda da decoradora Graça Viterbo.

Hoje, entra-se na sua casa elegante do Monte Estoril - onde vive há pouco mais de dois anos - por um hall onde estão expostos dois quadros de pintores conceituados: à direita, uma tourada de Pinto-Coelho; na parede da frente, uma abstracção de José de Guimarães. A beleza de outros quadros convive no resto da casa com objectos que produzem mais arte. Na sala, o piano não é uma peça decorativa para suportar as fotografias da família; a guitarra eléctrica preta que descansa num suporte junto à televisão não é um enfeite. Os instrumentos são para tocar quando se junta com os amigos: a fadista Katia Guerreiro, Rui Veloso e o advogado Daniel Proença de Carvalho são presenças assíduas. Ou amigos de Coimbra, como o médico Luís Sá Pereira (que canta) ou o gestor José Manuel Pedrosa (que toca piano). Outro todo-poderoso, um amigo como se fosse irmão, o socialista Jorge Coelho, pode aparecer lá por casa com a mulher (que também canta), enquanto o "Manel" desfia fados e boleros ao microfone.

**DANIEL PROENÇA DE CARVALHO** é uma peça importante na vida de Dias Loureiro. Quando o social-democrata saiu do governo, deixou-o ocupar uma sala no seu escritório de advogados para fazer consultoria jurídica. Nesse ano, apareceu-lhe José Roquette com uma proposta tentadora. Convidou-o e deu-lhe a grande oportunidade de brilhar nos ne-





SÉRGIO LEMOS/CM

gócios. O empresário garantiu-lhe *stock options* de 15%, repartição dos lucros em 7% e um salário principesco na Pléiade, SGPS, uma sociedade anónima criada em 1992 pelo em-

## A casa que comprou no Monte Estoril custou-lhe em 2006 cerca de 2,5 milhões de euros

presário e com sede numa moradia luxuosa da Avenida do Restelo, em Lisboa.

Já as iniciais "DL" dizem tudo: é a empresa de um homem só. Em Julho de 1998, o re-

gisto da DL, Gestão e Consultadoria, SA, foi a sequência lógica para uma nova vida de empresário, consultor e gestor. Fundada com um capital social de 50 mil euros, a empresa tardou a dar frutos, uma vez que esteve sem actividade até 2000, o ano em que registou os primeiros 124 mil euros de negócios declarados ao fisco. A situação não o terá preocupado, já que ia somando vitórias.

O exemplo mais mediático aconteceu quando concretizou um negócio que prometia fazer história em Rabat, Marrocos. Os ministros socialistas Jorge Coelho e Pina

### Define Jorge Coelho, do PS, como um irmão. Ajudou-o quando o amigo esteve doente

Moura assistiram à assinatura do contrato histórico. Era um investimento de 253 milhões de contos. Assim nasceu a Redal, uma empresa que resultou da associação da Pléiade, EDP e dos espanhóis da Urbaser (filial da construtora Dragados). A sociedade ganhara a construção e a concessão por 30 anos da exploração da rede de água, saneamento e energia eléctrica na capital marroquina. Dias Loureiro era o presidente da Redal. Até 2002, altura em que a EDP saiu do negócio porque se desentendeu com o parceiro espanhol, ►





## Dias Loureiro nunca quis ter patrões: Cavaco Silva foi dos poucos chefes que aceitou

foi-me dito que não as podia desempenhar dada a minha inexperiência no sector. Com algum desagrado, acabei por ir para uma empresa que não conhecia.” A presença de Daniel Sanches, que também seria ministro da Administração Interna no governo de Santana Lopes, gerou mal-estar na SLN. Vinha da espionagem – e isso é um estigma. Dias Loureiro também gerava desconfianças: “A entrada dele nunca foi muito bem vista por outros administradores”, diz Sanches.

Quando outros accionistas quiseram vender a Redal em Marrocos, mais uma vez Dias Loureiro usou a sua influência e conhecimentos. Para conseguir a autorização necessária dos marroquinos e, mais tarde, vender a empresa aos franceses da Vivendi, travou conhecimento com o libanês Abdul Rahman El-Assir – que vivia em Espanha. Na entrevista à RTP, referiu apenas “um árabe”. Foi na casa de El-Assir que conheceu o Rei de Espanha, com quem chegou a participar em caçadas, e o ex-Presidente norte-americano Bill Clinton.

Em 2005, porém, El-Assir foi descrito no livro *Los PPijos* (sobre a nova geração do PP espanhol que gravitava em volta de Alejandro Agag, genro de José María Aznar) como “traficante de armas” e Dias Loureiro apareceu citado como sócio do libanês. O português afirmou ao *Público*, em Fevereiro de 2005, que ia impedir que em futuras edições o seu nome continuasse a constar como “sócio”. Mas contactado pela SÁBADO, Nacho Cardero, um dos autores, diz que nunca teve notícia de qualquer iniciativa de Dias Loureiro nesse sentido. O livro também não foi reeditado.

Quando o polémico livro saiu em Espanha, Alejandro Agag também já tinha passado pelo universo do BPN. Dias Loureiro tratou da contratação do genro do seu amigo Aznar, visita de casa do ex-ministro português. Três meses depois de contratar o espanhol, Dias Loureiro deixou de ser administrador executivo da SLN. No total, não passou mais de um ano e meio num cargo executivo na SLN. Mas continuou ligado ao grupo. Como administrador não executivo, ainda tentou que a Caixa Galicia entrasse no grupo, mas Oliveira Costa opôs-se. Outros accionistas tiveram medo de que, como Dias Loureiro mediava o negócio, pas-

▶ viajou de avião vezes sem conta para Marrocos.

São os anos de ouro do empresário Dias Loureiro. Alterna o trabalho com a caça ou o golfe. Levanta-se cedo, mas dorme uma pequena sesta depois do almoço. Hoje caça menos e joga mais golfe, sobretudo nos Olivavos, clube na Quinta da Marinha. Um três vezes por semana, está no *green* às 7h30 ou 8h a fazer nove buracos, para depois tomar duche e ir trabalhar. Aos fins-de-semana, joga com mais calma e a partida pode estar sujeita a apostas.

Em 1999 assumiu a presidência da Ericsson Telecomunicações, o primeiro passo para chegar a administrador, em 2002, da Ericsson Espanha. Pelo meio, deu-se a entrada na Sociedade Lusa de Negócios – que controla a gestão do BPN –, liderada pelo colega de governo cavaquista, o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais Oliveira Costa.

**ROQUETTE QUISERA** deixar a Plêiade e tentou convencer o sócio: “Manel, estou cansado, tenho esta idade, porque não compra...?” Dias Loureiro respondeu que não tinha dinheiro e contou na entrevista à RTP que se lembrou de Oliveira Costa. Propôs que o presidente da SLN/BPN comprasse metade, que ele havia de comprar o resto, mas a SLN acabou por comprar tudo, num negócio de 11 milhões de contos (54,8 milhões de euros). Dias Loureiro encaixou 8,2 milhões de euros e aplicou 5 milhões de euros na SLN.

Logo em 2001, o ex-ministro convidou gente da sua inteira confiança. Primeiro, o magistrado Daniel Sanches, o seu ex-director do SIS e que então dirigia o Departamento

Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), o órgão do Ministério Público que agora investiga quatro processos-crime contra o BPN. O segundo foi Lencastre Bernardo, também seu ex-director no Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e velho amigo.

## Dias Loureiro encaixou mais de 8 milhões de euros com a venda da Plêiade a Oliveira Costa

“Demorei uns 15 dias a pensar”, diz Daniel Sanches à SÁBADO. O magistrado deveria chefiar a auditoria do banco: “Depois, quando cheguei e se pôs o problema das funções,

### Loureiro em privado

OS AMIGOS DEFINEM-NO COMO O MAIOR CONTADOR DE ANEDOTAS QUE CONHECEM

**O VÍCIO.** Já tentou, mas não consegue deixar de fumar.

**A ARTE.** Toca viola, canta com os amigos e adora livros de História ou romances como *As Benevolentes*.

**OS CARROS.** Já teve um BMW, um Jaguar e um Porsche Cayenne S.

**HOBBIES.** Joga golfe, caça e cozinha para os amigos: pato assado, o bacalhau da mãe. Inventa receitas.







Dias Loureiro é amigo do Rei de Espanha. Conheceu-o em casa de um polémico libanês



O golfe é a sua grande paixão. O espanhol José Maria Aznar é um amigo próximo. Já jantou em privado e jogou golfe com Bill Clinton

## Perguntas por fazer

AS QUESTÕES QUE A ENTREVISTA DE DIAS LOUREIRO À RTP CONTINUA A SUSCITAR



**OLIVEIRA COSTA.** Tinha grande currículo na banca. Mas não sabia que no PSD ele tinha fama de usar o fisco como arma política para anular adversários?

**BANCO DE PORTUGAL.** Em que versão acreditar? Na de António Marta, vice-governador (que diz que o ex-ministro tentou aligeirar a vigilância sobre o BPN), ou em Dias Loureiro (que alega ter ido pedir ao Banco de Portugal para ter mais atenção ao BPN)?

**CONFIANÇA.** Se sentia o desconforto que o levou a pedir a reunião no BP, como confiava nas explicações de Oliveira Costa sobre as contas das empresas de Porto Rico sem mais questionar?

**CONTRATAÇÃO.** Se Oliveira Costa faltou à palavra quanto à contratação de Daniel Sanches, que confiança tinha nele para interceder pela contratação de Alexandre Agag, genro de Aznar?

**PODER.** Como é que a um homem tão influente e bem informado escapou tudo o que se passava?

▶ sasse a ser ele a dominar o grupo. Foi durante os anos da ligação à SLN que a sua empresa de consultoria começou a prosperar. Em 2001, o volume de negócios declarado foi de 202 mil euros declarados; em 2002 passou para 1,5 milhões de euros.

Conduziu um Jaguar XKR e teve um jipe BMW que levava para a caça. O socialista Manuel Alegre, amigo dos tempos da Académica de Coimbra, costuma ser um companheiro nos tiros às perdizes e parceiro de convívios. “Ele é um extraordinário contador de anedotas, dos melhores que conheço”, diz à SÁBADO o deputado do PS. “Conta muitas em espanhol, fala em espanhol e mete personagens espanholas nas histórias.” Este ano, só caçaram juntos uma vez na zona de Mértola. “Ultimamente estava a atirar bem”, refere o socialista.

### ATIRADOR RAZOÁVEL com a

sua arma de canos justapostos, com um swing equilibrado no golfe e um handicap que ronda o 10, Dias Loureiro nem sempre acerta o tiro ou a tacada. No caso do BPN, o seu voluntarismo em prestar declarações numa comissão parlamentar e depois a entrevista a Judite de Sousa, na RTP, geraram ainda mais atenção por parte dos media. E isso tem-no deixado exasperado. Foi, pelo menos, esse o argumento que usou para não falar à SÁBADO.

Enquanto se manteve como administrador não executivo da SLN, tomou conta da SPPM – Sociedade Portuguesa de Pintura e Módulos para a Indústria Automóvel, uma socie-

dade anónima criada em meados de 2004. Foi ele quem fez a ligação entre uma empresa do universo SLN, a Inapal Plásticos, SA, e a espanhola Peguform Ibérica, SL. Apresentaram um projecto de investimento de 19,2 milhões de euros à Agência Portuguesa para o Investimento. A ideia era candidatar-se a benefícios fiscais para uma fábrica de componentes em Palmela. Uma empresa que tinha em vista um cliente privilegiado: a Autoeuropa. Dias Loureiro manteve-se como presidente da SPPM durante pouco mais de um ano. Na prática, o ex-homem forte do PSD esteve na liderança da empresa até finais de 2005, poucos meses depois da resolução do Conselho de Ministros que reconheceu

## Em 2001, a sua empresa de consultoria teve um volume de negócios de 1,5 milhões de euros

que o projecto – e os 191 postos de trabalho que daí adviriam – preenchia os requisitos legais para ser apoiado pelo Estado português. O novo Governo socialista, pela mão de José Sócrates, assinou a resolução a 25 de Agosto e a SPPM ficou, entre outros benefícios fiscais, com “uma majoração de 4% [IIRC] pela relevância excepcional do projecto para a economia nacional”. Em 2007, a SPPM fez negócios de 13,8 milhões de euros (mais 73% do que em 2006), mas ainda deu um prejuízo de 7,7 milhões de euros. Em 2008, Dias Loureiro surgiu a apresentar a biografia de José Sócrates – *O Menino de Ouro do PS* –, escrita pela jornalista Eduarda Maio. ●



### O BPN em Ílhavo

■ O polémico projecto da Marina da Barra, que foi defendido durante anos pelo presidente da Câmara de Ílhavo, Ribau Esteves, do PSD, e foi chumbado pelo então secretário de Estado do Ambiente, José Eduardo Martins, também do PSD, pertencia a que universo? Ao do BPN, com a construtora dos irmãos Cavaço (nenhuma relação com Cavaço Silva), accionistas do banco, que já tinham dado prejuízo ao grupo SLN com a construção da Marina de Albufeira.





# Constâncio suspeita de branqueamento de capitais no BPN

**BANCO DE PORTUGAL** tem seis processos de contra-ordenação em curso. Em dois deles encontram-se arguidos ex-gestores da SLN.

Lúgia Simões  
lsimoes@economicasgpps.com

O Banco de Portugal (BdP) tem em curso seis processos relacionados com o Banco Português de Negócios (BPN) com base em indícios de branqueamento de capitais, prestação de informações falsas e violação do dever de informação, falsificação de contabilidade e incumprimento de regras contabilísticas. Esta informação acaba de ser prestada pelo governador do banco central à comissão parlamentar de Orçamento e Finanças, através de uma carta a que o Diário Económico teve acesso. Todos os processos foram instaurados em 2008 e em dois deles são arguidos ex-administradores da SLN SGPS, não tendo Vítor Constâncio revelado os nomes aos deputados.

“Estão em curso no Banco de Portugal seis processos de contra-ordenação nos quais é arguido o Banco Português de Negócios, isoladamente ou em conjunto com outras pessoas ou entidades ligadas ao grupo SLN”, lê-se na carta que chegou às mãos dos deputados da Assembleia da República na passada terça-feira. Quase um mês depois de a comissão ter solicitado ao Governador do Banco de Portugal informação sobre a existência de algum processo de averiguações ou contra-ordenação pendente ou em curso relativamente ao BPN ou aos seus responsáveis.

Os elementos solicitados pelo ofício, datado de 4 de Novembro, são agora revelados (ver caixa), tendo o regulador avançado que nos dois

*O BdP desvenda assim, pela primeira vez de forma oficial, os crimes que poderão estar em causa nas suas investigações sobre o BPN.*

processos instaurados em Junho deste ano, sobre indícios de informações falsas e de falsificação de contabilidade “se encontram conjuntamente arguidos ex-administradores da SLN-SGPS”.

Estes seis processos de que o BdP dá conta juntamente a outros quatro relacionados com o BPN que o procurador-geral da República (PGR), Pinto Monteiro, já adiantou estarem a correr no Ministério Público, dois dos quais integrados na Operação Furacão e que vêm de 2005. Dos outros dois, um teve origem na queixa de Vítor Constâncio ao PGR e o outro corre no Departamento Central de Investigação e Acção Penal, na sequência de queixa do antigo presidente do banco, Miguel Cadilhe que, no final de Outubro, denunciou ao Ministério Público vários crimes financeiros. Estes foram detetados nas auditorias externas a todo o grupo mandadas realizar em Junho pelo antigo ministro das Finanças.

Em 2007, quando o Banco de Portugal começou a ter dificuldades em identificar os beneficiários de veículos ‘off-shore’ que tinham recebido créditos do BPN, o banco central tentou obter informações junto de Oliveira Costa, mas sem êxito.

Em Junho deste ano, o supervisor obteve de Abdool Vakil, que sucedeu a Oliveira Costa na presidência do banco, um relato escrito das várias ilicitudes praticadas pelas equipas de gestão do BPN (recepção ilegal de depósitos, burla informática, insolvência dolosa, infidelidade comercial, favorecimento de credores e burla qualificada). ■

## Cronologia

### 12 Fev. 2008

Processo instaurado com fundamento em indícios de violação de normas preventivas de utilização do sistema financeiro para o branqueamento de capitais.

### 12 Fev. 2008

Processo instaurado com base em indícios de branqueamento de capitais e de violação do dever de informação ao Banco de Portugal.

### 3 Jun. 2008

Processo instaurado com base em prestação de informações falsas, ou de informações equiparadas a informações falsas.

### 9 Jun. 2008

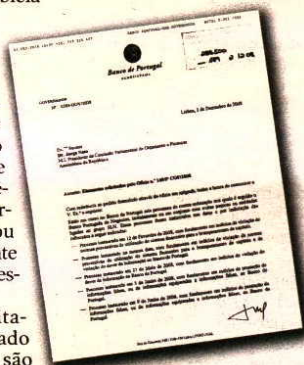
Processo instaurado com base em prestação de informações falsas, ou de informações equiparadas a informações falsas.

### 17 Jun. 2008

Processo instaurado com fundamento em indícios de prestação de informações falsas, ou de informações equiparadas a informações falsas, de falsificação de contabilidade, de inobservância de regras contabilísticas e de violação de normas registrais.

## BPN NO RADAR DO BANCO CENTRAL

Apesar do Banco de Portugal não divulgar os nomes dos dois antigos gestores da SLN sobre os quais recaem processos de contra-ordenação por indícios de branqueamento de capitais, é inevitável dissociar estas notícias dos motivos que levaram à recente detenção do antigo presidente do BPN. Sobre Oliveira Costa recaem várias suspeitas, entre elas o branqueamento de capitais.



A carta que Constâncio enviou ao parlamento, descrevendo os indícios no BPN

## PSD quer ouvir Deloitte, Dias Loureiro e Oliveira e Costa

■ O PSD admite a audição de responsáveis da auditora Deloitte no âmbito da comissão de inquérito sobre o caso BPN. A lista de personalidades a ouvir ainda não está fechada, mas fonte parlamentar admitiu ao Diário Económico que poderá abranger uma dezena de pessoas, sendo que alguns nomes são consensuais face aos que o PS também quer ouvir. É o caso de Dias Loureiro, ex-administrador da SLN, cuja audição o deputado do PSD Hugo Velosa já admitiu que a sua bancada não se iria opor. Já quanto a Oliveira Costa, outro ex-governante do PSD que está em prisão preventiva por suspeita de burla qualificada, fraude fiscal qualificada e branqueamento de capitais, entre outros ilícitos, os social-democratas admitem a sua audição se “não existirem objecções legais”. A este deverão juntar-se os nomes de José Augusto de Oliveira Costa, também antigo administrador do Grupo SLN/BPN, dos ex-gestores do BPN, Miguel Cadilhe e Abdool Karim Vakil, e do presidente do Conselho Superior da SLN, Rui Machete.





João Paulo Dias



## SLN só não vende o Grupo Português de Saúde

**Francisco Ferreira da Silva**  
francis@economicasqps.com

O Grupo Português de Saúde é a única empresa da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) que não está à venda, referiu à Lusa Alberto Figueiredo. Accionista do grupo, foi um dos membros do conselho superior do grupo que ontem aprovaram por unanimidade as "Opções Estratégicas" apresentadas pelo conselho de administração, liderado por Miguel Cadilhe.

*Alienações e parcerias fazem parte das opções estratégicas para o 'turnaround' da SLN a apresentar à assembleia geral de dia 18.*

lhe. O documento, que será submetido à assembleia geral do próximo dia 18, aponta como caminho "fazer parcerias e tentar o 'turnaround' de parte do grupo, alienar as restantes actividades e destinar receita das vendas à redução de passivos". A administração da SLN já aprovava, conforme o Diário Económico noticiou, sete alienações, entre as quais as empresas de vinhos Raposeira, Tapada do Chaves e Murganheira,

bem como as empresas de 'software' do grupo, prevendo, até ao fim do ano, um encaixe entre 20 e 30 milhões de euros. A Real Seguros também deverá ser vendida até ao final do ano. À saída da reunião de

**Miguel Cadilhe**, presidente da SLN



ontem, que decorreu no Europarque, em Santa Maria da Feira, Miguel Cadilhe disse ter a sua opinião formada relativamente às áreas de negócio do grupo SLN que vale a pena manter e as que vale a pena alienar, mas remeteu a decisão final para a reunião geral de accionistas que vai realizar-se, dentro de 15 dias, no Hotel Tiara Park

Atlantic, em Lisboa. Em declarações às televisões, Miguel Cadilhe afirmou ainda que os pressupostos que presidiram à decisão de aumentar o capital da SLN em cerca de 300 milhões de euros se alteraram entre Julho e a actualidade, pelo que, apesar de ser matéria para os accionistas decidirem, existem, em sua opinião, fundamentos jurídicos para não se realizarem as duas tranches de 100 milhões de euros ainda por efectuar. ■



# Constâncio investiga branqueamento de capitais no BPN

HOJE  
**Arguidos**  
Ex-gestores da SLN  
são arguidos  
nos processos do  
banco central



Vitor  
Constâncio,  
governador  
do Banco  
de Portugal

**O BANCO DE PORTUGAL TEM SEIS PROCESSOS A DECORRER CONTRA O BPN E HÁ VÁRIOS EX-GESTORES DA SLN ARGUIDOS.**

Numa carta ao Parlamento, a que o Diário Económico teve acesso, o governador do banco central esclarece que há seis processos de contra-ordenação contra o BPN, com base em indícios de branqueamento de capitais, prestação de informação falsa e falsificação de contabilidade. **P30**





## PROCESSO

# Daniel Sanches vítima de "cerco" para não voltar ao MP

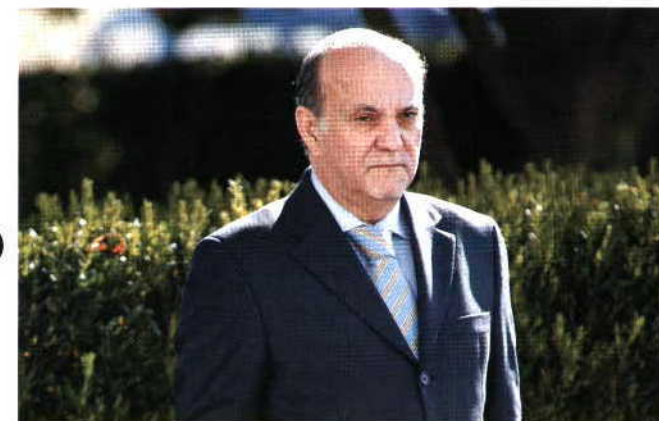
O ex-ministro e ex-director do SIS queria deixar a SLN e voltar à magistratura, mas as investigações ao BPN estão a condicioná-lo

■ Daniel Sanches planeava voltar à carreira no Ministério Público (MP), mas o processo BPN/SLN está a condicioná-lo. "Agora que queria regressar há outro processo. Sempre que manifesto esse interesse acontece isto...", desabafa à SÁBADO o ex-ministro da Administração Interna e antigo director do SIS. "Acho que há quem não queira que eu volte à magistratura...", diz, referindo-se a notícias com fontes anónimas que o desaconselham a retomar a carreira.

O magistrado que criou o De-

partamento Central de Investigação e Acção Penal é hoje administrador de uma empresa vinícola da Partinvest, da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que detém o BPN, cuja gestão está a ser investigada.

Não é a primeira vez que Sanches tenta regressar às origens. "Quando saí do Governo [2005], tinha falado um mês antes com o PGR, Souto de Moura, a quem disse que depois de umas férias ia meter os papéis para voltar." Só que decorria uma investigação, entretanto arquivada, a um



"Acho que há quem não queira que eu volte à magistratura", desabafa

contrato de milhões que Sanches adjudicara como ministro: o SI-RESP, o novo sistema integrado de comunicações das forças de segurança, atribuído, embora provisoriamente, ao consórcio da SLN, dias antes de o Governo PS entrar. "Foi por se começar a falar deste processo, conduzido pelo MP, que não voltei", diz à SÁBADO.

Em 2001, Daniel Sanches fora convidado por Dias Loureiro para a SLN e contratado para dirigir a auditoria interna do BPN, mas não chegou a exercer. "Quando

cheguei ao banco e se pôs o problema das funções, disseram que não podia desempenhá-las dada a minha inexperiência no sector", conta. Mas já não podia voltar atrás: "Para me desvincular tinha pedido licença de longa duração, que depois de concedida tem de durar pelo menos um ano."

"Estou numa situação em que qualquer dia estou impedido de trabalhar, isto é um cerco. Enquanto o ruído estiver no ar não será bom voltar", afirma. ●

Vitor Matos



### **BPN. Comissão formalizada amanhã**

O Parlamento deverá aprovar amanhã um texto dos vários grupos parlamentares para a realização de um inquérito parlamentar ao caso BPN, com o PCP a propor que se investigue também o apoio financeiro ao BPP.





## BPN Dias Loureiro é testemunha

● Dias Loureiro e Daniel Sanches serão ouvidos como testemunhas no âmbito do processo de tentativa de extorsão ao ex-presidente do BPN, entretanto detido. Oliveira e Costa deverá ser ouvido também como testemunha a 17 de Dezembro, noticiou a TVI. O Parlamento deve aprovar amanhã um texto conjunto sobre o inquérito parlamentar.

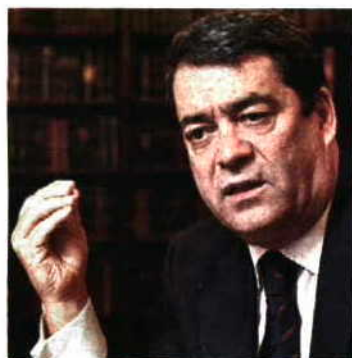


## DISCURSO DIRECTO



ANTÓNIO MARINHO E PINTO Bastonário da Ordem dos Advogados

# “É clara a associação criminosa no caso do BPN”



● JOÃO C. RODRIGUES

## Correio da Manhã – Qual é a sua opinião em relação ao caso BPN?

**António Marinho Pinto** – Julgo que é revelador do estado de degradação a que chegou a nossa democracia e a fiscalização sobre as instituições financeiras. Como é possível levar em frente uma burla tão gigantesca, na ordem dos mil milhões de euros, e os mecanismos de supervisão e repressão não terem funcionado?

## – De quem é a responsabilidade desta situação?

– Dos dirigentes políticos, mas também do povo português que não contesta a sua actuação ao longo dos anos. Em Portugal, há um défice de cidadania e de responsabilização dos líderes políticos.

## – Que consequências traz ao País a questão do BPN?

– Primeiro, mostra o descrédito de quem tem de conduzir os destinos de Portugal. Depois, mostra que determinadas entidades sentem que tudo é possível fazer. É incrível o sentimento de impunidade com que agem. Mas isso é porque as consequências não são dissuasoras.

## – Explique melhor.

– As leis que existem são suficientes, mas falta investigação e supervisão. Basta ver quem acaba por ser punido nestes casos. É claro que em Portugal existem duas justiças: uma severa e rigorosa para os pobres e outra permeável e bajuladora para os ricos e poderosos. Quem tem poder não presta contas e os mecanismos de controlo actuam de forma a que os prevaricadores sintam que vale a pena tentar a sorte.

## – Oliveira e Costa é o único culpado?

– Não sei se é culpado ou inocente, mas sei que uma burla desta dimensão, na ordem dos mil milhões de euros, feita nas barbas dos órgãos que tinham a obrigação de a detectar, não é obra de um homem só. Há claramente uma situação de associação criminosa na gestão do BPN. ■



# BPN e BPP

## deram 48,8 milhões aos seus accionistas

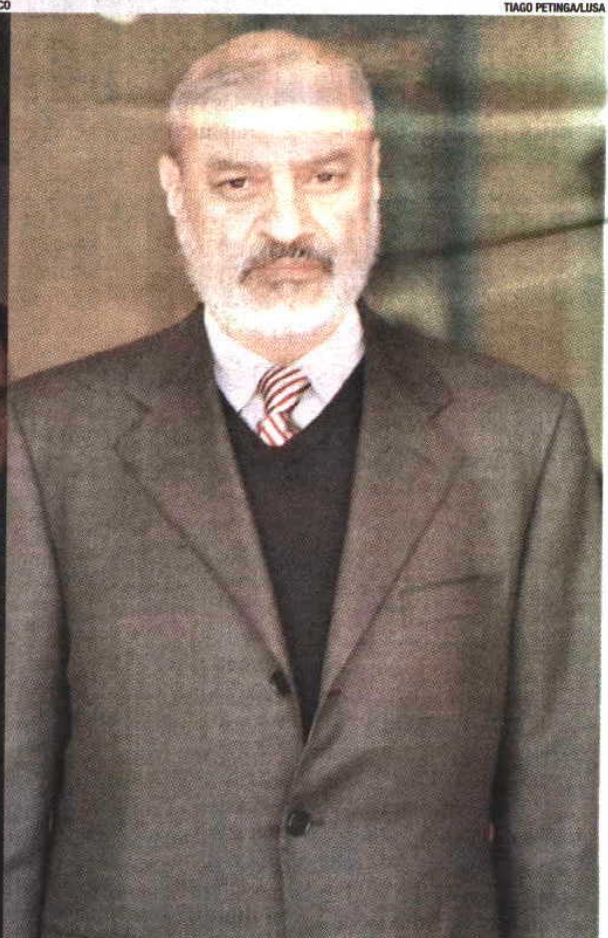
BANCOS EM DIFICULDADES SOMARAM LUCROS ENTRE 2002 E 2007

Em seis anos, entre 2002 e 2007, os dois bancos que tiveram agora de ser salvos lucraram 351,5 milhões de euros. Uma parte deste lucro foi distribuída pelos accionistas

Texto • Luis Maneta

**E**nquanto foi a somar, o Banco Português de Negócios e o Banco Privado Português fartaram-se de dar dinheiro aos accionistas. Só no ano passado, os donos dos dois bancos foram contemplados com dividendos no valor de 48,8 milhões de euros, de acordo com os relatórios de contas das duas instituições.

Longe das dificuldades sentidas este ano, os lucros do negócio foram suficientes para premiar os accionistas. Os donos do BPN receberam 36,7 milhões de euros. Os do BPP ficaram com 12,1 milhões em dividendos. O relatório de contas deste último



**João Rendeiro (à esquerda) recebeu em 2007 1,64 milhões de euros em dividendos do BPP. No BPN, Abdool Vakíl (à direita) substituiu Oliveira e Costa na presidência e quando apresentou as contas revelou quedas nos lucros**

banco refere, no entanto, que desde 2000 os lucros obtidos permitiram entregar mais de 37,7 milhões de euros aos accionistas.

A tudo isto somam-se as

remunerações dos órgãos sociais. Só no BPP, os quatro administradores executivos (incluindo o presidente, João Rendeiro) levaram para casa, em 2007, um salário de

cerca de 1 milhão de euros (200 mil contos).

Já no Banco Português de Negócios, as remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização atingiram os 2,8 mi-

lhões de euros o ano passado. Oliveira e Costa, actualmente detido na cadeia anexa à PJ de Lisboa, receberia cerca de 500 mil euros por ano, a que acrescentava uma





ID: 22999597

04-12-2008

Como foi o dinheiro dividido

BPP

O presidente do BPP, João Rendeiro, é o maior accionista desta instituição, controlando 13,57% do capital através da Joma Advisers. A distribuição de dividendos de 2007 corresponde a ele a 1,64 milhões de euros. Já Francisco Pinto Balsemão tem 6,45% do capital, a que terão correspondido cerca de 780 mil euros em dividendos. Stefano Saviotti e a família Vaz Guedes surgem com participações quase idênticas, representando 6,33 e 5,43% do banco, respectivamente.

BPN

Em 2007, o BPN distribuiu dividendos no valor de 36,7 milhões de euros. Com 3,9% do banco, Oliveira e Costa teve direito a cerca de 1,4 milhões. Mas como a principal accionista do banco (antes da nacionalização) era a Sociedade Lusa de Negócios, e como Oliveira e Costa também é accionista desta empresa, terá ainda amealhado mais alguns milhares de euros.

Entre os accionistas de referência do BPN inclui-se o dono do "Sol", Joaquim Coimbra, que também tem ligações ao BPP.

pensão de 3 mil euros mensais paga pelo Banco de Portugal, onde trabalhou durante cerca de 30 anos.

Os documentos, consultados pelo 24horas, revelam

Quanto eles renderam

Resultados líquidos (milhões de euros)

BPN	BPP
2007 46,9 <sup>1</sup>	2007 24,4 <sup>3</sup>
2006 58,9	2006 18,2
2005 42,7	2005 14
2004 38,7 <sup>2</sup>	2004 10
2003 44,1	2003 8,1
2002 37,8	2002 7,7
<b>Total 269,1</b>	<b>Total 82,4</b>

<sup>1</sup> Fonte: BPN Relatório & Contas 2007

<sup>2</sup> Fonte: BPN.pt

<sup>3</sup> Fonte: BPP Relatório & Contas 2007

factos



**DEPÓSITOS.** O ministro das Finanças garantiu ontem que a operação de financiamento do BPP tem apenas como objectivo salvaguardar a situação dos depositantes, tal como foi prometido pelo Governo para a generalidade dos bancos.

**DESACORDO.** O deputado do PS Manuel Alegre manifestou ontem desacordo "e até indignação" com a participação do Estado no plano de salvamento do Banco Privado Português.

que entre 2002 e 2007 os dois bancos geraram resultados líquidos de 351,5 milhões de euros. Ou seja, pagas todas as despesas e saldadas as contas com o Ministério das Finanças os bancos geraram um lucro superior a 70 milhões de contos.

Este ano chegou a altura de subtrair. E quando as coisas começaram a dar para o torto, BPN e BPP acabaram nas mãos do Estado. O primeiro foi nacionalizado, depois de descoberto um "buraco" de 700 milhões de euros. O segundo, especializado em gestão de fortunas, prepara-se para receber 450 milhões de euros de empréstimo com o aval do Estado. Se a coisa correr mesmo mal é o contribuinte que acabará por pagar a factura.

Lucros em queda

As contas do BPN relativas a 2007 já demonstram um abrandamento dos lucros, tendo o resultado líquido passado de 58,9 milhões (em 2006) para 46,9 milhões. Uma queda que o conselho de administração – na altura da apresentação do relatório de contas já presidido por Abdool Vakil – justificava com as "condições desfavoráveis dos mercados financeiros".

O banco fechou o ano com 1875 colaboradores, espalhados por 213 agências. ■

BANQUEIRO PASSOU BENS PARA O NOME DA MULHER MAS O ESTADO PODE REAGIR

# Como agarrar a fortuna de Oliveira e Costa

O Estado pode impugnar a separação judicial de bens, decidida entre o ex-patrão do BPN e a mulher. A ideia é não perder o rasto a um património avaliado em milhões de euros

Texto • Luís Maneta

Uma providência cautelar para evitar que os bens sejam vendidos. É este o caminho "mais seguro" para o Estado português não perder o rasto à fortuna de Oliveira e Costa, segundo um jurista especializado em questões de família e empresas consultado pelo 24horas.

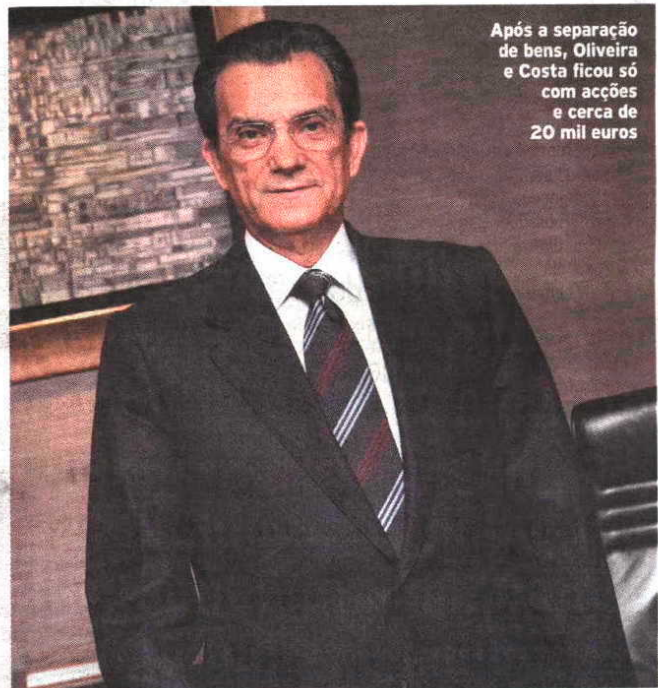
O ex-patrão do Banco Português de Negócios (BPN) separou os seus bens dos da mulher, Maria Iolanda, no passado dia 3 de Março, duas semanas depois de ter deixado a presidência da instituição bancária.

No âmbito do acordo, a mulher ficou com casas, quintas, acções e depósitos a prazo – tudo avaliado em mais de 3 milhões de euros. O banqueiro reteve apenas, em seu nome, acções do banco, posteriormente nacionalizado, e de empresas associadas, além de alguns depósitos que rondam os 20 mil euros.

"Não se tratou de um divórcio mas de uma separação judicial de pessoas e bens, um processo bem mais célere", explica a mesma fonte, acrescentando esta ser uma situação "muito pouco comum" em casais com um património valioso.

"O que é comum é esta separação judicial ser feita em casos de insolvência para salvaguardar a parte patrimonial de um dos cônjuges", refere o advogado, explicando que se trata de uma decisão "susceptível" de ser anulada em determinados casos: "Por exemplo, quando se constata que houve uma simulação para fugir ao pagamento de dívidas e não uma efectiva partilha do património".

Nestes casos, os credores podem avançar com uma "impugnação pauliana". O problema é que, muitas vezes, o património acaba por ser vendido a terceiros e, aí, é "muito mais difícil" repor a situação inicial. "Como o dinheiro não tem chocalho, acaba por



Após a separação de bens, Oliveira e Costa ficou só com acções e cerca de 20 mil euros

factos



**PARA ELA.** Caso a separação judicial de bens não seja anulada, e se Oliveira e Costa vier a ser declarado inocente, o ex-banqueiro só recuperará a fortuna com a concordância de Maria Iolanda. "A decisão judicial foi tomada com base no acordo dos dois e a mulher passou a ser a única proprietária de todos esses bens", explica um jurista.

desaparecer", diz o advogado, que pediu para ser mantido no anonimato.

No caso de Oliveira e Costa, o Estado "poderá intentar uma acção para

impugnar a separação de bens" – através do Ministério Público ou do próprio BPN, onde foi descoberto um "buraco" de 700 milhões de euros.

"Se for esse o caminho a seguir, o melhor é avançar com uma providência cautelar de arresto para impedir a venda do património", garante o jurista, que solicitou o anonimato.

Para este especialista em direito da família e das empresas, caso Oliveira e Costa se veja obrigado a "acertar contas" com o Estado, uma parte do património do casal poderá estar a salvo. "Metade do património é da mulher, a não ser que se prove que foi adquirido durante o período em que, supostamente, foram praticados os actos ilícitos agora em investigação", conclui. ■





**Assembleia da República.** Deputados debateram ontem inquérito ao BPN, com duas novas propostas. O PCP quer ver incluído na matéria em investigação o suporte do Estado ao plano para salvar o Banco Privado Português. O PSD quer apurar se a nacionalização do BPN foi a melhor solução

# Comissão de Inquérito no Parlamento chega ao BPP

**PCP avançou proposta, PS não fecha a porta**

SUSETE FRANCISCO

A comissão de inquérito ao Banco Português de Negócios (BPN) poderá vir a incluir... o Banco Privado Português. O PCP entrega hoje na mesa da Assembleia da República uma proposta que visa alargar a investigação parlamentar ao BPP, alvo de uma operação de "salvamento" com garantias do Estado. Ontem, já depois de o líder parlamentar comunista ter anunciado esta intenção, o PS deixou a porta aberta à hipótese. Ricardo Rodrigues, vice-presidente do grupo parlamentar da maioria, afirmou que a comissão "terá um âmbito no limite máximo que a lei permitir".

Ora, o regime jurídico dos inquéritos parlamentares estabelece que estes "têm por função apreciar os actos do Governo e da Administração" e podem ter por objecto "qualquer matéria de interesse público relevante".

Neste âmbito, a única limitação imposta pela lei reporta-se a legislaturas anteriores, o que não se aplica ao caso. Ou seja, não há qualquer limitação legal à inclusão do caso do BPP na comissão de inquérito ao BPN.

Além desta questão, os deputados irão também analisar os moldes do processo de nacionalização decidido pelo Governo ao Banco Português de Negócios - uma proposta já entregue pelo PSD. Ontem, no final do debate parlamentar sobre a constituição da comissão de inquérito, o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, exortou os partidos a reunirem todas as propostas, no sentido de apresentarem um texto comum.

O inquérito foi avançado pelo CDS, que quer apurar se houve "falha grave" na supervisão do Banco de Portugal (BdP) ao BPN. Depois disso, o PS veio definir quatro objectivos, entre os quais o apuramento sobre o que se passou na gestão do banco ou a necessidade de apertar a lei das incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos públicos.

Autor da proposta inicial, o CDS

abriu o debate reiterando as críticas a Vitor Constâncio. "Não é possível que num mercado livre não exista um regulador forte e competente", sublinhou o deputado Pedro Mota Soares. Hugo Velosa, do PSD, acompanhou a preocupação, mas acrescentou-lhe outra: "Os portugueses têm o direito de saber se a nacionalização era a única saída possível para o BPN".

À esquerda, os discursos ficaram marcados pelas críticas ao PS. "Hoje foi o dia do bodo aos ricos. Primeiro foi o BPP [a ser debatido no Parlamento], depois o terminal de Alcântara, agora o BPN. No dia de hoje os portugueses têm um bom padrão do que é a política do Governo e a quem serve", sustentou Bernardino Soares, líder parlamentar do PCP. Pelo BE, João Semedo focou a disponibilidade do PS para alterar o regime de incompatibilidades - "Não há nada melhor para o PS acordar do que uma montra de notáveis do PSD para o PS ver noutra casa aquilo que não vê na sua". Uma referência ao facto de boa parte dos ex-administradores do BPN serem ex-governantes do PSD. ■



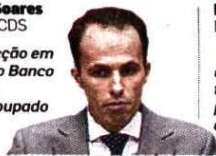
## DEPUTADOS CONTESTAM INTERVENÇÃO ESTATAL

A oposição sublinhou os fortes custos que a recuperação do BPN tem para o erário público e os contribuintes em geral

**Pedro Mota Soares**

Deputado do CDS

*Uma acção em tempo útil do Banco de Portugal ter-nos-ia poupado a muito*



**Bernardino Soares**

Líder parlamentar do PCP

*Hoje foi dia do bodo aos ricos. Portugueses têm um bom padrão da política do Governo e a quem ela serve*



**João Semedo**

Deputado do BE

*Ainda a procissão vai no adro e o BPN já custou 200 euros a cada contribuinte*



## Dias Loureiro deve ser chamado à AR

O antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios, Manuel Dias Loureiro, vai ser certamente uma das figuras a ser chamadas à comissão de inquérito parlamentar. Assim que o

escândalo estalou, Dias Loureiro pediu para ser ouvido na Assembleia da República sobre o caso. **Essa audição foi rejeitada pelos socialistas**, que também rejeitaram o primeiro pedido de

inquérito parlamentar do CDS. Apesar de estar envolvido na turbulência, Loureiro "diz-se de consciência tranquila" e resiste no Conselho de Estado de Cavaco.

## CRONOLOGIA BPN

**2 DE NOVEMBRO**

Governo anuncia que vai propor ao Parlamento a nacionalização do BPN. Banco passa a ser administrado por dois administradores da CGD.

**5 DE NOVEMBRO**

PSD e ministro das Finanças trocam acusações e PS aprova sozinho a nacionalização. Fica a conhecer-se que o Banco Insular de Cabo Verde fazia financiamentos a pedido com garantias do BPN.

**10 DE NOVEMBRO**

Nova administração do BPN assume funções. Francisco Bandedeira, vice-presidente da CGD, é o novo presidente.

**11 DE NOVEMBRO**

Constâncio presta esclarecimentos no Parlamento e recusa demitir-se. Cavaco prometeu nacionalização.

**15 DE NOVEMBRO**

Dias Loureiro pede para ser ouvido na Assembleia da República.

**20 NOVEMBRO**

Luíz Filipe Menezes diz que recebeu "críticas ameaçadoras" por querer mexer na supervisão bancária.

**21 NOVEMBRO**

Dias Loureiro diz que pediu ao Banco de Portugal "especial atenção" ao BPN em 2002. Oliveira Costa fica em prisão preventiva.

**24 NOVEMBRO**

Cavaco Silva diz que não pode "pactuar com mentiras ou insinuações" e esclarece relação com BPN.



# PS e PSD condenam "interferência" nas competências dos deputados



Ricardo Rodrigues respondeu a Cândida Almeida

**Crítica.** Palavras de Cândida Almeida não caíram bem na Assembleia da República

O PS respondeu ontem em tom muito crítico às palavras da procuradora Cândida Almeida que, em entrevista ao DN e TSF, criticou a realização de um inquérito parlamentar ao BPN. Ontem, Ricardo Rodrigues, vice-presidente da bancada socialista, devolveu as críticas: "A Assembleia da República respeita a investigação criminal, assim a investigação criminal respeite este órgão de soberania."

Numa clara alusão às palavras da procuradora, o deputado da maioria assegurou que o Parlamento não vai imiscuir-se na tutela criminal. "Mas não admitimos que quem quer que seja, mesmo de outro órgão de soberania, possa intervir no que são as legítimas competências da Assembleia", acrescentou.

Também o PSD, falando no debate parlamentar sobre a comissão de inquérito ao BPN, sublinhou o respeito do Parlamento pela sepa-

ração de poderes, mas sublinhando as competências que assistem aos deputados. Já ao DN, o social-democrata Hugo Velosa qualificou as declarações da procuradora como "infelizes". "As magistraturas judiciais devem fazer o seu papel e ir até às últimas consequências. Façam o seu papel e deixem o Parlamento fazer o seu", sublinhou, acrescentando que as competências da Justiça e da Assembleia "não se chocam". A

mesma ressalva passou ontem pelo discurso dos restantes partidos.

## Bancadas definem audições

Com a votação da comissão de inquérito marcada para amanhã, os grupos parlamentares começam a definir os nomes que querem ouvir. O líder do CDS, Paulo Portas, adiantou ao DN que a lista dos centristas já reúne cerca de 40 personalidades — entre ex-administradores do BPN, auditores e responsáveis pela supervisão no Banco de Portugal. "Queremos profundidade, rigor, independência", afirmou, sem querer adiantar ainda nomes. Com uma excepção: Miguel Cadilhe (que apontou falhas na supervisão ao BPN) está no topo da lista. Como estará na do PSD, diz Hugo Velosa, que no capítulo das explicações sobre a nacionalização do BPN admite a chamada d o ministro das Finanças. PS, PCP e BE não adiantam para já qualquer nome. Não sendo esta uma comissão potestativa, o PS terá a última palavra nas audições a efectuar. ■—S.F

**A procuradora [Cândida Almeida] foi infeliz nas declarações.**

**A lei é clara, os papéis [do Parlamento e da Justiça] não chocam.**



Hugo Velosa Deputado do PSD

Oliveira e Costa, detido preventivamente, deve ser ouvido pelos deputados

LURICOSTA/FOTOTECA

## Audição de preso preventivo é caso único

A audição de um preso preventivo em Portugal numa comissão parlamentar de inquérito será uma novidade para o sistema de justiça português. Oliveira e Costa, antigo presidente do BPN, será, com toda a certeza, uma das pessoas que a comissão parlamentar quer ouvir. O problema é que se encontra em prisão preventiva. Se, quando da sua audição ainda se encontrar na cadeia da PJ, quem autoriza a deslocação ao parlamento? O juiz de instrução, que o prendeu, ou a direcção geral dos serviços prisionais que o tem sob custódia. A jurisprudência divide-se: segundo um magistrado judicial contactado pelo DN, compete ao juiz de instrução autorizar a deslocação à Assembleia

da República (até porque, uma vez convocado não pode recusar-se a prestar declarações). Já um procurador-geral adjunto considera que o Parlamento pode ouvir qualquer preso seja preventivo ou não e que a autorização não passa por nenhum juiz. A data e o procedimento será, na opinião deste magistrado do Ministério Público, agilizada entre a comissão de inquérito e a directora da cadeia da PJ ou a Direcção Geral dos Serviços Prisionais. Também pode acontecer que, quando for chamado, Oliveira e Costa já não se encontre em prisão preventiva, por decisão do Tribunal da Relação de Lisboa que irá apreciar o seu recurso.

## Cadilhe quer "recuperar parte" do grupo SLN

O conselho superior da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) deu, ontem, "por unanimidade" um parecer favorável ao plano da equipa de Miguel Cadilhe para recuperar a instituição na sequência da nacionalização do seu "braço" financeiro, o banco BPN.

A gestão da SLN apresentou as "opções estratégicas do grupo SLN após nacionalização do BPN", com quatro objectivos definidos: reduzir passivos e melhorar a autonomia financeira; melhorar a eficiência operacional, aumentar resultados e "recriar" valor para os accionistas.

Com estas metas fixadas, elencou cinco opções: "manter tudo e aguardar melhores tempos", "alienar tudo, pela soma ou pelas partes", "fazer parcerias e alienar o resto", "injectar ca-

pital dos actuais accionistas" e "tentar o turn-around (recuperação)", de todo o grupo ou só de parte".

Perante estas opções, a administração de Miguel Cadilhe propôs "fazer parcerias e tentar o turn-around



Miguel Cadilhe tenta salvar SLN

## COMISSÕES FAMOSAS

### À SAÚDE DE BELEZA

A antiga ministra da Saúde Leonor Belez e seu secretário de Estado Costa Freire foram questionados sobre vários contratos hospitalares, considerados irregulares.

### CAMARATE

Em quase todas as legislaturas, houve uma comissão de inquérito ao 'caso Camarate'. Umas concluíram que Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa foram vítimas de acidente, outras de atentado.



### 'ENVELOPE 9'

A existência de registos de chamadas de telefones de altas figuras do Estado levou a uma comissão. Conclusão: o erro foi da PT.

### JAE

Quando Garcia dos Santos, ex-presidente da Junta Autónoma das Estradas, denunciou a corrupção na estrutura, o Parlamento abriu um inquérito.

### DEMISSÃO DE MORGADO

A magistrada e o juiz Pedro Cunha Lopes demitiram-se da PJ. O PS forçou um inquérito parlamentar.



### CASO BCP

A tentativa de detectar falhas na supervisão bancária por parte do BdP no caso BCP saiu gorada. Foram surgindo várias dificuldades ao inquérito, muito fruto do "sigilo bancário".

de parte do grupo, alienar as restantes actividades e destinar receitas das vendas à redução de passivos". Ou seja, vender apenas uma parte dos activos mais apetecíveis (saúde, cimentos ou agro-indústria, por exemplo) para acudir às necessidades imediatas de liquidez cifradas em perto de 150 milhões de euros (até ao final do ano).

A proposta da administração da SLN "assume como pressupostos (...) a conjuntura económica nacional e internacional, caracterizada pelo afluxamento generalizado das economias e pelo aperto do crédito". Refira-se que o passivo da SLN ascende a 800 milhões de euros, 500 milhões dos quais dizem respeito a dívidas contraídas junto do nacionalizado Banco Português de Negócios (BPN). ■—P.F.E.





BPN

# Inquérito parlamentar assumido por todos

➔ À Direita, PSD e CDS-PP puseram a tónica na regulação, à Esquerda, PCP e BE, querem aprofundar a forma como está a ser feita a nacionalização, os socialistas, pela voz de Ricardo Rodrigues, prometem aceitar tudo e ainda pretendem alargar a “transparência dos titulares de cargos políticos”. Por isso, amanhã, será aprovada, por unanimidade, a criação de uma comissão de inquérito ao BPN. Só que ainda falta a redacção final da proposta que será a aglutinação dos requerimentos do CDS-PP e do PS.

O deputado democrata-cristão, Mota Soares, considerou que o re-

gulador (Banco de Portugal) falhou e que têm de ser apuradas responsabilidades políticas”.

João Semedo, do BE, alertou para a necessidade de a futura comissão “não ficar esvaziada, como aconteceu com a do BCP, e lembrou também que “a CGD já investiu no BPN o equivalente a 200 euros por cada contribuinte”.

O social-democrata Hugo Velosa aceita que todos os factos sejam apurados e quer saber se a nacionalização foi a melhor solução.

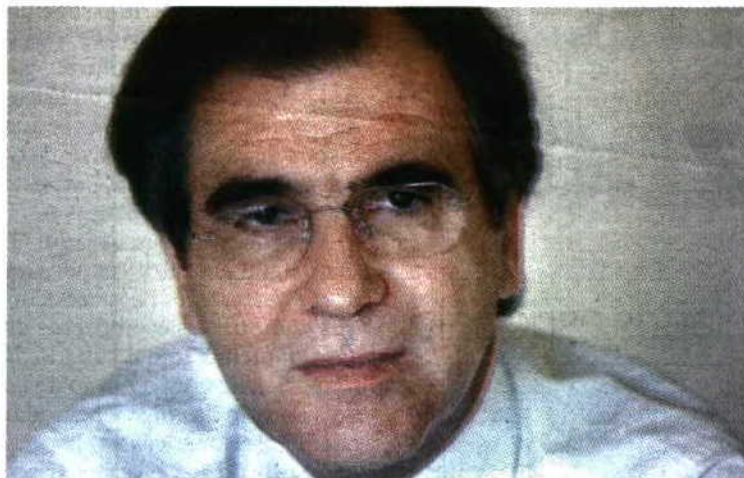
Bernardino Soares, do PCP, também aproveitou para criticar a política de socialização de prejuízos. **A.P.C.**





BPN

BRUNO SIMÕES CASTANHEIRA



**Ex-governante** não vai fazer mais diligências para falar sobre caso

# Dias Loureiro não fala mais sobre o BPN

ISABEL TEIXEIRA DA MOTA  
isabelmota@jn.pt

**Manuel Dias Loureiro aceita ser ouvido pelas instâncias que estão a investigar o caso BPN, mas não será ele a dar o primeiro passo, sabe o JN. O ex-ministro aguarda que os interessados em ouvi-lo peçam ao Conselho de Estado.**

Segundo determina o estatuto dos membros do Conselho de Estado (CE), para poder ser ouvido pelas entidades que estão a investigar o caso BPN, o ex-governante cavaquista precisa de uma autorização daquele órgão - "os membros do Conselho de Estado não podem ser peritos, testemunhas ou declarantes sem autorização do Conselho", diz o artigo 15.º do Estatuto.

"É um privilégio de que gozam os conselheiros semelhante ao regime de imunidade estabelecido para os deputados da Assembleia

da República", explicou ao JN António Montalvão Machado, da comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais. O deputado destacou a necessidade de "salvaguardar o prestígio de instituições e órgãos de soberania".

A autorização só pode ser dada depois de cada um dos membros se pronunciar sobre o pedido e de ser realizada uma audiência do membro em causa pelo Presidente da República ou pelo próprio Conselho. Dias Loureiro teve uma audiência com Cavaco Silva no dia 24 de Novembro, mas que nada tem a ver com o procedimento formal para prestar declarações no processo.

Fonte Presidência da República informou o JN de que não houve até agora qualquer pedido de pronunciamento do Conselho de Estado sobre este assunto, nem está prevista qualquer reunião. ■



**PARCERIAS**

# SLN vai concentrar-se no negócio da saúde

**María João Babo**  
mbabo@mediafin.pt

A Sociedade Lusa de Negócios (SLN) vai concentrar a sua actividade na área da saúde. Fazer parcerias nesta área – e, provavelmente, em mais alguma daquelas em que está actualmente presente – e alienar as restantes actividades, destinando a receita das vendas à redução de passivos, foi a opção a que o conselho superior do grupo liderado por Miguel Cadilhe, que representa mais de 50% do capital, deu ontem parecer favorável.

Além desta opção, os principais accionistas manifestaram-se ainda favoráveis a que seja tentado o “turnaround” só a parte do grupo. A aprovação desta opção será feita na assembleia geral de accionistas do dia 18 de Dezembro.

A SLN, que há mais de uma semana começou a receber propostas não vinculativas para activos da área da saúde, detém o Grupo Português de Saúde. Esta “sub-holding” integra participações no British Hospital, BH XXI e num conjunto de clínicas. A decisão de se concentrar neste sector aliada a parceiros não invalida que alguns activos desta área possam ser alienados.

Entre as opções estratégicas em discussão para o futuro da so-

cidade estavam: a de manter todos os negócios, aguardando por melhores tempos; alienar tudo, pela soma ou pelas partes; fazer parcerias e alienar o resto; injectar capital dos actuais accionistas; e tentar o “turn around”, ou de todo o grupo, ou só de parte.

O conselho superior da SLN deu ontem, “por unanimidade, parecer favorável ao documento ‘Opções estratégicas do Grupo SLN (pós-nacionalização do BPN)’”, apresentado por Miguel Cadilhe, que compara aquelas cinco alternativas de opções estratégicas do grupo, definidas em função de quatro objectivos: reduzir passivos e melhorar “rácios de autonomia financeira”; melhorar “rácios de eficiência” (custos operacionais/proveitos operacionais); incrementar o EBITDA; e recriar valor para os accionistas.

**Conselho superior da SLN deu ontem parecer favorável à opção do grupo fazer parcerias numas áreas, alienando as restantes actividades.**



**BPN**

## Parlamento aprova Comissão de Inquérito

O Parlamento decide hoje se abre uma Comissão de Inquérito ao caso BPN.

Formalmente, por iniciativa do CDS-PP, sugere-se um inquérito sobre a existência de uma falta grave na actuação do Banco de Portugal no exercício do seu poder de supervisão do sistema bancário no caso do Banco Português de Negócios, nacionalizado no mês passado, mas o âmbito da investigação poderá ser alargado.

A discussão surge dias depois da directora do Departamento Central de Investigação e Acção Penal, em entrevista ao "Diário de Notícias" e TSF, ter questionado a oportunidade da formação da comissão numa altura em que decorre a investigação do Ministério Público. Vários partidos já contestaram estas declarações da procuradora Cândida Almeida, argumentando que o objectivo dos inquéritos não é o mesmo.

### 30 anos de Comissões de Inquérito

A Comissão de Inquérito Parlamentar é um instrumento utilizado com frequência, desde 1976, mas nunca com grandes consequências.

Quase tudo justifica a abertura de uma comissão de inquérito. Existem desde a primeira Legislatura, altura em que até a batata de semente foi motivo para uma destas comissões.

Além de temas insólitos, há também outros que são recorrentes, como o caso Camarate, sobre o acidente aéreo que vitimou Sá Carneiro. Nunca se apuraram responsabilidades, apesar das oito comissões de inquérito formadas. Já se fala da criação da nona...

Outra comissão que fez história, em 2002, foi o inquérito a demissões na Polícia Judiciária. PSD e CDS, na altura no governo, impediram mais investigações, a



oposição acabou por abandonar os trabalhos, e nem chegou a ser feito um relatório de conclusões. E, apesar de decorrer à porta fechada, o conteúdo das discussões era sempre difundido pela Comunicação Social. Mota Amaral, na altura presidente da Assembleia da República, acabou por suspender as comissões de inquérito, até que fossem revistas as regras de funcionamento.

Três anos depois, com o governo de José Sócrates, elas voltaram e, apesar da suspensão prolongada, mantém-se a ausência de resultados visíveis.

A última, e uma das mais aguardadas, foi sobre a supervisão do sistema financeiro, no âmbito do caso BCP. Terminou mais uma vez apenas com os votos favoráveis do partido do Governo. Neste caso a oposição votou contra por considerar que a supervisão falhou, o que não foi incluído no relatório final. O único ponto que reuniu algum consenso foi a necessidade de melhorar a legislação sobre crimes económicos, com a introdução de penas mais severas.





### *Direito de Resposta*

## “BPN tem ligações a deputados do PSD da Madeira”

O PÚBLICO, com destaque em manchete de 1.ª página, publica um artigo da autoria do seu correspondente na Madeira sob o referido título: “BPN tem ligações a deputados do PSD da Madeira”.

Na notícia são referidos os deputados Tranquada Gomes e Coito Pita, da bancada parlamentar do PSD, por si ou através do escritório de advogados de que são sócios. Acontece que:

O escritório nunca prestou serviços de assessoria jurídica quer ao BPN quer ao Banco Efisa, instituições que nunca fizeram parte da sua carteira de clientes.

Limitou-se a disponibilizar, desde 1993, para a então Efisa - Engenharia Financeira, SA, espaço para esta domiciliar a Sucursal Financeira Exterior, criada no âmbito do Centro Internacional de Negócios da Madeira. A contrapartida para a cedência do espaço é mensal e na importância de 250 euros, a que acresce o IVA em vigor. O escritório não prestou nem presta serviços jurídicos ou de

outra natureza à referida sucursal que não os de mera domiciliação.

O signatário não é, nem alguma vez foi, advogado do Dr. Abdool Vakil, pessoa com quem apenas conversou uma ou duas vezes e seguramente há pelo menos dez anos atrás. Nunca esteve directa ou indirectamente ligado a eventuais negócios do referido Dr. Abdool Vakil, na região ou fora dela, se é que os ditos existiram.

Do mesmo modo, o escritório não tem, nem alguma vez teve, qualquer intervenção em operações de financiamento que o Banco Efisa ou o BPN tenham realizado com a região.

Nem o escritório nem qualquer dos seus sócios foi ou é cliente das referidas instituições, sobre as quais, obviamente, não emite qualquer juízo de valor.

Em conclusão: os deputados em causa nunca, repete-se, nunca, tiveram ligações, de qualquer natureza, ao BPN.

*J. L. Tranquada Gomes*  
Deputado do PSD





ID: 22984364

03-12-2008

**PORTO ■ DESFALQUES DE DEZENAS DE MILHÕES DE EX-ADMINISTRADOR**



Quadro do BPN emprestou a si mesmo 613 mil euros para comprar casa na Foz e passou-a para propriedade de uma sua empresa imobiliária

**Acordos para evitar tribunais**

● O BPN decidiu em 2003 accionar dezenas de clientes da Créditus. Todavia, alguns dos envolvidos preferiram fazer acordos extrajudiciais. Inserem-se neste grupo Joaquim Pinheiro e Rui Miguel Pinheiro, irmãos de Reinaldo Teles, a quem a Créditus passou mais de cem mil euros. ■



Joaquim Pinheiro, vice do FC Porto

**Empresários de futebolistas**

● Curiosamente, a Créditus tinha como clientes alguns empresários de futebol. São os casos de Nelson Almeida, empresário de jogadores como Hulk ou Bruno Moraes, do FC Porto, e Rui Neno, que representou interesses de Bosingwa ou Bruno Alves. Também estes optaram por acordos extrajudiciais. ■



Rui Neno, empresário de jogadores

# BPN financiava homens do futebol

■ A escolha de Oliveira e Costa no Norte foi obrigada a demitir-se para evitar processo-crime. Expostas relações perigosas com dirigentes e empresários

● LUÍS LOPES/TÂNIA LARANJO

Óscar Silva, convidado em 1998 por Oliveira e Costa para organizar e pôr em funcionamento a sociedade financeira para aquisição de crédito do BPN, a Créditus, foi obrigado a demitir-se três anos depois, após uma auditoria que detectou um rombo de dezenas de milhões de euros e que revelou relações perigosas com o mundo do futebol.

Na tentativa de obter parte do crédito malparado foram tentadas acções a dezenas de clientes angariados pela Créditus, percebendo-se que os carros, terrenos e bens nem existiam.

Com alguns dos credores fez-se todavia acordos extrajudiciais, como no caso de figuras como Joaquim Pinheiro e Rui Pinheiro, irmãos de Reinaldo Teles, ou os empresários de jogadores Rui Neno e Nelson Almeida.

Apesar da dimensão das irregularidades graves detectadas, só em 2003, decorridos mais dois anos, é que o banco assinou um acordo com o ex-quadro que no BPN assumia o cargo de director de Crédito ao Consumo

e que também fora colocado na administração das seguradoras Real SA e BPN - Seguros de Vida SA. Óscar Silva comprometeu-se a devolver bens e posições na ordem

**Acordo com o banco para devolver 25 milhões não cumprido**

**PROCESSOS**

● **CONTRA-ORDENAÇÃO**  
O Banco de Portugal (BdP) instaurou seis processos de contra-ordenação ao BPN. A 12 de Fevereiro, por indícios de violação de normas do sistema financeiro contra o branqueamento de capitais.

● **27 DE MAIO**  
Indícios de violação do dever de informação ao BdP.

● **17 DE JUNHO**  
O BPN foi alvo de processo por indício de prestação de informações falsas e falsificação de contabilidade.

dos 25 milhões de euros, dos quais entregou, de facto, uma pequena parte. Oliveira e Costa deu-se por satisfeito e tudo foi abafado, até administrações recentes do banco terem deparado com uma séria incógnita de negócios ruinosos e mais do que suspeitos.

Economista brilhante, estudante de boas notas, Óscar Silva atraiu a atenção de Oliveira e Costa pelo modo como desenvolveu o banco de crédito ao consumo Credifin, com sede no Porto. Mas na altura da sua demissão ficaram expostas centenas de contratos de crédito fictícios ou completamente incobráveis. Isto além de um crédito a si mesmo de montante superior a 600 mil euros para comprar a sua moradia na Foz, que por sinal foi depois adquirida por uma sua empresa imobiliária sem qualquer hipoteca ao BPN. ■

**Cedência de participações**

● Óscar Silva aceitou ceder ao grupo BPN, nos termos do acordo firmado em 2003, bens imóveis e participações que detivesse. Entre estas, estava a parceria imobiliária com António Araújo - por sinal, também empresário de futebol -, consubstanciada no Parque Industrial de Alfena, Valongo. ■



António Araújo, empresário





A nacionalização do BPN, anunciada a 2 de Novembro, poderá implicar o pagamento pelo Estado de indemnizações aos lesados accionistas do banco, anteriormente detido através da Sociedade Lusa de Negócios

# Antigos accionistas do BPN podem receber indemnização em Janeiro

SE O PRAZO INICIAL FOR CUMPRIDO, Deloitte e Deutsche Bank, escolhidos pelas Finanças, deverão ter avaliação do BPN concluída em 30 dias. Ministério tem depois 15 dias para fixar indemnizações.

**Maria Ana Barroso**  
mabarroso@economicasgpps.com

*Anteriores accionistas investiram 80 milhões no BPN, graças ao aumento de capital da SLN.*

O Deutsche Bank e a Deloitte têm trinta dias para avaliar a situação patrimonial e financeira do Banco Português de Negócios (BPN). É com base nessa avaliação que irão ser determinadas as indemnizações a pagar aos antigos accionistas pela nacionalização do BPN, o que poderá acontecer já em Janeiro. O Ministério das Finanças divulgou ontem o nome das duas entidades que irão fazer as avaliações independentes. Embora a lei preveja um prazo de trinta dias, este poderá ser prorrogado "por igual período por pedido devidamente justificado", refere o comunicado de ontem.

**Francisco Bandeira,** presidente do BPN



Ou seja, se nenhum adiamento ocorrer, a avaliação dos activos estará concluída entre o final deste ano e os primeiros dias de 2009. E as indemnizações pagas ainda no mês de Janeiro. A lei n.º 62-A/2008, criada para a nacionalização do BPN, define que "com base na avaliação (...), o membro do Governo responsável pela área das finanças, fixa, por despacho, no prazo de 15 dias, o valor da indemnização". O BPN era detido directamente pela SLN, por sua vez detida por um conjunto de accionistas individuais, como seja o anterior presidente José de Oliveira Costa, Almiro Jesus Silva, Ma-

nuel Neves dos Santos ou Joaquim Coimbra, quer directamente, quer através da SLN Valor. Vários destes accionistas investiram recentemente na parcela do aumento de capital da SLN (100 milhões de euros) que chegou a ser realizada. Deste montante, 80 milhões foram directamente injectados no BPN, enquanto nacionalizado. No entanto, Oliveira Costa, actualmente em prisão preventiva, deverá ficar de fora, pelo menos por enquanto, do leque de beneficiários de indemnização. A lei estabelece que o direito às mesmas "suspende-se enquanto estiverem em curso, contra os anteriores titulares das participações, processos judiciais ou inquéritos". ■

## Parlamento madeirense pede inconstitucionalidade da lei

■ A Assembleia Legislativa da Madeira apresentou hoje junto do Tribunal Constitucional um pedido para que seja declarada inconstitucional a lei da nacionalização do BPN. Os deputados do PSD Madeira não estão contra a nacionalização, refere a agência Lusa, mas contestam "leis que não respeitam o direito de audição dos madeirenses". Já o PS Madeira contesta o facto de se estar a pedir a inconstitucionalidade, tendo em conta que o BPN possui apenas um balcão no arquipélago e dois mil depositantes. A polémica em torno do parlamento madeirense surgiu depois de o jornal Público ter noticiado a existência de ligações ao BPN de deputados do PSD Madeira. De acordo com aquele diário, numa notícia recente, as ligações envolvem dois elementos da assembleia legislativa da Madeira. Tranquada Gomes, do PSD Madeira, é advogado de Abdol Vakil, e Coito Pita, também do PSD Madeira, que partilha o seu escritório com o referido deputado.





**BPN.** Auditora Deloitte é uma das entidades independentes seleccionadas

# Estado escolhe avaliador que trabalha com a SLN

Avaliação servirá de base para fixar indemnização a pagar aos accionistas

ANA SUSPIRO

O Deutsche Bank e a auditora Deloitte foram as entidades seleccionadas pelo Estado para realizarem uma avaliação independente ao Banco Português de Negócios (BPN).

A avaliação feita por pelo menos duas entidades independentes está prevista na lei de nacionalização do BPN e serve de base ao ministro das Finanças para fixar o valor da indemnização a pagar aos accionistas da entidade em causa, se for caso disso. A lei prevê que o pagamento das compensações possa ser suspenso quando estiverem em curso processos ou inquéritos judiciais contra anteriores titulares, o que é o caso do BPN.

Acontece que a Deloitte está a trabalhar com a gestão liderada por Miguel Cadilhe no BPN, desde antes da nacionalização, tendo participado no processo que levou à descoberta do Banco Insular e das perdas superiores a 300 milhões de euros que levaram o Estado a intervir no banco. A auditora também tem estado a colaborar com a Sociedade Lusa de Negócios que é, simultaneamente, a accionista do banco a quem o Estado poderá eventualmente ter de pagar indemnizações pela nacionalização.

Questionado pelo DN, o Ministério das Finanças afastou um eventual conflito de interesses decorrente da

contratação da auditora que, segundo as informações mais recentes e que ontem não foi possível confirmar, continua a trabalhar para os antigos accionistas do BPN. Fonte oficial esclareceu que as entidades designadas para a avaliação do BPN, nos termos da lei, "não calculam o valor das indemnizações aos accionistas, antes realizam a avaliação do banco". Ora a lei prevê que as indemnizações sejam fixadas por Teixeira dos Santos, mas tendo por base a avaliação realizada pelas tais entidades

## Madeira contra nacionalização

A Assembleia da Madeira (ALM) requereu ontem a inconstitucionalidade do anexo à lei que nacionaliza o BPN por incumprimento de audição dos órgãos próprios da região. A resolução do PSD-M foi aprovada pelos deputados social-democratas e teve o voto contra do PS-M e a abstenção dos restantes. A ALM decidiu requerer ao Tribunal Constitucional a declaração "com força obrigatória geral, da **inconstitucionalidade** do regime jurídico de apropriação pública por via da nacionalização" do BPN. "O PSD-M não está contra a nacionalização do BPN mas está contra leis que não respeitam o direito de audição dos madeirenses", disse o deputado Tranquada Gomes.

independentes. As Finanças acrescentam que a Deloitte está a realizar neste momento um trabalho de auditoria às contas do BPN para a Caixa Geral de Depósitos, entidade que tem a gestão do banco. Nessa medida, "foi entendido que os anteriores trabalhos de auditoria realizados pela Deloitte em nada levantavam conflitos de interesses com a realização de uma avaliação ao banco".

Não foi possível ouvir um esclarecimento da Deloitte, até ao fecho da edição, mas fonte do sector salienta que estas empresas estão habituadas a trabalhar ao mesmo tempo para entidades com interesses divergentes sem que essa circunstância ponha em causa a independência e isenção do seu desempenho.

Segundo informação publicada na imprensa, a consultora e auditora continuava a trabalhar com a gestão de Miguel Cadilhe, designadamente no processo de venda de activos e empresas da SLN, e também no levantamento de mais situações irregulares nas contas do grupo. Hoje, Miguel Cadilhe apresenta aos maiores accionistas da SLN, reunidos no conselho superior, o novo plano de reestruturação e saneamento do grupo, agora sem o BPN.

A Deloitte e o Deutsche Bank foram seleccionados pelo Estado em função das propostas apresentadas e têm 30 dias após a adjudicação para concluir a avaliação, prazo que pode ser prorrogável por igual período a seu pedido. ■

**Entidades independentes têm 30 dias para fazer avaliação**



RODRIGO CABRITA/ARQUIDON

## INQUÉRITO EM DEBATE

Primeira iniciativa será escolha de nomes a ouvir. Oliveira e Costa pode ser chamado

A criação de uma comissão de inquérito ao caso BPN será hoje discutida no Parlamento. Apresentada pelo CDS e já com aprovação parlamentar garantida (mas na versão proposta pelo PS, que alarga o âmbito da investigação proposta pelos centristas), não é ainda conhecida a lista de nomes a ouvir no âmbito do

inquérito. Um dado é certo: não há impedimentos legais à audição parlamentar de José Oliveira e Costa, actualmente detido pela suspeita de vários ilícitos na gestão do BPN. Isto porque, de acordo com a lei, os inquéritos parlamentares têm os mesmos poderes de investigação que os tribunais.



**Madeira: nacionalização do BPN é inconstitucional**

A Assembleia madeirense pediu a inconstitucionalidade da nacionalização do BPN. O projecto de resolução requerido pelo PSD,

liderado por Alberto João Jardim, foi aprovado pelos deputados do PSD, teve o voto contra do PS e a abstenção dos restantes partidos.







**BANCA ■ NEGÓCIO DOS CARTÕES ESTAVA EM CRESCIMENTO NO BANCO**



**Filha.** Yolanda Maria, filha de Oliveira e Costa, era presidente da empresa Datacomp, administradora da SLN-Novas Tecnologias e da Infobusiness.

**Comissões agravadas na rede Netpay**

● A rede instalada pelo Banco Português de Negócios (BPN) para fazer frente ao Multibanco levantou algumas questões junto dos consumidores, com a DECO a lançar um alerta para o facto de os levantamentos de dinheiro nos terminais do BPN estarem sujeitos a comissões. Com efeito, como as ATM do BPN não pertenciam à rede Multibanco, os levantamentos com cartões de débito com dupla função (débito e crédito) eram considerados como "adiantamentos de dinheiro" e era cobrada uma comissão pelo banco emissor. Regra geral a comissão era de 3,33 por cento sobre o valor transaccionado, acrescido de 1,50 a 2,50 euros.

Confrontado com esta actuação, os responsáveis do BPN garantiram reforçar a identificação das caixas da rede Netpay. ■

# Compras sem critério no BPN

■ Yolanda Maria, filha de Oliveira e Costa, autorizou a compra de milhares de terminais de pagamento para a rede Netpay – que não foram escoados

● EDUARDO DÁMASO

O BPN comprou durante a gestão de Oliveira e Costa milhares de terminais de pagamento automático para fornecer a rede Netpay que não foram escoados e que ficaram em armazém. Fonte oficial do grupo confirmou ao CM a aquisição e que parte significativa do material, não quantificada, ficou por vender. A rede Netpay é concorrente do Multibanco, da Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS).

**Responsáveis estudam campanha para escoar as máquinas**

O CM sabe que o assunto já foi discutido pelo conselho de administração do banco e que poderá ser feita uma campanha para ten-

tar escoar mais equipamento.

A decisão de concretizar a compra terá sido de Yolanda Maria, filha de Oliveira e Costa, que era administradora da área de novas tecnologias na Sociedade Lusa de Negócios (SLN) e presidente da Datacomp. Yolanda Maria saiu do grupo em Setembro passado.

A compra de uma quantidade inusitada de terminais de pagamento surpreendeu a nova administração do grupo, até porque a gestão da rede Netpay representava uma das áreas de maior e melhor crescimento. A compra dos terminais de pagamento carece de uma explicação racional e parece ter sido feita sem qualquer critério.

A compra de activos nesta área,

**PORMENORES**

● **ALTERNATIVA**  
A rede Netpay foi criada pelo BPN com o objectivo de tirar negócio à rede Multibanco, operada pela Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS).

● **CARTÕES COM CHIP**  
A Netpay foi a primeira rede em Portugal a aceitar pagamentos com cartões com chip.

● **MENSALIDADE**  
Os comerciantes que aderissem ao Netpay tinham de pagar uma mensalidade entre os 23 e os 30 euros para um prazo de cinco anos.

porém, proporcionou um dos episódios mais controversos do caso BPN. Oliveira e Costa e Dias Loureiro adquiriram para a Sociedade Lusa de Negócios duas empresas com sede em Porto Rico por uma soma de 60 milhões de euros, mas a transacção não foi registada nas contas do grupo nem dela foi dado conhecimento às autoridades.

O negócio foi feito em 2001 e 2002 com os dois gestores a deslocarem-se à Costa Rica para comprar 75 por cento da New Technologies em Dezembro de 2001 e 25 por cento na Biometrics Imagineer, um mês depois. A compra das duas empresas viria, no entanto, a revelar-se ruïnosa para a SLN. As duas empresas costa-riquenhas faliram poucos meses depois da compra. O negócio e respectivos pagamentos correram por paraísos fiscais. ■

**Pinto Monteiro já não vai ao Parlamento**

● O procurador-geral da República está impedido de ir amanhã ao Parlamento falar sobre as investigações ao Banco Português de Negócios por "razões médicas", disse à Lusa fonte da Procuradoria.

Segundo a mesma fonte, os deputados da Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças já foram informados e a audiência será adiada para data que ainda não foi comunicada.

O deputado socialista Afonso Candal justificou a ida do PGR ao Parlamento pela "máxima importância de saber quais são os processos em curso, quando tiveram início, qual foi a entidade que deu à PGR os elementos para abrir os processos". ■



Procurador-geral, Pinto Monteiro

PELRO CATARINO



**Reestruturação.** As mudanças continuam no BPN. Depois do filho de Oliveira e Costa, os afastamentos chegam agora aos directores. Silêncio absoluto é a palavra de ordem no banco

# Expurgo faz “novas vítimas” no BPN

## Cadilhe já informou Francisco Bandeira dos afastamentos

ISAURA ALMEIDA

Depois do afastamento de José Augusto Costa, filho de Oliveira e Costa, na semana passada, a direcção do BPN continua a fazer mudanças em vários departamentos, afastando mesmo alguns chefes de gabinete. Miguel Cadilhe já enviou um documento a Francisco Bandeira, vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD), a informá-lo dos vários afastamentos.

Uma das chefias que será alterada é a directora de Recursos Humanos, Ana Paula Adão, cujo cargo será ocupado por Henrique Melo, que acumula a direcção central dos Recursos Humanos da CGD com o BPN a partir de hoje.

Também o director central de Operações, Aníbal Sousa, e Emanuel Peixoto, chefe de operações informáticas, deixaram de desempenhar as respectivas funções na semana passada. Ambos ficam agora afectos aos Recursos Humanos até a direcção decidir o que fazer. Por sua vez, António Coito viu reforçada a confiança e, com o cargo de director de controlo e gestão, vai acumular a contabilidade.

Estas alterações nas chefias fo-

ram comunicadas aos trabalhadores em nota interna, mas nos corredores do banco pesou mais a 'lei da rolha' imposta por Francisco Bandeira. Os empregados do BPN e da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) já estavam obrigados ao sigilo profissional, mas foi-lhes agora recomendado silêncio absoluto, sob pena de haver processos disciplinares.

Miguel Cadilhe e Francisco Bandeira acordaram igualmente a criação de uma equipa de trabalho (com quadros do BPN e da SLN) para resolver as questões relativas ao espaço físico onde ambos funcionam e no que toca aos postos de trabalho, já que houve trocas de profissionais entre as empresas.

A ligação entre as duas instituições é de tal forma complexa que há mesmo quem lhe chame "siamesa" e de difícil separação. Um dos exemplos é o caso da Real Seguros, que ficou literalmente dividida em duas com a nacionalização do BPN, mas que só podem ser vendidas em conjunto.

Segundo fonte do DN, estas afastamentos poderão estar relacionados com práticas passadas menos lícitas. Recorde-se que há cerca de três semanas Francisco Bandeira garantiu que "haverá um processo de expurgo das pessoas que, pelas suas práticas e envolvimento, tenham exercido dolosamente a sua actividade". ■

Silêncio recomendado por Francisco Bandeira amplamente comentado nos corredores do BPN



## Pinto Monteiro falta à AR por “razões médicas”

O procurador-geral da República está impedido de ir hoje ao Parlamento falar sobre as investigações ao Banco Português de Negócios por “razões médicas”, disse à Lusa fonte da Procuradoria.

Segundo a mesma fonte, os deputados da Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças já foram informados e a audiência será adiada para nova data que ainda não foi comunicada.

A ida de Pinto Monteiro à Assembleia, pedida pelo Partido Socialista, teve o apoio de todos os grupos parlamentares.

O deputado socialista Afonso Candal justificou a ida do PGR à AR pela “máxima importância de saber quais são os processos em curso, quando tiveram início, qual foi a entidade que deu à PGR os elementos para abrir os processos, qual foi o percurso de cada um desses

dossiers, quais são os meios envolvidos e que perspectivas para que haja algum desfecho”.

Na reunião, a 24 de Novembro, PSD, PCP e BE criticaram os avanços e recuos do PS sobre a necessidade de ouvir os responsáveis para o esclarecimento da situação do BPN. É que, na semana anterior, o PS recusara os pedidos do BE e do PCP para ouvir no Parlamento os antigos presidentes do

BPN, Oliveira Costa, Miguel Cadilhe e Dias Loureiro, que integrou a administração da Sociedade Lusa de Negócios, detentora do BPN antes da nacionalização.

Hugo Veloso, do PSD, ironizou: «Eu até faria uma sugestão, que era fazer uma comissão de inquérito para saber porque é que o PS, que não estava disponível para nada e agora está disponível para tudo». ■

### ALGUNS FACTOS DO PROCESSO BPN

**2005** O Ministério Público contacta o Banco de Portugal pedindo informações sobre o Banco Insular. Trata-se de um pedido sem grandes detalhes, genérico, e que serviria somente para complementar informações no âmbito da “Operação Furacão”.

**2007** O Banco de Portugal, através do Departamento de Supervisão, recebe novo contacto do Ministério Público. Desta vez o objectivo era dar a conhecer algumas informações mais consistentes sobre as relações existentes entre o Banco Insular e o BPN.

**30 DE JANEIRO DE 2008** O Banco de Portugal contacta o BPN. A missiva enviada procurava perceber as ligações entre este banco e sociedades offshore.

**FEVEREIRO DE 2008** Constâncio já revelou que pe-

diu informações genéricas a Cabo Verde sobre o Banco Insular. Queria saber quem eram os titulares e as relações com portugueses. A resposta terá chegado em Março.

**2 DE JUNHO DE 2008** Abdol Vakil, então presidente

do BPN, confirma ao Banco de Portugal, que o Insular pertence ao universo da Sociedade Lusa de Negócios. Vítor Constâncio diz que faltou um documento comprovativo.

**29 DE AGOSTO DE 2008** Constâncio entrega na Procu-

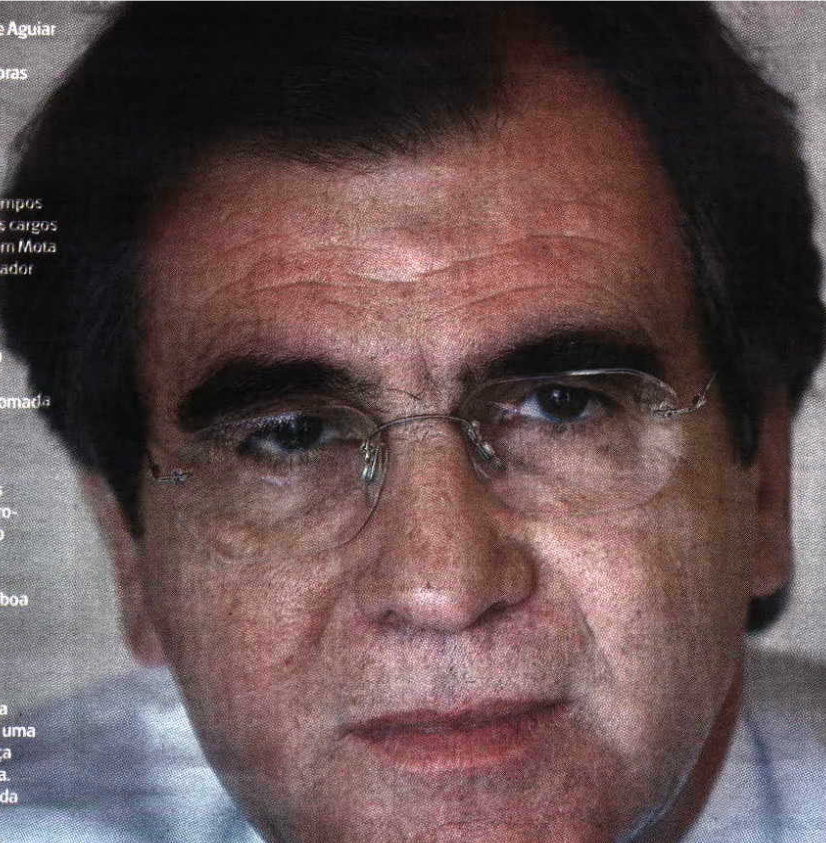
radoria-Geral da República uma queixa-crime, depois de desenvolver o respectivo processo de averiguações.

**2 DE NOVEMBRO** Governo anuncia nacionalização do BPN, revelando que há um buraco finde mil milhões.





- Nasceu em Vila Pouca de Aguiar
- Acorda por volta das 7 horas da manhã
- Licenciou-se em Direito em Coimbra
- Entrou para o PSD nos tempos de Sá Carneiro. Chegou aos cargos partidários em Coimbra com Mota Pinto e ascendeu a governador civil de Coimbra
- Escreve poemas. É autor da letra de um hino do PSD
- Apoiou Cavaco Silva na tomada de poder no PSD
- Tornou-se num dos conselheiros políticos mais ouvidos pelo então primeiro-ministro. Chegou a ministro
- Começou por viver num andar em Sete Rios, em Lisboa
- Gosta de jogar golfe, poker e caçar
- Vendeu os bens que tinha em Coimbra, beneficiou de uma doação, usufruiu da herança do sogro e investiu na bolsa. Mudou-se para uma vivenda no Estoril



- Após abandonar a política activa, entrou nos negócios com José Roquette. O grupo estava avaliado em 1 milhão e 700 mil contos. Dias Loureiro aceitou uma "stock option" de 15 por cento da "holding" do grupo e mais 7 por cento na repartição dos lucros
- Aquando da venda da Pleiade a José Oliveira e Costa, recebeu 1 milhão e 650 mil contos. Reinvestiu parte da verba no grupo, onde assumiu um lugar de destaque
- Já jantou e jogou golfe com Bill Clinton
- Deu aulas na Universidade Moderna
- Gosta de dormir uma pequena sesta após o almoço
- Envolveu-se no grupo SLN/BPN em 2001 e afastou-se em 2005. Deixou os cargos executivos, vendeu as acções e manteve o controlo sobre dois negócios em curso: a entrada de um banco galego no BPN e a resolução dos problemas da Inapal
- Cavaco reiterou-lhe a sua confiança política como Conselheiro de Estado na sequência da "explosão" do BPN

Os contactos na política ajudaram a fazer os primeiros negócios, mas dificilmente teria enriquecido sem talento

# O meu primeiro milhão

**Dias Loureiro** já declarou rendimentos superiores ao empresário Belmiro de Azevedo

ADELINO CUNHA  
adelino.f.cunha@jn.pt

**Entrou na política a ganhar quarenta contos e só lucrou quando saiu. Ficou rico com a valorização do grupo de José Roquette e declarou rendimentos superiores a Belmiro de Azevedo. Gosta de poker e diverte-se a ganhar dinheiro. Será pecado?**

A revelação pode ser insuficiente para mandar pintar novamente o tecto da Capela Sistina, mas este exorcismo em curso no Banco Português de Negócios (BPN) ameaça tornar-se na revistificação do "apocalipse cavaquista". Se isto for verdade, estará Dias Loureiro condenado a tocar contra a sua vontade a primeira trombeta por causa do dinheiro que tem e dos negócios em que se envolveu depois de sair da política?

A vitória eleitoral de António Guterres em 1995 e a consequente queda dos anos do cavaquismo deixou Dias Loureiro nesta situação descrita pelo próprio: "Quando sai da política não tinha dinheiro nenhum". Seis anos mais tarde declarou em sede do IRS remunerações mais elevadas do que Belmiro de Azevedo, ou seja, quase 200 mil contos gerados pelos negócios e pela sua actividade como advogado. É preciso também dizer que o empresário nortenho costumava ser um líder habitual das tabe-

las "homem mais rico de Portugal". É também esta imagem de "ascensão maldita" colada a Dias Loureiro que gera invejas impiedosas e desperta curiosidades nem sempre anti-sépticas. É mais ou menos um pouco de tudo isto que está a atravessar o caso BPN.

## A vida tal como ela pode ser

A comissão parlamentar de inquérito manuseada pelo PS prepara-se para mover uma guerra predatória aos negócios do BPN e a investigação do Ministério Público encaminha-se para avaliar as consequências criminais de toda a gente envolvida.

Dadas as ligações de ex-governantes do PSD a este banco, estará em causa a "superioridade moral" do cavaquismo?

Parece que sim. O envolvimento de ex-governantes do PSD como se fossem portadores do "vírus cavaquista" irritou Cavaco Silva. Irritou ao ponto de ter quebrado a sua monástica discrição para divulgar um comunicado domingo com pormenores sobre o seu pé de meia doméstico.

Marcos António Costa, vice-presidente da autarquia de Vila Nova de Gaia e dirigente distrital do PSD, já alertou que "estão a tentar enterrar a memória do cavaquismo usando processos completamente laterais à vida política" e ci-

tou tentativas de "manchar" Cavaco Silva e "lançar um anátema" sobre os tempos da sua governação. Dias Loureiro confessou ao "Diário de Notícias" o preço que está a pagar por essa filiação política: "É muito difícil passar por isto, mas que vou fazer? Continuo a minha vida. E durmo sem comprimidos. Houve coisas piores".

Quando saiu do governo, José Roquette convidou-o para integrar a Pleiade. O grupo estava na altura modestamente avaliado em cerca de 1 milhão e 700 mil contos. Dias Loureiro aceitou o repeto. Ficou com uma "stock option"

## Orgulha-se de ter amigos por todo o Mundo e reconhece a importância dos contactos políticos

até 15 por cento da "holding" do grupo e mais 7 por cento na repartição dos lucros. As acções foram baratas e estavam muito longe da valorização conseguida nos anos seguintes com a liderança de Dias Loureiro. É nesta altura que começa a ganhar dinheiro através das amizades que estabeleceu nos tempos de ministro. "Os contactos na política ajudaram, mas não tem nada de mal", reconheceu

dante da jactância das primeiras contradições no seu processo de ligação ao BPN.

O dinheiro chega-lhe dos investimentos na Bolsa de Valores e dos bem sucedidos negócios de Marrocos. Marrocos é todo ele um imenso oásis. Desloca-se por várias vezes ao país norte-africano em jactos particulares, onde continua a ser tratado como "monsieur, le ministre", e priva com o influente ministro do Interior marroquino - de quem ficara amigo e que goza de boa influência junto do rei Hassan II. Dias Loureiro consegue garantir uma concessão no fornecimento de água e electricidade a Rabat e prepara-se para o seu primeiro milhão.

A Águas de Portugal recusa a parceria, a EDP aceita e Dias Loureiro envolve a empresa espanhola Dragados. "Os marroquinos confiam em mim e sabem que não é apenas o empresário que está ali, mas um homem com uma certa visão do mundo", explicou na altura. O negócio da Redal - empresa que assume a liderança - exige um forte investimento, mas irá revelar-se muito lucrativo na hora da venda já na órbita do grupo SLN/BPN.

Em 2000, José Roquette confessa a Dias Loureiro estar "cansado" e disponibiliza-se para vender o grupo. O negócio é apresentado a

José Oliveira e Costa. O antigo secretário de Estado do PSD propõe-se comprar tudo por 11 milhões de contos. Dias Loureiro recebe 1 milhão e 650 mil contos. Está ganho o primeiro milhão. Investe idêntica quantia em acções da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) e torna-se administrador executivo do grupo detentor do BPN e de várias empresas herdadas da Pleiade.

## O sucesso de Marrocos

O lustroso negócio de Marrocos acaba por sair do grupo SLN/BPN por pressão de alguns accionistas preocupados com a instabilidade política provocada pela sucessão de Hassan II. Dias Loureiro usufrui generosamente dos lucros da venda a um grupo francês. "As pessoas vêem que ganhei dinheiro, mas não vêem que trabalhei sempre muito. E fiz negócios bem sucedidos", acrescentou ao "Diário de Notícias".

Só falta dizer que este é o homem que em 1981 ganhava menos de cinquenta contos por mês como Governador Civil de Coimbra e que duas décadas mais tarde declarou rendimentos a rondar os 200 mil contos. Um homem a quem se atribui com facilidade qualidades de inteligência, influência e de gestão de informação. Alguém espera a contrição por estes pecados? ■





ID: 22962640

01-12-2008



Opinião

# Tocar nos intocáveis



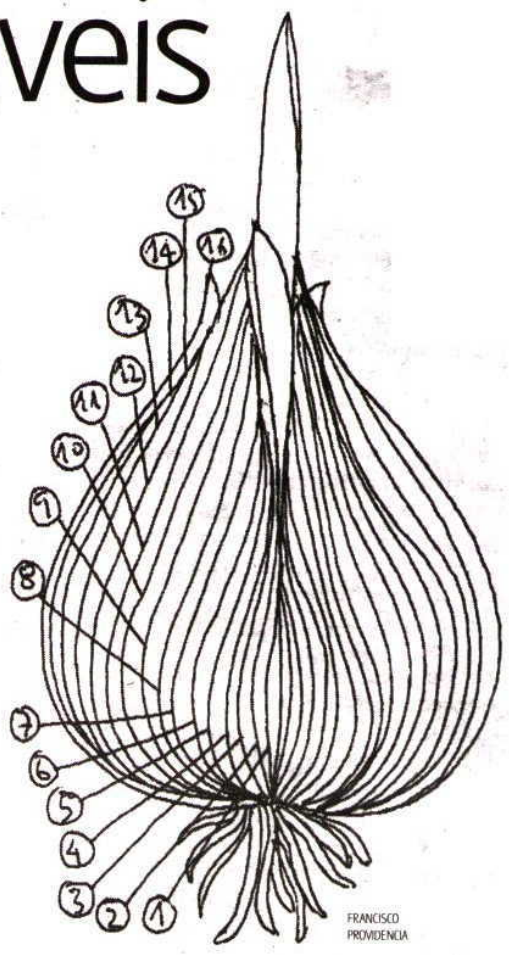
MÁRIO CRESPO  
 JORNALISTA

**O** anúncio formal da escolha de Hillary Clinton para o cargo de chefe da Diplomacia nos Estado Unidos levou semanas enquanto equipas de mais de uma centena de advogados passavam a pente fino as finanças da família Clinton. Tudo foi averiguado e só quando os peritos consideraram que nada havia de irregular ou passível de causar qualquer embaraço à presidência americana é que a opção de Barak Obama para a Secretaria de Estado foi tornada pública. Este é apenas um primeiro passo. A escolha presidencial ainda vai ter de passar pelo crivo do Senado e muito do que já foi inquirido vai voltar a sê-lo.

Só depois a nomeada entrará em funções. Não temos esta tradição em Portugal. Aqui, o Poder leva a mal quando é investigado ou meramente questionado. Mas em democracia, em cargo nenhum se pode sequer admitir o conceito de intocabilidade. Por isto, a irritada declaração de interesses no BPN que o presidente da Republica há uma semana fez publicar deveria ter sido divulgada quando decidiu candidatar-se à presidência.

E deveria ter sido integral e clara, coisas que esta não foi. Fazê-lo nesta fase em que ele diz sentir um ambiente de "insinuações ou mentiras" sobre os seus alegados interesses no BPN, é tardio e insuficiente. A nota oficial que a Presidência emitiu há uma semana abriu uma série de questões concretas. São dúvidas legítimas que a transparência democrática exige que tenham respostas claras. É por isso que vários órgãos de Comunicação Social têm dirigido a Belém perguntas que ficaram por aclarar na nota oficial de domingo, 23 de Novembro, a saber: a dimensão exacta das aplicações financeiras do casal presidencial e família no BPN entre o fim do executivo governamental de Cavaco Silva e o início da sua presidência; a participação, se a houve, financeira ou em espécie, por parte do BPN ou dos seus gestores, não só na última campanha presidencial, mas no período entre exercícius, que foi, afinal, sempre de grande actividade política de Cavaco Silva; onde é que processou essa actividade, como e com que apoios.

De Belém não só não têm vindo respostas como o próprio presidente deu um aval de confiança ao antigo gestor do BPN que a Justiça teria certamente in-



FRANCISCO PROVIDENCIA

**OS CONCEITOS de democracia e de intocabilidade não são conciliáveis e não pode haver níveis de excepção**

teresse em ouvir, mas não pode. O estatuto dos membros do Conselho de Estado impede que seja sequer mera testemunha no processo. Dias Loureiro foi uma indigitação pessoal de Cavaco Silva para o Conselho de Estado e enquanto lá estiver está, de facto e de jure, acima da lei.

O BPN é um caso de Polícia em que o presidente de Portugal se envolveu ao emitir um comunicado pouco esclarecedor com referências vagas a "mentiras" que ninguém parece saber quais são.

A Imprensa está a tentar esclarecer o que se passa e que "insinuações" são essas. A Justiça investiga o que pode entre blindagens estatutárias

que impedem o acesso a testemunhas e declarantes provavelmente fundamentais.

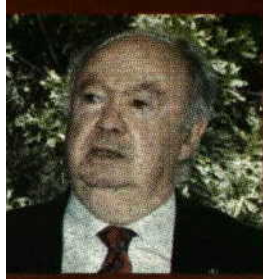
Este é o ambiente onde surgem todas as dúvidas e todas as suspeitas. Os conceitos de democracia e de intocabilidade não são conciliáveis. Não pode haver níveis de excepção. Ninguém é eleito para o lugar do mais exemplar cidadão nacional sobre o qual é proibido ter dúvidas. Estar em democracia é ter a liberdade para duvidar e o direito a apurar dúvidas. É esse mecanismo que nos permite ir afinando a pontaria de eleição para eleição em busca dos governantes ideais.





ID: 22962544

01-12-2008



**NACIONALIZAÇÃO.** A Assembleia Regional da Madeira debate amanhã o projecto de resolução do Partido Social Democrata que requer ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade da lei que nacionaliza o Banco Português de Negócios (BPN).



**Investigação.** Procuradora é contra a aprovação do inquérito parlamentar

# PS contesta Cândida Almeida nas críticas ao inquérito ao BPN

"Seria um Estado de direito um pouco manco", diz o porta-voz do PS em reacção à posição do MP

ANA SÁ LOPES

Os socialistas não gostaram de ouvir Cândida Almeida, a responsável do DCIAP, a manifestar-se contra o inquérito parlamentar ao Banco Português de Negócios.

"Seria um Estado de direito um pouco manco se sempre que houvesse um procedimento judicial a Assembleia da República se demitisse das suas competências", disse ontem o porta-voz do PS, Vitalino Canas ao DN.

Na entrevista DN/TSF publicada ontem,

Cândida Almeida afirmou que "um inquérito parlamentar é negativo", chegando a sublinhar: "Gostaria que a opinião pública dissesse se preferia saber essas, digamos, fofuques, entre aspas, e peço desculpa pela palavra, ou se gostaria de ver a justiça feita e os criminosos condenados e os inocentes inocentados".

As palavras de Cândida Almeida caíram mal. "Acho que seria criticável se a Assembleia da República desatasse a criticar a forma como o poder judicial exerce as suas competências", afirma Vitalino Canas.

"Devemos procurar acautelar que as duas esferas [judicial e parlamentar] não se atropelam mutuamente", sustenta Vitalino Canas, que dá como exemplo do cuidado posto pelo PS

nesta matéria a chamada do procurador-geral da República ao Parlamento para "balizar o inquérito parlamentar".

"O exercício das competências políticas deve ser cuidadosa", defende Vitalino Canas, sem deixar de enviar mais uma farpa à procuradora: "Não me parece que a acção penal se possa arrogar do monopólio constitucional do exercício dos poderes." O inquérito parlamentar ao caso do Banco Português de Negócios foi proposto pelo CDS e logo apoiado pelo PSD. O PS vai aprovar o inquérito, mas alargou o âmbito da proposta inicial do CDS, essencialmente dirigida às responsabilidades do supervisor, o Banco de Portugal. O PS quer averiguar falhas de gestão e responsabilidades políticas. ■



Cândida Almeida criticou Parlamento





EDITORIAL

## Investigação do caso BPN deve ser feita sem ruído

A procuradora-geral adjunta, Cândida Almeida, defendeu ontem no Discurso Directo DN/TSF que a comissão parlamentar de inquérito ao caso Banco Português de Negócios (BPN) é negativa para a investigação. As suspeitas, para já, fundamentam a prisão preventiva do ex-presidente do banco Oliveira e Costa, no Estabelecimento Prisional de Lisboa. Mas o envolvimento de outros nomes de primeira linha da sociedade portuguesa e o impacto político dos acontecimentos, com consequências até junto do Presidente da República, Cavaco Silva, deixam antever a importância da forma como venha a desenrolar-se o processo BPN no futuro.

É indiscutível que, neste momento, o caso tem já duas frentes irreversíveis – a judicial e a política –, mas é indiscutível que a primeira, provando-se os alegados crimes, encerra importância maior. Torna-se, por isso, prudente ouvir o conselho de Cândida Almeida, uma procuradora experiente em processos escaldantes como este e que sabe, como poucos, os efeitos negativos da falta de tranquilidade na investigação judicial.

*É preciso avaliar bem efeitos colaterais da fiscalização política*

Não está em causa a “fiscalização política” nem a de atribuir “o monopólio constitucional do exercício dos poderes”, como fundamentou ontem Vitalino Canas na sua reacção à entrevista DN/TSF, mas apenas garantir que esta se faz sem perturbar os investigadores. Uma fiança bastante difícil de assegurar, dado o impacto que comissões desta natureza têm junto da opinião pública e a tradição de resultados quase sempre improficuos, de que é excepção a comissão de inquérito ao caso Camarate.

Revela o jornal madrilenho *El País* que o Governo de José María Aznar, através de um documento interno do Ministério dos Negócios Estrangeiros – depois de contactado pela embaixada americana –, estava alertado para a possível utilização de bases espanholas para aterragens de aviões da CIA que transportavam presos do Afeganistão para Guantánamo. O documento é de Janeiro de 2002, escassos meses depois dos atentados da Al-Qaeda contra Nova Iorque. Acrescenta o jornal espanhol que outros países foram também contactados nesse sentido pelos Estados Unidos, incluindo Portugal. Ora, em Janeiro governava ainda o socialista António Guterres, embora demissionário, e faltava muito pouco para o social-democrata Durão Barroso se tornar o novo primeiro-ministro.

*Guterres e Durão têm interesse em clarificar voos da CIA*

O primeiro é agora alto-comissário da ONU para os Refugiados, o segundo procura um segundo mandato à frente da Comissão Europeia. Os portugueses têm o direito de saber o que se passou realmente, tanto mais que o novo Presidente americano reconhece que a prisão de Guantánamo foi um erro grave e promete encerrá-la. Guterres e Durão também têm todo o interesse em esclarecer a verdade, para afastarem sombras negras sobre as suas carreiras internacionais. ■





**NEGÓCIOS** ■ RELATÓRIOS E CONTAS REVELAM CONTACTOS EM ÁREAS IMPORTANTES

# BPN **financiou** o Esta

■ De 2004 a 2007 o Banco Efisa, então detido pelo grupo liderado por Oliveira e Costa, montou operações de financiamento a empresas públicas no valor de quase 2300 milhões de euros

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA/  
/EDUARDO DÂMASO

O Grupo Banco Português de Negócios (BPN) tem relações importantes com empresas do Estado português: desde 2004 o Efisa, banco de investimento que pertence ao Grupo liderado por José Oliveira e Costa ao longo da última década, organizou e assessorou operações de financiamento para 18 empresas e instituições públicas, com destaque para Carris, RTP, TAP, Águas de Portugal e até Câmara Municipal de Lisboa. Ao todo, entre empresas do Continente, Açores e Madeira, as verbas envolvidas totalizam, segundo os relatórios e contas dos últimos quatro anos, quase 2300 milhões de euros.

A extensão das relações do Grupo BPN com o Estado português

está bem patente nos e-mails, a que o CM teve acesso, trocados entre um funcionário do Banco Efisa e Abdool Vakil, actual presidente interino do banco. A 11 de Junho de 2003, Abdool Vakil era informado do seguinte: "A RTP sondou-nos ontem, através de contacto telefónico, sobre a possibilidade de podermos conceder um

[empréstimo] intercalar adicional de 20 milhões de euros, até 15 de Agosto, em virtude de a 30 de Junho a empresa ter liquidado uma prestação do financiamento do CSFB (18,5 milhões de euros) e outra do BBVA (4,98 milhões de euros), ha-

sendo, por via destes factos, um défice pontual de tesouraria."

Na tarde do mesmo dia, Abdool Vakil dava a resposta: "Pela minha parte, acho que seria bom que o BPN 'alinhasse' nisto, por todos os motivos e mais alguns." A operação de financia-



O Banco Efisa montou operações de financiamento do Metro de Lisboa

DIREITOS RESERVADOS

## 🔍 PORMENORES

● **NO CONTINENTE**  
Carris, Águas de Portugal, TAP, Transtejo, Parque Expo, Câmara de Lisboa, metros de Lisboa e do Porto, Refer: são as empresas do Continente com operações de financiamento organizadas pelo Banco Efisa. Ao todo, são 960 milhões de euros, a que acresce 800 milhões para a operação da RTP.

● **MADEIRA E AÇORES**  
As operações de financiamento de cinco empresas da Madeira e dos Açores totalizam 482 milhões de euros.

mento internacional da RTP envolveu as verbas mais avultadas: a operação de "assessoria financeira e de rating, montagem de financiamento internacional", como é referida no relatório de 2004, totalizou 800 milhões de euros.

A importância do Grupo BPN é também notória em 2007: "Ao contrário de 2006, o ano de 2007 foi um ano marcado pelo lançamento de várias operações de financiamento de longo prazo por parte de empresas públicas, sendo

de realçar as operações para o Metro de Lisboa, Metro do Porto, Refer, Câmara Municipal de Lisboa, entre outros", diz o relatório e contas de 2007. Já este ano soube-se que a Segurança Social terá levantado 500 milhões de euros do BPN.

O Ministério da Segurança Social desmentiu, mas admitiu que tinha uma conta corrente no BPN. ■

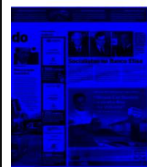


■ **Gestão.** Abdool Vakil e José Oliveira e Costa eram os dirigentes do Banco Efisa e do BPN, que controlava aquela instituição bancária.



DIREITOS RESERVADOS





AR | REVER INCOMPATIBILIDADES

O PS quer aproveitar a comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN para analisar o regime de incompatibilidades dos titulares de cargos políticos, em matéria de entrada para empresas



SAÚDE | PARCERIA EM HOSPITAIS

O Banco Efisa prestou assessoria financeira ao GP de Saúde nos projectos de parceria público-privada nos novos hospitais de Cascais, de Braga e de Vila Franca de Xira

ASSESSORIA | CONCESSÃO DE VIAS

O Banco Efisa prestou também serviços de assessoria financeira à Estradas de Portugal nas concessões Mafra-Malveira e Grande Lisboa e de Amarante a Vila Real e Bragança

do



Francisco Louçã

Bloco propõe inventário

● Líder do Bloco de Esquerda propôs ontem que o Banco de Portugal efectue um inventário por forma a determinar "todo o lixo tóxico nos bancos portugueses, nomeadamente em fundos de pensões e fundos de investimento". Na apresentação de novas regras de supervisão bancária, Francisco Louçã adiantou que quer pôr um ponto final na "delapidação de fundos públicos, para proteger um efeito de domínio de prejuízos". Já esta semana o BE vai propor uma nova lei neste sentido. ■ J.F.

EXEMPLOS

**: 800 milhões** de euros foi o valor da operação de financiamento no tempo de Almerindo Marques.



**: 215 milhões** de euros foi o valor do financiamento para a Carris, com o aval do Estado, segundo relatório e contas de 2004.

**: 100 milhões** de euros foi o valor do financiamento para a Águas de Portugal, segundo o relatório e contas de 2004.



■ **Conselho.** Augusto Mateus, Oliveira Martins e José Lamego, três figuras destacadas do Partido Socialista, integraram o conselho geral do Banco Efisa.

Socialistas no Banco Efisa

■ José Lamego, actual deputado pelo PS, e Augusto Mateus, ex-ministro da Economia de António Guterres, são membros do conselho geral do Banco Efisa, órgão que era presidido por José Oliveira e Costa no ano passado, como refere o relatório e contas do banco de 2007.

José Lamego integra aquele órgão desde 2006, altura em que substituiu Guilherme d'Oliveira Martins, que assumira a presidência do Tribunal de Contas. Augusto Mateus e Guilherme d'Oliveira Martins assumiram o cargo de vogais do conselho geral, órgão responsável por nomear, destituir e

fiscalizar a direcção do Banco Efisa desde 2003. O mandato, tendo a duração de quatro anos, terminava em 2006.

Os órgãos sociais do Banco Efisa foram destituídos na sequência da nacionalização do BPN. Abdool Vakil é agora presidente interino da instituição. ■



MARTA VITORINO